Gabriel Pombo da Silva pág 22 · **5G, a virulência tecnológica** págs 41 e 42 · **O Apocalipse dos Mão Morta** pág 46

mapa: Jornal de Informação Crítica

Assina o Jornal Mapa
descobre como na pág. 2

NÚMERO 27
MAIO-JULHO 2020
TRIMESTRAL / ANO VIII
3000 EXEMPLARES
PVP: 1,5€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTOR: GUILHERME LUZ

DESTAQUE

Medo e Apoio Mútuo. As escolhas em tempos de pandemia

Confinados ao tele-trabalho e à tele-escola, «imprescindíveis» nos hospitais, na agricultura e na distribuição, ou desempregados, assistimos às grandes transformações trazidas pela pandemia a uma sociedade onde agora impera o medo. Mas se o autoritarismo, a vigilância e a miséria estão aí, não têm parado de crescer redes de proximidade, cantinas solidárias e tantas outras iniciativas e resistências que dão corpo à palavra solidariedade.

Acolhimento auto-gerido de refugiados

págs. 23 a25

Diana Dias fala-nos do Pik-pa Camp, uma alternativa de solidariedade na ilha grega de Lesbos, ao lado do «inferno» que é o cam-po de refugiados de Moria

«Não daremos um só passo atrás»

págs. 28 a 30

A luta contra a mineração não entrou em quarentena. A ameaça de uma crise económica e social não trava as populações na defesa dos seus territórios.

Resgatar a Ferrovia

págs. 31 e 32

Em Portugal, o país com mais quilómetros de autoestrada do que de ferrovia, o comboio ressurge como resposta por um transporte público sustentável.

Vemos Ouvimos e Lemos. Não Podemos Ignorar

Livrarias, editoras, projetos informativos e rádios acentuam a importância de um pensamento crítico e livre em tempos de pandemia.

SARA MOREIRA
SARAMOREIRA@JORNALMAPA.PT
FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

«Está na hora de apoiar quem decididamente se bate por um pensamento livre e a uma escala comunitária», dizia Herculano Lapa, da Livraria Utopia, no Porto, em entrevista ao Jornal MAPA (*online*) para a série Pandemia Solidária, a propósito da recém-lançada Rede de Livrarias Independentes, RELI. Essa perceção é extensível aos projetos de informação crítica e de edição independente, nos quais o Jornal MAPA se inclui. O papel da comunicação e da informação tem sido destacado como elemento crucial no pós-Covid-19. Mas essa é uma preocupação que não se deve centrar no mero filtrar de *fake news*, mas sim na ausência de uma análise crítica e radical destes tempos que vieram proporcionar a normalização das distopias de controle e a uniformização militar do(s) modo(s) de vida.

No desinformar para reinar, o medo é, mais do que nunca, a gasolina que alimenta os média (e as mediações) sociais e que calibra o nosso quotidiano. Mas este poderá também ser um tempo de reaproximações e proximidades, onde o estabelecimento de redes colaborativas e de apoio mútuo e a resistência de espaços autónomos, assim como de projetos de informação crítica, jogam um papel essencial e inadiável. Fiquemos com dois exemplos da resistência posta em marcha.

Em resposta ao estado de emergência, cerca de 80 pequenas livrarias de norte a sul do país uniram-se em rede para concretizar uma vontade já antiga, mas que até agora tinha sido adiada: «coordenar esforços para enfrentar a crise no mercado livreiro, que vem comprometendo a existência de pequenas livrarias em todo o país — principalmente agora neste período de pandemia —, intervindo junto da sociedade e dos poderes públicos». A associação livre de apoio mútuo (em processo de formalização) tem promovido campanhas de apoio às livrarias físicas de proximidade que não têm ligação a redes e cadeias dos grandes grupos editoriais e livreiros. Também lançou uma Carta Aberta e está a trabalhar no sentido de reivindicar direitos e condições junto dos decisores políticos em defesa do «papel fundamental [das pequenas livrarias] na coesão cultural de uma sociedade, e na criação de um pensamento crítico e livre, contribuindo para a educação, a informação e o entretenimento dos cidadãos».

Para além do universo livreiro, também o mundo radiofónico *online* tem sido contaminado por uma onda de iniciativas que alimentam o pensamento em tempos de pandemia. No Porto, a Rádio Paralelo voltou a estilhaçar as ondas sonoras e, em Lisboa, a associação Sirigaita lançou a Rádio Gabriela em março de 2020, reinventando as possibilidades de encontro face ao confinamento imposto pelo estado de emergência. Com o fecho temporário dos espaços coletivos e auto-geridos da cidade, surge esta rádio colaborativa com a vontade de «inventar um espaço de encontro e de partilha, criando uma rede com as vozes de todas as que [queiram] participar». O programa *Pandemónio*, que divulga as lutas e campanhas que vão surgindo, prossegue os objetivos de espaços alternativos como a Sirigaita: «agregar pessoas, ideias, projetos culturais e campanhas políticas, e para conspirar: respirar em conjunto, gerando novas ideias, projetos e cumplicidades».

Ao assinares a edição impressa recebes um MAPA em casa de três em três meses contribuindo para a continuidade deste projecto!

Assinatura normal:
Portugal | 6 números | 15 euros
Europa | 6 números | 20 euros
Resto do mundo | 6 números | 25 euros

Assinatura Solidária:
Portugal | 6 números | 20 euros
Europa | 6 números | 30 euros
Resto do mundo | 6 números | 40 euros

Associação MAPA CRÍTICO
NIB 0035 0774 00143959530 98
IBAN PT50 0035 0774 00143959530 98
BIC SWIFT CGDIPTPL

Preenche o formulário em www.jornamapa.pt
ou envia os teus dados (Nome; Email; Morada;
NIF) e o comprovativo da transferência efectuada
para assinaturas@jornalmapa.pt

#PandemiaSolidária
Surto de apoio mútuo espalha-se pelo país

De norte a sul do país, têm-se multiplicado iniciativas locais de solidariedade e apoio mútuo que visam fazer face às consequências sociais e económicas trazidas pela pandemia da Covid-19.

Cantina da cooperativa Mula

CATARINA LEAL
CATARINALEAL@JORNALMAPA.PT
SARA MOREIRA
SARAMOREIRA@JORNALMAPA.PT

A disseminação do novo coronavírus, e a imposição do estado de emergência que obrigou ao confinamento social e a um hiato sem precedentes da economia e da vida em sociedade, levantou uma onda de acções colectivas e solidárias em Portugal. De norte a sul do país, foram-se confirmando casos que revelam a diversidade desta «pandemia solidária»: cantinas auto-geridas, redes de distribuição de alimentos, apoio doméstico a pessoas e animais necessitados, campanhas de angariação de bens e de fundos, fabrico caseiro de materiais de protecção, e também protestos à janela e velhas lutas renovadas em defesa do Sistema Nacional de Saúde, do pequeno comércio, da habitação, dos direitos dos trabalhadores, migrantes e estudantes.

Paralelamente aos mapas lançados diariamente pela Direcção-Geral da Saúde, desde o dia 3 de Março de 2020, com o relatório da situação epidemiológica em Portugal, outros mapas surgiram para cartografar as acções solidárias que se têm espalhado pelo território. Um desses mapas é o Achata a Curva (achataacurva.com), onde se podem encontrar dezenas de «iniciativas cívicas de combate à covid-19», que vão desde a oferta de alojamento solidário à procura de alimentos para distribuição gratuita. Este mapa expande para o território português a plataforma Frena La Curva, lançada no estado espanhol em Março, disponibilizando uma ferramenta colaborativa para a partilha de necessidades, ofertas, apoios e serviços, bem como ligações para grupos de apoio em várias zonas do país, que se organizam principalmente pelo Facebook.

Também a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), entidade que agrega o sector cooperativo em Portugal, lançou um directório online de iniciativas de voluntariado a nível local e nacional «para apoiar quem mais precisa». De carácter mais institucional, a plataforma agrega acções promovidas pelas juntas de freguesias, municípios, paróquias, fundações, IPSS e, associações, bem como iniciativas espontâneas -– «cidadãs» – que pretendem colmatar as necessidades e aliviar os impactos da pandemia. Muitas destas respostas são as únicas ao alcance de uma parte da população que só assim vê aliviados os impactos de uma crise que não é só sanitária mas também económica, social e de cuidados, e que se acredita estar apenas a começar. Neste contexto emergiu o papel preponderante e de proximidade da freguesia, assim como as dificuldades que resultaram da redução de cerca de 1 milhar de juntas em 2012, por imposição da *troika*.

> são pessoas racializadas e/ou (i) migrantes com vínculos laborais precários ou inexistentes, as primeiras a serem 'descartadas' por parte de empregadores e que neste momento se encontram numa situação bastante vulnerável

Em Abril de 2020, o Jornal MAPA inaugurou uma rubrica no seu site, intitulada "Pandemia Solidária". Até ao fecho desta edição impressa, sete entrevistas foram publicadas no site, dando conta de diversas iniciativas solidárias que surgiram em resposta à crise económica e social que se veio a confirmar e a enfatizar no contexto da pandemia de covid-19. Neste artigo, focamos em particular quatro dessas iniciativas, que têm em comum -– entre outras características -– o facto de distribuírem refeições gratuitamente.

O alimento no centro

A alimentação, nas suas várias dimensões – desde o acesso e distribuição, até à produção e consumo –, tem sido uma das

APOIO MÚTUO

Rede Popular de Apoio Mútuo do Porto

necessidades tornadas mais prementes com a pandemia como demonstra o artigo que se segue nesta edição do Jornal MAPA. Foi para dar resposta a essa necessidade que surgiram muitas das iniciativas abordadas nas entrevistadas para a série Pandemia Solidária, dedicadas à confecção e distribuição de bens, sobretudo alimentares.

Do norte, chegaram-nos novidades da Rede Popular de Apoio Mútuo do Porto, uma plataforma que, até à data, reúne quatro espaços e/ou colectivos: o centro social auto-gerido A Gralha, a Rosa Imunda, o Núcleo Anti-Racista do Porto e o Grupo de Apoio à Habitação. Esta rede conta com três pontos activos de recolha e distribuição de bens essenciais, entrega mais de cem cabazes por semana e disponibiliza – também semanalmente – *take-away* livre (de sopa e fruta), bem como apoio logístico e esclarecimento de dúvidas relacionadas com a cCovid-19.

Mais ao sul, em Lisboa, parece existir uma mão-cheia de cantinas solidárias que funcionam de forma gratuita ou por donativo. Entre elas, a Cozinha Solidária Autogerida da Penha de França, dinamizada pelas pessoas que integram o centro social Disgraça. Esta cozinha tem preparado mais de 75 refeições gratuitas para *take-away*, três dias por semana, «a todas as pessoas que queiram ter acesso a uma refeição nutritiva e saborosa». Algumas das refeições são distribuídas na entrada do centro social e outras são distribuídas por diferentes zonas da cidade.

> as demonstrações solidárias devem assentar numa matriz não hierárquica, que deve ter em conta a importância de construir condições favoráveis e destruir as que atrapalham, para que todas possamos ter as mesmas oportunidades para prosperar, participar e existir

Numa freguesia vizinha, em Arroios, a associação Recreativa dos Anjos (RDA), inaugurou também uma cantina solidária, que tem distribuído diariamente mais de 150 refeições em regime de *take-away*. «É para toda a gente e assumimos que não nos cabe a nós definir uma hierarquia baseada nas necessidades de cada um», dizia a RDA em entrevista ao Jornal Mapa em meados de Abril, apontando que a crise estava a afectar «com maior evidência as pessoas cujas vidas precárias estão a ser prorrogadas e acentuadas por estes tempos de indefinição e de quarentena». Foi a «suspensão ou encerramento temporário de grupos e serviços que tradicionalmente providenciavam comida gratuitamente», bem como o défice de apoios estatais, que conduziram o colectivo a reformular a sua actividade, criando a Cantina Solidária. Um mês e pouco depois de começar a descascar quantidades enormes de vegetais diariamente, a associação reconhece uma «cara diferente» da zona de Almirante Reis, onde sempre esteve, mas agora «sem turistas, estudantes, trabalhadores, erasmus e hipsters». Num balanço publicado no Facebook em Maio notam que «as diversas camadas de pobreza normalmente escondidas por entre o corrupio do "bairro mais cool do mundo" tornam-se evidentes».

Também na margem sul do Tejo, no Barreiro, a Cooperativa Mula lançou uma cantina solidária que fornece refeições e pequenos-almoços diários, em regime de *take-away* e faz entregas ao domicílio. O que começou como uma necessidade a partir de dentro, pela condição precária partilhada por muitas das pessoas que gerem o espaço cultural no Barreiro e que cedo começaram a perder rendimentos, em pouco tempo passou a servir 165 pessoas nos concelhos do Barreiro e da Moita. «Rapidamente compreendemos que se aproximava um período de enormes dificuldades a nível económico para um número muito alargado de pessoas, e que o foco das preocupações da maioria estava praticamente todo no problema sanitário e muito pouco na crise social.» A Cantina Solidária da Mula, contrapôs ainda as «lamentáveis atitudes de várias superfícies comerciais que contactámos, aquelas que mais lucram com esta crise, que inflacionam como todos vêem os preços e que insistem em deitar para o lixo quantidades exorbitantes de comida em bom estado. Mas que não dão qualquer tipo de resposta aos que trabalham para tentar mitigar a crise social.». Quem recorre à cantina da Mula são as «pessoas que não conseguem obter apoio por via das respostas estatais ou municipais, por não caberem nos critérios demasiado apertados que a Segurança Social exige, ou pela incapacidade de esses meios darem resposta face à dimensão dos pedidos de ajuda.».

A Rede de Apoio Mútuo do Porto acompanha esta reflexão e lembra que, muitas vezes, «a informalidade, a independência e a não burocratização destes pontos [de distribuição de bens] tornam a sua acção muito ampla, porque pessoas que normalmente não cumprem os requisitos necessários aos apoios institucionais têm aqui um lugar aberto.». Um dos colectivos que integra esta rede, o Núcleo Anti-Racista do Porto, diz que tem sido contactado por «pessoas diversas, com diferentes e complexas realidades, mas que dialogam com a questão da vulnerabilidade social causada pela crise da Covid-19. (…) […] Muitas das pessoas que têm procurado a REDE desde a sua criação são pessoas racializadas e/ou (i)migrantes com vínculos laborais precários ou inexistentes, as primeiras a serem 'descartadas' por parte de empregadores e que neste momento se encontram numa situação bastante vulnerável.».

Já a Rosa Imunda, que faz a recolha e distribuição de alimentos da Rede Popular no centro histórico do Porto, conta que têm aparecido sobretudo muitos vizinhos do bairro, pessoas (i)migrantes e outras que vivem na rua. «No bairro onde estamos, as vidas para além do turismo, são precárias e fazem-se num desenrasque diário, informalmente e muito baseadas no apoio entre vizinhxs.»

Para além disso, como afirma a Cozinha Solidária Autogerida da Penha de França, estas iniciativas constituem uma forma de experimentar «modos de resistências e relações comunitárias através do apoio mútuo» (ver caixa).

«Solidariedade não é caridade»

A afinidade com o conceito de apoio mútuo é transversal a várias destas iniciativas que estão a ensaiar na prática uma forma de organização não -hierárquica e horizontal, como esclarece a Rede Popular de Apoio Mútuo do Porto: «O apoio mútuo baseia-se na organização de base, procura a horizontalidade e funciona na interajuda (sic), desenhando estratégias para a activação de comunidades mais ou menos temporárias que repensem e ponham em causa a estrutura social e económica vigente.» A ideia é reforçada por outros colectivos, como a Disgraça, para quem a «organização de actos solidários que reforçam a capacidade de coesão e de autonomia colectiva, permite ampliar formas efectivas de resistência».

De acordo com os grupos que entrevistámos, poderá ser através deste trilho – o que busca a autonomia – que se distinguem os caminhos da solidariedade, tantas vezes confundida

Regueirão dos Anjos, Lisboa

com «caridade» e assistencialismo. Esta distinção poderá parecer difícil de traçar num momento como este, em que as iniciativas solidárias desempenham papéis sociais que se assumiria, à partida, caberem ao Estado.

«É certo que há muita confusão entre estes conceitos», afirma a Disgraça, reconhecendo como «em certas situações práticas é até desafiante perceber onde se encontra a linha que os separa». «Criamos uma cozinha neste formato como resposta a uma situação de crise, que promete prolongar-se e complicar-se, mas com a convicção de que as demonstrações solidárias devem assentar numa matriz não hierárquica, que deve ter em conta a importância de construir condições favoráveis e destruir as que atrapalham, para que todas possamos ter as mesmas oportunidades para prosperar, participar e existir.»

A RDA confirma esta ideia ao reflectir sobre a gratuidade de refeições na sua cantina: «Aaquilo que normalmente poderia ser visto como um gesto de caridade passa a ser um gesto de amizade». Para o colectivo, a solidariedade assenta «no entendimento de que a condição de desigualdade e injustiça é criada a partir de uma estrutura viciosa que define e pratica posições e relações de poder». Reconhecer estes desequilíbrios fez com que as iniciativas se munissem de liberdade para lhes fazer frente com as próprias mãos e em colectivo.

O contraponto ao assistencialismo, e simultaneamente a capacidade de ultrapassar as meras respostas temporárias de apoio mútuo, surge no entrecruzar da análise crítica e da noção de apoio mútuo com o de comunidade. Seja no simples reforço das relações de vizinhança, que todas as iniciativas e espaços aqui entrevistados pelo Jornal MAPA apontaram, seja no trabalho das comunidades socialmente invisíveis dos bairros periféricos das cidades onde, muito antes de qualquer pandemia, já existiam redes de apoio que interrogavam e procuravam quebrar as questões de classe, raciais ou de género que perpetuam esse assistencialismo.

Como se organizam

Todos estes grupos se têm organizado de forma horizontal e autónoma, apelando aos donativos e mantendo algumas parcerias informais que atenuam os gastos diários com a aquisição de alimentos. Alguns grupos beneficiam de ofertas de mercearias, restaurantes ou padarias locais, que têm oferecido os seus excedentes. Outros grupos vão respigar a mercados ou produzem alguns ingredientes, como é o caso da Cooperativa Mula, que conta com uma horta de cerca de 1400 metros quadrados. De acordo com a Cooperativa: «Alguns membros têm-se dedicado a ela com enorme afinco desde que a crise começou, para que diminuamos a dependência alimentar do exterior ao máximo.»

Todas estas iniciativas exigem uma grande capacidade organizativa e muita dedicação. Os grupos têm-se organizado em pequenas equipas, em turnos rotativos, para assegurar todas as funções inerentes a estas iniciativas: obter a comida, recolher e organizar donativos, cozinhar, distribuir os bens ou servir as refeições, limpar os espaços, e também fazer algum *back office*, como responder a mensagens nas redes sociais e e-mails ou responder a entrevistas, como as que o MAPA organizou para a sua série #pandemiasolidária.

No entanto, tal como contam as pessoas da RDA, as formas de organização pré-Covid-19 tiveram de ser adequadas a uma nova realidade: «Tem sido complicado gerir um projecto tão transmutável, também pelos obstáculos que a distância social nos impõe. As formas que tínhamos para reunir, discutir e tomar decisões mudaram e ainda estamos a adaptar-nos a elas.»

Por isso, todos estes projectos têm a preocupação de seguir normas de higiene que permitem proteger tanto as pessoas que estão a participar em turnos, como as que vêm procurar apoio. Cada grupo segue, pois, um protocolo «para salvaguardar o cuidado e o bem-estar de todxs», como refere o centro social A Gralha, da Rede Popular de Apoio Mútuo do Porto. Na Cozinha da Penha de França, por exemplo, as várias equipas estão organizadas em pequenos grupos de afinidade, de forma modular e independente, para assim «reduzir ao máximo a possibilidade de contágio». Esta cozinha acrescenta ainda: «Desta maneira tentamos garantir a segurança das pessoas que vêm à entrada do espaço, das que contactamos na rua e de todas as que habitam o projeto, permitindo a continuidade deste, enquanto for necessário».

ATENÇÃO à DIREITA

VLADIMIR

A CORRENTE QUE OS LEVE

Deixemos por uns tempos de lado o deputafacho, o merdas que se apresentou como candidato a Belém e que levou com um vírus na tromba; o fulano que – sem tempo de antena – entretanto se demitiu do directório mandante lá da seita dele; o gajo que propunha um confinamento especial para as comunidades ciganas; o führer de pacotilha que não sabe o que fazer aos fulanos da antiga Nova Ordem Social que agora organizam grupos locais do Chaga, nem tão-pouco ao passado do seu ideólogo (Diogo Pacheco de Amorim, antigo dirigente do MDLP – Movimento Democrático de Libertação de Portugal e basta) que vai sendo revelado. Até porque os meios de comunicação sérios já dão palco suficiente ao troca-tintas que um dia diz uma coisa e no seguinte o contrário, sem ver problema algum nisso. Até porque a TSF já coloca inenarráveis propostas suas em debate no 'Fórum', aquele programa da manhã que roça o populismo de cano roto.

No final de janeiro passado surgiu o outdoor mais feio de toda a conturbada história da democracia portuguesa – que é feita de outdoors feios. O Movimento Gente – com um símbolo que é uma bela mistela – anunciou-se com um cartaz no Campo Pequeno (Lisboa) que interrogava o transeunte (vírgula mal colocada incluída): «E se acordasse amanhã, e não houvesse políticos?» Um tenente-coronel na reforma lá explicou ao 'Expresso' que há «boas razões para fazer um golpe de Estado». Esta gente, uns e outros, lá estrebuchou com o 25 de Abril no Parlamento, versão Covid-19, e com a parada do 1º de Maio que a CGTP organizou de acordo com as regras do distanciamento social.

No primeiro texto de 'Atenção à direita' prometemos apresentar uma editora da extrema-direita tuga a sério, não dessa gente populista que surgiu do nada e que agora capitaliza o trabalho de sapa que durante tantos anos, snif… Ainda se encontram nos alfarrabistas livrecos e libelos das mil pequenas editoras reacionárias que apareceram após o 25 de Abril, mas aquela que reuniu um maior catálogo – entre títulos sobre esoterismos e maçonarias – terá sido a Hugin nos 1990. E agora, há alguma coisa? Sim, há. Chama-se Editorial Contra-Corrente (esse nome que dá para tudo, até faz lembrar o título de um livro de discursos de Manuel Alegre) e tem 42 livros publicados. Um dos sócios-gerentes da editora fundada em 2011, Alexandre Coutinho, é um antigo editor de economia do 'Expresso' e atual editor da revista 'Avião'. O facto de nunca teres ouvido falar da Contra-Corrente é demonstrativo de qualquer coisa. Mas o facto é que a CC apresenta no seu blogue um catálogo com tantos títulos que não se percebe quantos são. Vai-se andando para baixo e os nomes dos autores repetem-se, os títulos misturam-se, muitos deles surgem como esgotados. Em geral, têm cerca de 100 páginas, formato próximo de 15 x 22 cm ou livro de bolso a cinco paus. Nunca os vimos, portanto não podemos aferir a qualidade do papel mas duvidamos que seja bom. Aliás, a descrição de boa parte dos títulos termina com a indicação *«edição limitada a 80 exemplares e numerada à mão»*.

Como amostra tomemos os últimos cinco títulos (lançados entre novembro de 2019 e abril de 2020): "Viriato, Capitão da Lusitânia" (Alfredo Pereira da Conceição); "Portugueses Esquecidos na Epopeia Ultramarina" (Nuno Alves Caetano); "Império, Tradição, Soberania, Capitalismo" (Alain de Benoist); "A Grande Substituição" (Brenton Tarrant – o neozelandês que irrompeu em duas mesquitas matando 51 pessoas em março de 2019); "Orientações" (Julius Evola – «edição enriquecida com prefácio de João Martins e um extraordinário texto de Alain de Benoist»). Temos, portanto, maluquinhos da Lusitânia, saudosistas d'Angola e a fina-flor do entulho da fachosfera francesa & europeia. Mas também temos "Salazar: Um Homem Superior", "Mata o Burguês que Há em Ti: Libelo contra o Espírito Burguês" ou "A Ecologia como Revolução: As Origens do Movimento Identitário"…

No próximo número veremos a revista teórica que editam (sim, porque a extrema-direita lusa tem de novo a sua revista teórica).

Como pão para a boca

Uma das necessidades tornadas mais evidentes com a pandemia global foi a urgência de uma resposta local à alimentação

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

De um dia para o outro, a vida confinada e de vizinhança resultou no melhor dos argumentos à demonstração da nossa perda de autonomia alimentar, quando a jusante estamos dependentes dos circuitos alimentares agroindustriais e das grandes cadeias comerciais. Ou a montante, quando a política agrícola e florestal portuguesa está comprometida por extensas monoculturas que garantem lucros rápidos e números vistosos nas balanças comerciais, arriscando prateleiras vazias de produtos alimentares básicos.

Em contraponto, surgem os grupos de produção e consumo implicados com práticas agroalimentares justas e solidárias. Uma das respostas surge em torno das AMAP (Associações para a Manutenção da Agricultura de Proximidade) e CSA (Comunidades que Sustentam a Agricultura). O modelo praticado baseia-se no compromisso mútuo entre produtores e coprodutores (consumidores) por forma a viabilizar a prática da Agroecologia, tratar o alimento como um bem comum e valorizar o relacionamento pessoal. Como tem vindo a ser referido por Sara Moreira na rubrica Utopias Concretas em anteriores edições do Jornal MAPA, «entendido como bem-comum e não como mercadoria, o alimento é aqui o elemento cultural primordial a proteger e cuidar – desde a semente até ao prato – pelo seu papel central na própria vida e no funcionamento das sociedades e da economia. Este entendimento implica uma transformação radical da organização dos sistemas alimentares aos quais nos habituámos e das relações sociais que sustentam o bem-comum, no que toca a partilha de responsabilidade nos processos de produção, consumo e distribuição.»

Proximidade em tempos de distanciamento social

Este modelo implica uma perspetiva não capitalista da alimentação, mas não é uma miragem: pode e já funciona no dia-a-dia. As AMAP do Porto, Famalicão, Vila Nova de Gaia, Guimarães, Palmela, Sado e Alvalade e a CSA Partilhar as Colheitas da Herdade do Freixo-do-Meio, Montemor-o-Novo, membros da REGENERAR – Rede Portuguesa de Agroecologia Solidária, declararam a 8 de abril a importância de «cultivar a proximidade em tempos de distanciamento social». Em comunicado, partilharam «a angústia sentida por muitos pela possibilidade de vir a faltar comida» e «o medo de frequentar os locais de consumo de massas» pelo que «para podermos concentrar-nos nos cuidados (agora redobrados) que a terra exige, não podemos viver atarantados com a gestão de solicitações desenfreadas. Precisamos de planeamento, de proximidade, de compromisso e de empatia. Nas AMAP/CSA, foi sempre esta a ética que nos guiou para cumprirmos o dever que sentimos de providenciar alimentos de qualidade. Por isso não distinguimos entre consumidores e produtores: somos todos co-produtores. E para nós é isto que está na base da soberania alimentar.»

> Não podemos viver atarantados com a gestão de solicitações desenfreadas. Precisamos de planeamento, de proximidade, de compromisso e de empatia

Para este grupo de agricultores, «a crise do vírus corona tem posto a descoberto aquilo que já muitos de nós sabíamos: o atual sistema económico não é sustentável, e isso fica patente quando nos vemos obrigados a pensar como funciona o fornecimento agroalimentar». Cientes de que a realidade de muitos agricultores, dependentes do grande retalho e de circuitos longos de distribuição, pode nestes cenários «levar a situações trágicas no escoamento, e consequentemente no acesso ao pão que (n)os alimenta. Com a proibição das feiras e mercados, e com os limites à circulação, há que reinventar todo o circuito de distribuição de forma a torná-lo mais local, mais próximo e resiliente. É nesses processos longos, continuados, de convergência de pessoas comuns comprometidas, que a agricultura de proximidade pode afirmar-se em termos de soberania alimentar.»

Alimentação em curto-circuito

A Carta de Princípios das AMAP assenta em três princípios basilares: o alimento como bem-comum; a relação de escala humana e a agroecologia – esta última tornada imperiosa como elemento de Saúde Pública: «não se pode falar de alimentação saudável enquanto produzida de forma perturbadora do funcionamento dos ecossistemas». Esses princípios diluem-se ou estão mesmo ausentes no atual quadro institucional e no mercado em Portugal dos «circuitos curtos». Um modelo essencialmente focado na valorização meramente mercantil do alimento local e sem a dimensão coletiva e compromissos partilhados entre consumidores e produtores. Uma distinta abordagem, com diversos tipos de iniciativas agregadas, que têm vindo igualmente a beneficiar do atual "despertar" da alimentação de proximidade.

Ana Paula Xavier, da Direção da Federação Minha Terra, que junta 58 Associações de Desenvolvimento Local (ADL), reforçava em comunicado, igualmente nos inícios de abril, a aposta nesses Circuitos Curtos Agroalimentares e nos Sistemas Alimentares Locais. Simultaneamente, o Ministério da Agricultura aprovava um conjunto de medidas excecionais e temporárias relativas à epidemia do coronavírus no âmbito da operação «Cadeias Curtas e Mercados Locais» da Medida LEADER do PDR 2020, com o objetivo de «promover e agilizar os canais de comercialização de produtos alimentares locais, alargando as possibilidades de escoamento da produção previstas na operação» e lançava a iniciativa «Alimente quem o Alimenta» uma plataforma agregadora para a compra e venda de produtos agroalimentares.

Como notou Ana Paula Xavier, «algumas iniciativas com vários anos de atividade, como o projeto PROVE – entrega de cabazes de hortofrutícolas – registam uma procura sem precedentes», exemplificando ainda com o caso dos «cabritos disponibilizados pela ANCRAS - Associação Nacional de Caprinicultores da Raça, [que] numa mensagem desesperada, esgotaram em menos de 24 horas». A alimentação de proximidade, pela crise que atravessamos, ganhou efetivamente «mais visibilidade e premência», o que para a Federação Minha Terra «perspetiva, num futuro próximo, uma "normalidade" que pretendemos diferente e uma atitude mais cidadã, sustentável e justa em relação à alimentação.»

Um pouco por todo o país, perante os testemunhos de desespero com a interdição dos mercados e feiras semanais, foram reforçadas as redes de contactos através da divulgação de listas de produtores locais e dias de entregas diretas, algo que tem sido feito por diversas ADL, como a In Loco na serra algarvia, por grupos informais como a Caravana Agroecológica, com uma listagem de produtores na zona de Lisboa. Há listas partilhadas nas redes sociais ou em fóruns de discussão, como na plataforma nacional Alimentar Cidades Sustentáveis, um coletivo constituído atualmente por 350 membros oriundos dos mais variados territórios e setores alimentares e que lançou este ano o E-book "Alimentar Boas Práticas – Da Produção ao Consumo Sustentável".

Igual aumento de procura assistiu-se na loja da Cooperativa Minga de Montemor-o-Novo, apesar dos horários reduzidos de abertura, com encomendas online para cooperantes e para a população mais idosa do concelho. Alguns cooperantes organizaram-se ainda para ir buscar os produtos aos produtores de mais idade, de forma a protegê-los. Enquanto organização de cooperativismo integral, a Minga, que atua em diversas áreas sociais e económicas do seu território, tem vindo a demonstrar a eficácia de uma economia solidária através do consumo local e com responsabilidade social e ambiental. Em 2019, a Minga, com 50 cooperantes, 12 trabalhadores e 15 micro e pequenos produtores e várias marcas associadas, teve uma faturação de bens agrícolas de 42.000€ resultante de vendas em loja, mercado municipal e abastecimento de duas cantinas escolares, e faturação anual de 300.000€, mais que duplicando a do ano anterior. Números que não pretendem traduzir, e menos ainda valorizar, uma promoção permanente desse índice de crescimento económico, uma vez que a cooperativa se identifica com a perspetiva do Decrescimento e reivindica como primazia o bem-estar coletivo.

> As fragilidades da globalização alimentar tornaram-se mais visíveis no contexto desta pandemia

«Os políticos é no discurso, nós é na prática»

A perspetiva de um antes e um depois do coronavírus, levou a que no dia mundial da Luta Camponesa, 17 de abril, a ACTUAR - Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento e parceiros do «projeto Alimentação é Direito!» tenha dado início ao ciclo de «conversas@mesa: intercâmbios internacionais sobre o sistema alimentar pós covid-19». O projeto (2018-2024) é parte do programa CidadãosAtiv@s, financiado com 11 milhões de euros pela Islândia, Liechtenstein e Noruega, e gerido pelas fundações Calouste Gulbenkian e Bissaya Barreto. Quanto ao mote das videoconversas, o facto de os «limites e as fragilidades da globalização alimentar tornaram-se mais visíveis no contexto desta pandemia» e estando o futuro do sistema alimentar em debate, «os 3,7 milhões de pessoas em risco de pobreza em Portugal serão seguramente as principais vítimas desta pandemia, o que exige uma resposta consequente para promover sistemas alimentares sustentáveis.».

Sendo este tipo de iniciativas direcionado a «fortalecer as capacidades da sociedade civil para que possa influenciar de forma efetiva a geração de mudanças ao nível institucional e legal, e no quadro orçamental e de políticas públicas», as conclusões dessa primeira conversa («A agricultura familiar na encruzilhada viral») acentuaram apenas como a agricultura familiar está a mitigar os efeitos da crise sanitária» apesar da «profunda crise que já atravessava, reclamando a oportunidade para a implementação de «políticas públicas consistentes e adequadas de apoio a este sub-setor e de aposta no desenvolvimento de compras públicas de alimentos à agricultura familiar».

Já no espaço físico e com as mãos na terra, Joana e Manu, da associação algarvia Caldeira Negra, contaram ao Jornal MAPA (no âmbito da série #PandemiaSolidária) como efetivamente «está-se a inverter a lógica de importar e a tentar apostar na produção local. Os políticos é no discurso, nós é na prática. É um fenómeno muito forte: a situação está-se a inverter. Os produtores neste momento estão a escoar tudo, as pessoas estão a consumir imensos legumes e muito mais produtos locais. E as listas ajudaram. Muitas pessoas se dão conta de que enfiar-se num supermercado é uma loucura e descobrem como é melhor comprar diretamente aos produtores. Quando vais a uma quinta estás num espaço aberto, dão-te o teu cabaz, podes falar à distância à vontade, é muito mais saudável, seguro e sensato do que as medidas governamentais.» O que se passou na verdade «foi uma grande revolta. Não fazia sentido fecharem o mercado e deixarem as pessoas sem alternativa. Não só porque muitos de nós íamos ter dificuldades financeiras, mas também porque nos supermercados as pessoas têm mais hipóteses de ser contaminadas. Estes continuavam a funcionar sem se usar luvas ou máscaras. É uma loucura: as multinacionais e grandes superfícies vendem a gente apavorada, os mercados ao ar livre de apoio aos pequenos fecham… muitos produtores ficaram em situações muito más. Sobretudo os mais idosos. Para além do medo de serem contaminados, têm dificuldade em comunicar com o exterior, usar internet, comunicar moradas…»

Perante as restrições impostas o *food truck* da Caldeira Negra deixou de estacionar semanalmente no Mercado de Levante, em Lagos, mas tal serviu de oportunidade para lançarem mãos à construção de uma nova rede «Portugal Regional – open food network», com residentes portugueses e estrangeiros de todo o sudoeste algarvio, para dinamizar compras diretas a produtoras e produtores. E têm em mente algo mais que uma mera transação comercial: «estamos interessados em que isto seja um passo para criar uma base de dados de troca de serviços e bens para, no caso de a economia colapsar completamente, termos uma forma de solidariedade e de intercâmbio entre as pessoas».

Nos nossos campos e nos nossos pratos, tornou-se hoje mais evidente – para uma grande parte da população – o papel essencial destes grupos de produção e consumo na generalização uma alimentação de proximidade, com responsabilidade solidária e ambiental. Como referia em finais de abril o CIDAC, Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral em Lisboa, pioneiro em Portugal do movimento do comércio justo, a economia solidária, a «gestão coletiva e o enraizamento nos territórios, promovidos por grande parte destas iniciativas, fazem ainda mais sentido nesta conjuntura de crise que é multidimensional.» Precisamos delas como pão para a boca.

O questionável mundo novo das apps de rastreamento de contacto

A Covid-19 deu origem a diversas iniciativas para o desenvolvimento de aplicações para o rastreamento de contacto (ARC). Estas têm o potencial de responder a inúmeras perguntas, mas na corrida às *apps* parecem surgir mais questões que respostas.

RITA NEVES

GUILHERME LUZ
GUI.LUZ@JORNALMAPA.PT
@GUIXLUZ
JOÃO RIBEIRO
REVISTA SHIFTER
JOAORIBEIRO@SHIFTER.PT
@JOAOGSR

O tempo da Covid-19 não é comparável com o da Peste Negra do século XIV ou da Gripe Espanhola no início do século XX, quando o combate às pandemias era feito de formas meramente físicas. Por outro lado, este é o tempo da informação, da ligação permanente entre dispositivos, do *Big Data* e da Internet e, por isso, uma parte das medidas de combate à pandemia têm passado por apostas em ferramentas digitais que permitam determinar quantas pessoas estão infetadas, onde foram infetadas, quem mais foi infetado, e que consigam prever a evolução da pandemia. Pelo seu potencial para responder a estas perguntas, as *Apps* (aplicações) de Rastreamento de Contacto (ARC) (*Contact Tracing Apps*, na sua expressão em inglês), têm estado em cima da mesa. No entanto, a sua adoção está longe de ser consensual, dada a sua potencialidade para responder não apenas às perguntas anteriores, mas também a muitas outras cujo interesse está para lá do combate à pandemia. Em todo o caso, as tão faladas *apps* parecem trazer mais questões do que respostas.

Mas o que são exatamente as ARC?

Num artigo publicado no início de abril pela Electronic Frontier Foundation, associação americana de defesa da liberdade de expressão e direitos digitais, são apresentadas diversas propostas para ARC com recurso a *smartphone* baseadas na tecnologia *Bluetooth*. Em geral, todas seguem a mesma abordagem: a aplicação instalada num dado dispositivo gera e comunica um identificador que será detetado pelos dispositivos nas imediações. Quando dois utilizadores se aproximam, a aplicação determina a distância entre estes usando a força do sinal *Bluetooth* e, caso se estime que estes se encontram a uma distância que permita uma infeção, durante um certo período de tempo, os dois dispositivos trocam os seus identificadores. Cada aplicação regista o historial de interações com outros identificadores e, no caso de um dos utilizadores ser identificado como infetado por Covid-19, os utilizadores com os quais este manteve proximidade são notificados do risco de infeção a que estão expostos. Estes sistemas permitem a monitorização em grande escala e a sua entrada em cena no âmbito do combate à pandemia deu origem a uma autêntica corrida às «armas» por parte de governos e empresas.

Em fevereiro deste ano, o Conselho de Estado da República Popular da China deu instruções à Alipay, um serviço de pagamentos online pertencente ao Alibaba Group, para desenvolver uma plataforma nacional para a prevenção da epidemia. De acordo com um artigo publicado no The New York Times no início de março, a China deu início a uma experiência em massa para regular as vidas dos cidadãos através do uso de dados, requerendo que estes usem *software* nos seus smartphones que dite se estes devem ser colocados em quarentena ou se estão autorizados a entrar em transportes coletivos, em centros comerciais ou noutros espaços públicos. Uma análise do código da app pelo mesmo jornal descobriu que o sistema faz mais do que simplesmente determinar o risco de contágio de uma dada pessoa: aparentemente, partilha informações com a polícia.

Em Moscovo, desde o passado dia 15 de abril, é necessária uma autorização eletrónica para sair de casa, na forma de um código QR, atribuído pelo site da administração da cidade após a introdução do nome, localização, destino e razão para a deslocação. De acordo com uma notícia da agência Reuters, no início de abril, as autoridades russas desenvolveram uma app para monitorizar os movimentos dos indivíduos residentes que tenham contraído o vírus. Noutros pontos do país a app servirá como forma de autorização eletrónica.

Em Singapura foi implementada a *app* TraceTogether, utilizando o BlueTrace, um protocolo de fonte aberta para rastreamento de contacto desenvolvido pelo governo. Este protocolo foi adotado na Austrália e está em análise na Nova Zelândia. Em Hong Kong, os visitantes estrangeiros são obrigados a usar uma pulseira com um código QR em coordenação com uma aplicação que determina a localização relativamente a uma zona de quarentena definida. Já em Portugal, a aplicação monitorCovid19.pt está atualmente a ser desenvolvida pelo INESC-TEC. Sem data prevista de lançamento, será de utilização voluntária e de funcionamento descentralizado.

O governo de Emmanuel Macron anunciou que está também a trabalhar numa app, inserida no projeto PEPP-PT (Pan-European Privacy-Preserving Proximity Tracing), uma iniciativa comum para harmonizar o desenvolvimento de ARC na Europa. No início de maio, a Euronews noticiou que a app francesa será lançada em 2 de junho e que o governo recusou as soluções digitais da Apple e da Google alegando questões de privacidade e de interconexão com o serviço nacional de saúde. No entanto, este modelo de app tem sido alvo de várias críticas. A associação francesa Quadrature du Net, coletivo que promove direitos digitais, alerta para os perigos que o uso compulsório destas aplicações acarreta para as liberdades individuais. Além disso, contestam a sua efetividade, que depende da utilização de pelo menos 60 por cento da população geral, num contexto em que menos de metade da população acima dos 70 anos tem *smartphone*.

> A associação francesa Quadrature du Net, coletivo que promove direitos digitais, alerta para os perigos que o uso compulsório destas aplicações acarreta para liberdades individuais.

Entretanto, diversos países abandonaram já o PEPP-PT, como é o caso da Alemanha, que irá desenvolver a sua própria app em conjunto com a Apple e a Google. Espanha e Suíça abandonaram também a iniciativa. O governo belga, inicialmente apologista do uso de ARC, opta agora por medidas de controlo tradicionais.

Se do lado dos governos existe uma falta de consenso sobre os planos de adoção das ARC nos seus países, da parte dos programadores, criptógrafos e engenheiros, o debate centra-se na arquitetura que uma ARC deve ter. Protocolos como o PEPP-PT ou o BlueTrace operam num servidor central, que aloja os dados recolhidos, mas têm surgido outras propostas que garantem uma operação descentralizada, com implicações na preservação da privacidade. É o caso do DP-3T (Decentralized Privacy-Preserving Proximity Tracing), um protocolo desenvolvido por uma equipa de cientistas e investigadores. Este protocolo difere de outros, pois não existe um servidor central onde se cruzem todos os dados. Esse cruzamento é feito de forma descentralizada, no aparelho de cada utilizador. A Google e a Apple garantem também optar pela solução descentralizada, mas, ao contrário do DP-3T, o seu código não é divulgado nem publicado, o que não permite a uma entidade externa auditar e identificar vulnerabilidades.

No artigo "Rastreamento anónimo, uma contradição perigosa", vários especialistas franceses alertam para os perigos de ambas as abordagens. Sublinham que, embora não seja criada uma base de dados de pacientes infetados, os dados recolhidos não são verdadeiramente anónimos (são utilizados pseudónimos, que podem ser depois cruzados com outras informações, comprometendo o anonimato), o que abre caminho para determinar se uma pessoa está infetada ou não, levantando assim uma questão não só de privacidade, como de potencial discriminação. O artigo alerta ainda para a possibilidade de falsos alarmes e para as questões de segurança ligadas à utilização da tecnologia *Bluetooth*.

Direitos digitais em tempos de Covid-19

Em Portugal, a associação D3 - Defesa dos Direitos Digitais constituiu-se em 2017 com a missão de defender os direitos e as liberdades fundamentais no contexto digital, o direito à privacidade, bem como o acesso livre à informação, conhecimento e cultura. No início de abril deste ano, foi uma das signatárias de uma carta, juntamente com muitas outras organizações, com o intuito de dizer aos governos de todo o mundo que «a pandemia da Covid-19 não deve ser usada como desculpa para expandir a vigilância digital».

Em entrevista ao jornal MAPA esclarecem a sua posição sobre as ARC.

Jornal MAPA: Existem benefícios, no que toca à contenção da pandemia, decorrentes do uso de tecnologias de monitorização?

D3: Essa é uma pergunta que deve ser colocada a quem propõe a implementação deste tipo de tecnologia. Medidas que restringem direitos fundamentais têm de respeitar a Constituição, que através do princípio da proporcionalidade impõe que esse tipo de medidas tenham de ser cumulativamente: adequadas a alcançar o fim pretendido; necessárias, no sentido de serem indispensáveis, por não existirem outras alternativas igualmente eficazes e menos lesivas; e proporcionais – não devem ir além daquilo que for estritamente necessário.

Além disso, é impossível discutir este assunto sem saber exatamente de que estamos a falar e o que o governo propõe. Quando falamos de *apps* de rastreamento de contactos (ARC), existem diferentes soluções em cima da mesa e diferentes países europeus têm abordagens distintas. Só analisando ao pormenor o funcionamento da ARC proposta é possível determinar se esta respeita os direitos fundamentais das pessoas.

Não somos especialistas em epidemiologia, mas este debate deve incluir toda a gente porque todos seremos afetados pelas decisões tomadas. Não deixamos de reparar nalgumas premissas problemáticas, como a menção repetida de que este rastreamento só será eficaz se 50 por cento da população portuguesa usar a ARC. Podemos comparar com Singapura, onde o uso de uma ARC desenvolvida pelo governo, que tem incentivado a sua utilização, teve uma adoção que se ficou pelos 20 por cento. Parece-nos manifestamente insuficiente a sustentação científica por trás da alegada necessidade imprescindível e imediata deste tipo de solução tecnológica.

Quem tem defendido o seu uso?

Há interesses de diversa natureza em jogo. Há quem pretenda realmente encontrar na tecnologia uma resposta para esta crise complexa. Mas há também quem veja uma oportunidade de negócio, quem tenha interesse nos dados pessoais que serão recolhidos, quem veja um pretexto para promover uma agenda securitária, etc. Existe um certo ecossistema de interesses cujas motivações não estão relacionadas com a defesa do bem comum, com o respeito pelos direitos fundamentais ou sequer com a eficácia prática da aplicação, e devemos ter consciência da existência e influência destes fatores.

Que dados estão a ser recolhidos pelas ARC?

As ARC estão a ser desenvolvidas de diversas formas, mas a grande maioria está a fazer uso do sinal de *Bluetooth* para detetar quais os dispositivos móveis que estiveram na proximidade do dispositivo de um utilizador, aferindo assim os possíveis contactos que cada pessoa teve.

Por exemplo, a ARC desenvolvida pelo governo de Singapura regista os identificadores dos telemóveis que estiveram próximos de uma pessoa e, quando essa pessoa testar positiva com Covid-19, a ARC faz upload desses identificadores para um servidor e dessa forma a autoridade governamental pode contactar os donos desses dispositivos. Para isso é necessário que os utilizadores registem os seus contactos pessoais na ARC e os submetam a esse servidor. Existem outras formas de atingir o mesmo objetivo sem que os contactos pessoais sejam registados. Por exemplo, a ARC poderá questionar o servidor regularmente para saber se algum dos identificadores com que esteve em contacto é de algum utilizador que tenha testado positivo com Covid-19. Um outro perigo é que o recurso às ARC levará a uma normalização da vigilância massiva. É por isso importante que, a ser utilizada uma ARC em Portugal, o deve ser em termos tão estritos quanto possível, e não ir além da duração da pandemia.

As informações relativas a contactos de proximidade só têm interesse durante alguns dias após o contacto. Após esse período, os dados devem ser eliminados.

O que acontecerá aos dados recolhidos pelas *apps* quando a pandemia terminar?

Mais uma vez dependerá do tipo de ARC usado e do tipo de dados recolhidos. Partindo do princípio que é empregue uma ARC que respeita os princípios de privacidade previstos no RGPD [Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados], os dados recolhidos serão à partida limitados. As informações relativas a contactos de proximidade só têm interesse durante alguns dias após o contacto. Depois desse período, os dados devem ser eliminados. Se optarmos por *apps* mais problemáticas, poderá haver alguma tentação por parte das entidades governamentais ou empresas do sector privado a manter os dados na sua posse ou a criar outras soluções para prevenir novas pandemias. É importante estarmos atentos a estas situações de forma a evitar situações abusivas.

Que perigos pode a sua adoção configurar não só para a nossa privacidade, mas também para a sociedade em geral?

É bastante difícil conseguir antever todos os perigos possíveis. A título de exemplo: acesso das seguradoras à informação sobre o estado de infeção das pessoas; possibilidades de desanonimização das pessoas; possíveis "fugas" de informação sobre o estado de infeção de alguém; normalização do uso de *apps* para monitorizar a saúde dos cidadãos e mediar a sua relação com o sistema de saúde; discriminação de diversos setores sociais (por exemplo: pessoas sem smartphone).

Pode o estado de emergência facilitar a implementação de sistemas de monitorização em massa pela ausência de processos de escrutínio público?

O estado de emergência não afasta a aplicação do Estado de Direito ou da Constituição, pelo contrário, representa a sua atuação em tempos de exceção. Os efeitos do estado de emergência limitam-se ao que é enunciado no próprio diploma. Não se trata de uma suspensão generalizada de direitos, liberdades e garantias. É claro que o estado de emergência faz com que as pessoas baixem a guarda, sejam menos exigentes em fazer valer os seus direitos, o que facilita a aceitação social deste tipo de medidas. As pessoas têm medo deste perigo invisível que não sabem como combater. Vemos aumentar os discursos do "quem não deve não teme", "é preciso fazer alguma coisa", etc. Infelizmente, quando alguém quer muito encontrar soluções, há sempre outros prontos a vendê-las, e torna-se muito difícil quebrar esse encontro de vontades. Nessas circunstâncias, a questão do mérito da solução tecnológica, que deveria ser a chave para debater esta questão, passa muitas vezes para segundo plano.

Têm surgido projetos com o objetivo de criar ferramentas digitais de combate à pandemia com maior foco na segurança do utilizador, na privacidade e nos direitos digitais?

Há projetos que tentam dar uma especial atenção à privacidade dos utilizadores, mas mesmo esses são problemáticos do ponto de vista da sua eficácia em preservar, de forma estanque, a privacidade das pessoas. Há demasiados riscos, buracos e possíveis "fugas" nas ARC que não dependem da implementação técnica; por exemplo, o sinal *Bluetooth* atravessa barreiras e identificará como positivos contactos que não existiram, e serão erradamente notificadas pessoas que não foram expostas.

Que papel as licenças abertas e o modelo Open Source têm tido no combate à pandemia?

Temos assistido desde cedo a iniciativas interessantes, por exemplo no movimento maker, de partilha de conhecimento e de conteúdos abertos com vista à produção de máscaras e de outros materiais, inclusivamente ventiladores. Nesse sentido, está a ser um período bastante positivo para o movimento Open Source. Em relação a *apps*, o acesso ao código é fundamental e nenhuma solução que não o preveja pode ser levada a sério. O âmbito das ARC é demasiado vasto para que o seu funcionamento se mantenha ocultado. E se se alega que estão asseguradas todas as salvaguardas de segurança e privacidade, então mais uma razão para publicar o código. Neste caso, podemos argumentar que quem não deve, não teme.

Uma solução meramente técnica?

No âmbito da luta contra a pandemia, tem surgido a ideia de que existe um conflito entre o respeito da privacidade e a saúde. Para a D3 essa é uma falsa dicotomia: "esse é um argumento que tem sido avançado por um ponto de vista ideológico solucionista, que propõe soluções exclusivamente técnicas para problemas complexos de ordem social e política e reduz o discurso aos pormenores de implementação, descartando qualquer consideração fora dessa esfera. Essa linha propõe uma dicotomia entre a app e o confinamento, entre a salvação e o marasmo. Antes estávamos conscientes que até à cura ou vacina não encontraríamos soluções mágicas. Agora, há uma solução mágica na forma de uma app, muitas vezes sem qualquer menção concreta das suas vantagens – as ARC são apresentadas como algo que tem de ser". Numa publicação no Github, uma plataforma para o alojamento de código, onde se desenvolve o protocolo DP-3T, uma publicação assinada em nome do Institute for Technology in the Public Interest alerta para a necessidade de repensar a forma como a tecnologia é desenhada e implementada, porque as ARC "vão estabelecer condições normativas para a realidade e vão contribuir para as decisões sobre quem terá liberdade de decisão". Questiona-se ainda o porquê de a vigilância se ter tornado a única possibilidade de ação contra a pandemia, salientando-se a necessidade de discutir publicamente de que forma as comunidades gerem os seus próprios cuidados e a exposição ao vírus, e a inclusão nesta discussão da arquitetura da app, como também a possibilidade de não a implementar.

R., KUNMING, CHINA, 28 DE ABRIL

Amigues, escrevo-vos do país onde tudo isto começou. Passei já os 70 dias de quarentena. Embora esta cidade não tenha ficado isolada como outras, o início esteve longe de ser fácil. Em final de janeiro, o governo decretou o confinamento obrigatório, e brigadas de voluntários, segurança civil e polícia vigiavam a entrada e saída dos bairros. A vida social mudava por completo. O uso de máscaras é obrigatório desde essa altura e outras medidas de segurança foram anunciadas por toda a parte. O comércio fechou na totalidade e os restaurantes passaram a funcionar por encomenda. As ruas ficaram desertas, os transportes cessaram e as escolas fecharam. Tudo isto ocorreu durante o ano novo Chinês, a altura mais movimentada do ano. Foi quando se começaram a ouvir as notícias das infeções generalizadas por um novo coronavírus, do isolamento de Wuhan, da construção de hospitais em tempo recorde e das mortes. O governo virou a tragédia ao contrário. Apelou ao alistamento generalizado para ajudar em Wuhan, e autocarros carregados de médicos, estudantes e pessoal auxiliar, no centro das atenções como heróis nacionais, saíram de todas as cidades para ajudar na «guerra contra o vírus», como ficou conhecida a cruzada. As reportagens eram diárias e em estilo propagandístico. Toda a máquina do Estado se empenhou em não ficar mal na fotografia e em segurar possíveis dissidências. O secretário-geral Xi Jinping saiu de cena para aliviar alguma tendência que o pudesse culpar. As notícias dos jornalistas desaparecidos não existiram. Mesmo o Dr. Li Wenliang, oftalmólogo que tornou pública a doença que lembrava o SARS, e que dela morreu, foi inicialmente condenado e só após a morte declarado herói nacional. As crianças ficavam em casa e cedo se organizaram aulas *online*. As entradas e saídas para a compra de mercearias básicas eram controladas. A temperatura de todos os que entravam nos bairros era anotada. Pouco tempo depois surgiam os primeiros códigos QR de monitorização populacional. Por essa altura a polícia anunciava que através da vigilância digital facial conseguia monitorizar automaticamente a temperatura de um indivíduo numa multidão. As notícias eram imparáveis, sempre na mesma linha de guerra contra o vírus. O governo decidiu atribuir uma pensão compensatória aos filhos e aos cônjuges de quem morria na batalha. Entretanto, a cidade de Wuhan foi reaberta. A movimentação voltou às ruas no início de abril, com a reabertura do comércio, dos transportes e, nestes últimos dias, das escolas também. As medidas de segurança, os códigos QR e o rastreamento eletrónico por atribuição de códigos de saúde mantêm-se. Estamos bem e com saúde, penso que escapámos.

ANÓNIMO, BILBAO, ESPANHA, 13 DE ABRIL

É *um feitiço do tempo*. Nada muda. A única diferença de um dia para o outro é saber se os supermercados estarão abertos, para que se consiga justificar o sol a bater na cara. As semanas são marcadas por histórias de violência policial e pelas contagens de mortos, com mais discursos sobre a salvação da economia do que sobre a liberdade fora desta prisão. Estou num país com algumas das mais restritas medidas de quarentena da Europa, num bairro com uma das mais duras repressões: San Francisco, *barrio* da zona central de Bilbao, que acolhe as muitas caras convencionais da gentrificação. Bilbao está agora no mapa europeu, a popularidade do bairro cresceu e a gestão de San Francisco nesta situação requer uma resposta: polícias, muitos. A primeira semana incluiu uma procissão diária, por volta das 18h, de quatro ou oito carrinhas da polícia de choque. Com megafones a gritar, a parada era escoltada por gangues policiais a pé que controlavam cada pessoa na rua. Não ser branco, nesta situação, está longe de desejável. A presença policial continua a crescer à medida que os dias passam, mas a situação está mais calma, porque as pessoas aprenderam: centenas de milhares de euros em multas, alguns espancamentos e pronto, já só saem se tiverem a certeza de que vão voltar inteiras. Todo o trabalho não essencial foi proibido, mas sabe-se lá quem define o que isso é… Se uma pessoa achar que contraiu o vírus, deve ficar em casa e informar as autoridades de saúde. Portanto, numa economia onde o sistema de saúde está a colapsar, o conselho oficial é: morra lentamente, sem apoio, sozinho em casa. Horas depois de ser anunciado o estado de emergência, os patrões começaram a distribuir adiamentos temporários dos contratos de trabalho, e os trabalhadores independentes estão a ser «apoiados» através de empréstimos sem juros. Apoio é um termo engraçado, perante a quantidade de bandeiras com faixas pretas que aparecem com a palavra *autonomos*. Como em muitos sítios da Europa do sul, grande parte da população espanhola trabalha «a negro», e para estes não há nada. Numa cidade de apartamentos que já são pequenos para uma família nos melhores momentos, quando se diz que as denúncias de violência doméstica baixaram, sabemos que não é porque as pessoas estão a brincar às famílias felizes. Em breve estaremos a fazer contagens ao número de mortos por depressão, psicose e suicídio.

NORA, OURENSE, ESPANHA, 14 DE ABRIL

Cheguei ao norte da Galiza ignorando as capas de jornais e deparei-me com os cafés fechados e com gente histérica a comentar como os madrilenos que fugiram para as suas segundas casas na costa nos iriam infetar a todos. Voltei para casa da minha mãe, contentíssima por não ficar sozinha num confinamento que ia durar, em princípio, duas semanas – o que já parecia uma agonia. Nos primeiros dias sentimos *stress* e paranóia sem sequer sair de casa. Da janela via-se passar um carro da polícia a cada cinco minutos, controlo por toda a parte e multas a qualquer pessoa fora de casa sem uma justificação. No entanto, passado um mês esta parece uma situação normal. Fazer máscaras para distribuir no bairro já se tornou um trabalho do dia-a-dia. Já não há tanta ansiedade por não poder sair de casa, excepto quando tens de ir ao supermercado e as poucas almas que vês na rua vão com a cara tapada e mudam de direcção ao ver-te. Há amigas da minha mãe que não vão voltar a abrir os seus pequenos negócios porque não podem pagar a renda e são demasiado velhas para esperar pelas promessas do governo. As conversas *online* com gente que está longe (ou não tão longe) repetem-se: sobre a magnitude dos dramas do primeiro mundo, sobre como a maioria das pessoas está a viver em apartamentos minúsculos sem luz solar e com gente que não consegue aturar, e o privilégio que nós temos por ter uma casa com horta, onde podemos sair e apanhar sol. Agora só resta esperar, experimentar esta falta de liberdade e pensar sobre como chegámos até aqui.

ODETE, PAREDE, PORTUGAL, 29 DE ABRIL

Estou fechada no quarto do lar onde vivo, com minha companheira de quarto. Não podemos sair a não ser para andar nos corredores, o que eu raramente faço. Não podemos frequentar os espaços comuns, as varandas, o bar… Mas eu também não o faria, mesmo se pudesse. Vocês tenham juízo e não andem na rua, para não apanharem o bicharoco. Por um lado, ainda bem que estou aqui. Já não há visitas, apenas os funcionários saem e entram. Tenho tudo o que preciso e todas as refeições são sempre no quarto. A senhora do quarto ao lado ficou em isolamento, foi transferida para o andar de cima porque testou positivo para o bicho. Entretanto já não está infetada, mas continua lá em cima. Já testou negativo duas vezes para o vírus, por isso hoje veio-nos fazer uma visita à porta do quarto, mas sem entrar, coitadinha. Estava com um sorriso de orelha a orelha! Depois lá voltou para o andar de cima. A minha saúde está bem, e olha que já tenho quase 89 anos. Não saio do quarto, sentada em frente à TV, trazem-me a comida e, quando me aborreço, muito vou andar para os corredores. Temos todos de ter paciência até as pandemias acabarem de vez. Veio cá um enfermeiro que não é do lar fazer-me um teste com uma amostra do nariz e disse-me que eu não tinha nada. Dou graças a Deus por isso!

Vidas em tempos de vírus

De diferentes partes do mundo, estes relatos chegaram-nos como fragmentos de um retrato da vida em tempo de pandemia. Não pretendem ser uma generalização da realidade de cada país, mas antes uma colecção de experiências que, na sua singularidade, ajudem a iluminar a diversidade desta crise.

FRANCISCO PEDRO COLAÇO
FRANCISCOCOLACOPEDRO@GMAIL.COM
MARGARIDA LIMA
M.LIMA@JORNALMAPA.PT
SANDRA FAUSTINO
SANDRAFAUSTINO@JORNALMAPA.PT

ILUSTRAÇÕES
CATARINA SANTOS e **MROCHA**

MIGUEL PEREIRA, PORTO, PORTUGAL, ABRIL

Ontem estive de urgência numa maternidade. Um casal de mulheres com deficiência auditiva iria ter o seu primeiro filho. A mãe teve de ir para cesariana urgente porque a monitorização fetal tinha indícios de sofrimento. Decidi evitar uma anestesia geral e realizar uma técnica, tipo epidural, que exige consentimento e colaboração a uma paciente que teria dificuldades óbvias de comunicação, agravada pelo facto de eu não tirar o respirador para não correr o risco de infectá-las. Consegui a confiança e a coragem da companheira e pedi que acompanhasse o processo passo a passo, para explicar e acalmar o medo e a ansiedade próprias de uma mãe de um primeiro filho que vai para cesariana urgente. Aprendi a falar mais devagar e alto, expliquei todos os procedimentos que a companheira traduzia. O bebé nasceu com mecónio mas, com os cuidados devidos, apresentou vitalidade. Quando ele nasceu, o maior desejo da mãe era ouvir o seu filho chorar. Pedi para trazer o aparelho auditivo (que está contraindicado nas cirurgias com bisturi eléctrico), para que ela guardasse na memória esse momento. No fim correu tudo bem, em excelente trabalho de equipa de todos. Aprendi algumas palavras em língua gestual e vivi uma história que me vai emocionar sempre que a recordar. Elas ganharam umas fotos embaciadas pelo protetor que cobre o meu telemóvel. Foi, sobretudo, uma experiência partilhada que nunca mais esqueceremos. Há vida para além da Covid-19.

J., PORTO, PORTUGAL, 29 DE ABRIL

Uma colega com quem convivemos bastante testou positivo, é médica no hospital e contraiu o vírus logo no início. Não foi fácil perceber como se espalhou a coisa a partir daí. Este vírus só se manifesta com sintomas em 20% das pessoas que o contraem e mesmo os resultados dos testes podem ser confusos. Liguei para o Saúde24 e não consegui aguentar o tempo de espera. Fiquei em casa mas recebi visitas dos amigos do círculo de contágio. A maior parte de nós não teve sintomas e eles não fazem testes a quem não tiver. No caso de uma amiga com quem vivo, ela avisou o patrão que estava em contacto com pessoas infetadas e o patrão permitiu que ela não fosse trabalhar. Como não apresentava sintomas, passadas duas semanas ordenaram-lhe que voltasse ao trabalho. Não há contenção real, apesar do estado de emergência. Os números não são reais - tal como eu não fiz o teste, muita gente não deve ter feito. Faz o António Costa parecer bem na estatística, parece que estamos a conter a coisa, mas isso não é verdade. Passados dois dias, surgiu-me uma espécie de bronquite: tira-te o ar e dá-te tosse. Apesar de os sintomas se prolongarem por um mês, já tive gripes mais intensas! Claro que imagino que as pessoas mais frágeis sejam mais atingidas: a cura depende só de ti e como te encontres. Tenho ficado por casa, não recorri a médico nenhum e já não sinto falta de ar.

FERNANDO BOMFIM MARIANA, BRASÍLIA, BRASIL, 17 DE ABRIL

Nesta manhã despertei docemente com uma canção de ninar à luz do sol: uma avó embalava o neto. Recitava para o menino ou para o mundo? Partindo para a matinal voadura, me toquei perplexo pela ausência dos humanos nas ruas. No caminho notei um homem sentado, raivoso com sua aura de morte: vestia uma camisola da seleção do Brasil, e esbravejava ao léu para as pessoas voltarem aos seus trabalhos. Chegando ao parque, avistei animais livres, dançando ao sol. A melodia do silêncio nunca escutada emanava da Terra. Onde estavam os humanos, afinal? Perguntei ao Capitão-do-campo: — Amiga, tu que és longeva aqui no Cerrado, por que sumiram os seres humanos? E a enorme árvore respondeu: — Passarinho avoado, não soubestes da debandada? Toda gente está enclausurada em suas moradas, exceto uns poucos. Bicho novo tá no ar, invisível, e entra ao respirar. Atalhado continuei meu flutuar. Observando o interior das casas, meu olhar: famílias juntas, ora a rir, ora a chorar; casais distantes lado a lado, ou entrelaçados no amor apaixonado; crianças e velhos sonhando, se elevando às nuvens de um outro despertar. A cidade lenta, prazerosa de se cuidar. E me perguntei: será que um dia junto com essa humanidade poderemos voar? Voltei ao mesmo lugar da manhã, e a reverenciada canção de ninar acalentava os medos à luz da lua.

PRISCILLA MONTEIRO, RIO DE JANEIRO, BRASIL, 21 DE ABRIL

Na maioria das favelas não tem coisas básicas para que nós, faveladas e favelados, possamos ficar em casa em segurança e fazendo o protocolo de higienização. Como era possível fazer isso se muitos de nós estávamos sem água em nossas casas, como ocorreu com nossos companheiros do Complexo do Alemão? Como é possível lavar as mãos sem ter sabão, como ocorreu aqui na Maré e em muitas favelas do Rio de Janeiro? Além do fato de muitos de nós sermos trabalhadores autónomos e ficar em casa significa não ter dinheiro para custear as coisas básicas para a sobrevivência, como a comida. O território periférico sempre sofreu com a violência e negligência do ESTADO e nesse momento de pandemia não seria diferente. Diante disso foram feitas mobilizações para garantir recursos para comprar cestas básicas, material de limpeza e máscaras para quem mais precisava. Nossa mobilização aqui na Maré tem sido com os grupos, ONG's e iniciativas com as «vaquinhas *online*» para fortalecer quem mais precisa nesse momento. O Estado continua contribuindo com mais insegurança porque nem mesmo em momento de pandemia parou as operações policiais. Ficar em casa não tem sido uma tarefa fácil – muitos de nós estão com a saúde mental bem fragilizada, nós que sempre utilizamos as ruas como espaço de lazer e extensão de nossas casas.

THURAYA ELAYAN, RAMALLAH, PALESTINA, 30 de ABRIL

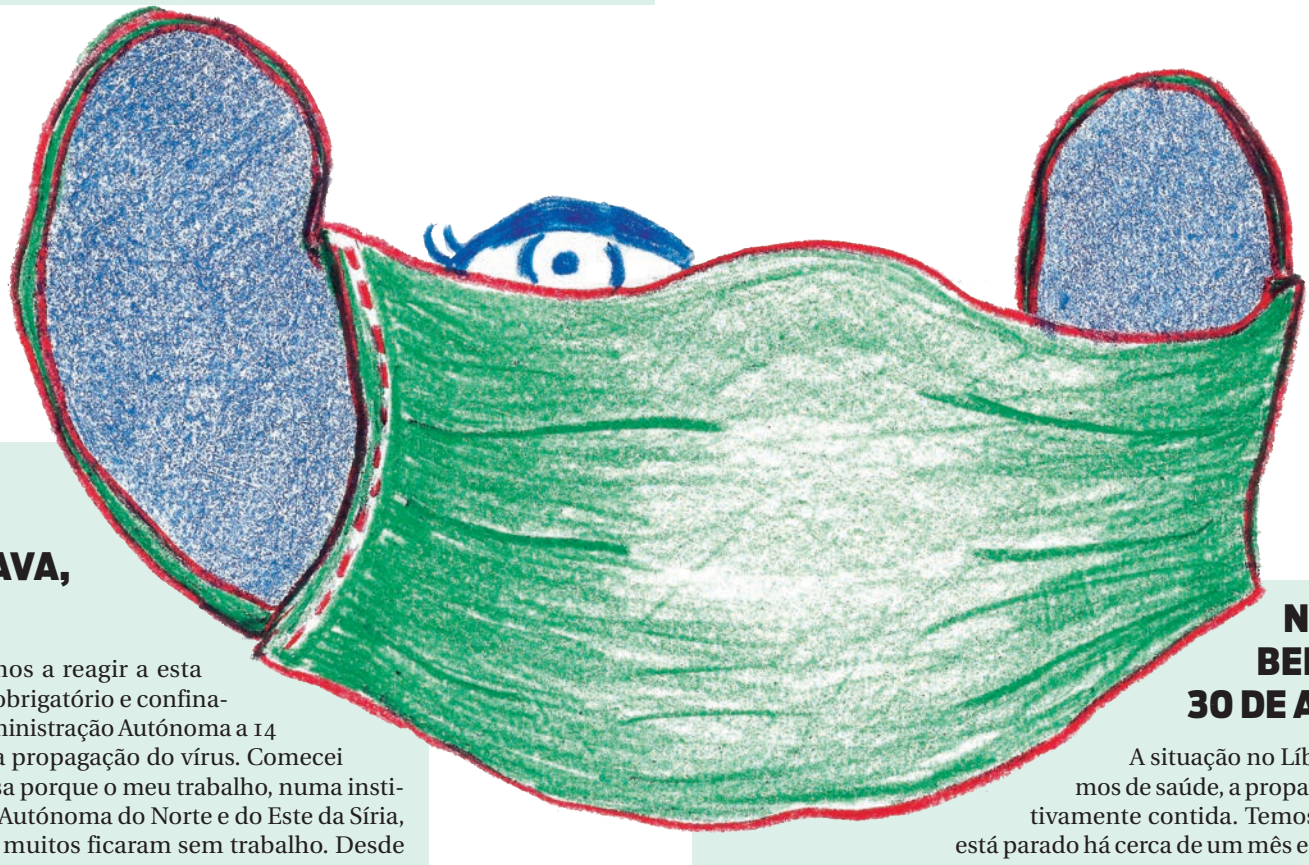
O governo impôs medidas de emergência desde que os primeiros casos apareceram numa cidade palestiniana. Começámos a sentir-nos stressados. Como vamos encarar o perigo? O que devemos fazer para evitar o vírus? É o sistema de saúde palestiniano capaz de lidar com a pandemia? É suficiente ficar em casa para estar protegido? A nossa vida mudou, nada de sair nem de encontros com a família ou amigos. Agora começo o dia a ver TV, à procura de todas as notícias sobre a doença, os novos casos na Palestina e no mundo. Tenho medo que se espalhe aqui: o nosso sistema de saúde não tem capacidade para um número alto de casos. Sinto-me angustiada. Não temos qualquer controlo sobre as nossas fronteiras nem comércio com o mundo. Estamos sob ocupação, e o ocupante não quer saber de nós, pelo contrário… O vírus faria um favor a Israel se nos exterminasse: livravam-se de nós sem terem de fazer nada. É uma dupla preocupação. O vírus é invisível mas os soldados israelitas podem ser vistos a destruir casas e a deixar famílias sem-abrigo, *settlers* a cuspir em carros e portas em Hebron, ou a cortar árvores e a provocar aldeias para se lançarem na resistência… Como podemos travar a propagação do vírus numa realidade assim? Vou agora comprar comida com o meu marido. Quero ajudá-lo a manter comportamentos de precaução. Mas é difícil, especialmente quando chegamos a casa: como desinfeto o que comprei? Costumava recusar caixas de plástico, mas agora quero tudo em plástico: é mais fácil de desinfectar. Muitos desafios e muitas incertezas...

DELMA MONTEIRO, LUANDA, ANGOLA, 26 DE ABRIL

Com a declaração do estado de emergência a 27 de março, foi restringida a circulação de pessoas, proibida a venda ambulante, encerrados mercados, reduzido o horário dos supermercados e reduzido o pessoal dos serviços básicos para 30%. Os taxistas também foram orientados a uma lotação máxima de 30%, o que levou a maioria a suspender o serviço porque o gasto com o combustível não compensaria. Eu vivo com minhas duas crianças asmáticas. O facto de elas pertencerem ao grupo de risco nos levou a encarar o distanciamento social com muita responsabilidade, e durante este período estou a trabalhar a partir de casa. Infelizmente, a maioria das famílias não tem capacidade financeira para comprar grandes quantidades de comida. Vivo numa área periférica da cidade de Luanda, onde não há água canalizada, então o acesso à higienização adequada (pessoal e doméstica) foi desde o início da quarentena um grande desafio no meu bairro e impediu as pessoas de adotar o *slogan* «fique em casa», porque tinham que sair diariamente para acarretar água e procurar comida. Muitas famílias, de seis a oito elementos, moram em espaços pequenos, vivem de pequenos negócios à porta de casa, as mulheres trabalham como domésticas ou zungueiras (vendedoras ambulantes) e estão a enfrentar dificuldades, inclusive para comer. Muitas trabalhadoras domésticas não foram dispensadas, as zungueiras não têm como suspender a sua actividade por uma questão de sobrevivência, e com a redução dos táxis nas vias estão a andar longas distâncias para ir e voltar do trabalho, ou se apertando nos poucos táxis que aparecem, expostas a infecção e a violência policial. Não há centro de saúde ou hospital público próximo. O mais próximo é um centro de saúde da Igreja Católica, a uns 6 kms de distância, e não é gratuito. Essa é também a realidade de muitos outros bairros. Paira no ar o medo da propagação do vírus, mas as condições sociais e económicas das famílias se sobrepõem a uma prevenção adequada. As vizinhas zungueiras fazem as compras e nos repassam. Assim elas têm como escoar os produtos e nós como reabastecer as nossas dispensas sem nos expor. Damos uma contribuição para a segurança delas, que pode ser dinheiro, sabão, luvas, máscara ou álcool. Quem tem tanque de água está a partilhar com as que não têm água em casa, para não terem que gastar o pouco dinheiro em compra de água. Um vizinho que tem uma moto anda pelo bairro com um megafone a apelar ao distanciamento social e à lavagem das mãos com água e sabão.

SEBASTIÁN RUIZ, BOGOTÁ, COLOMBIA, 14 DE ABRIL

Bogotá é uma cidade chuvosa, há dias em que parece que as ruas vão ser inundadas. Bogotá é uma cidade difícil: o transporte, as multidões, o ar poluído dos autocarros. É também uma cidade generosa, é o lugar para onde vêm pessoas de toda a Colômbia para encontrar trabalho. Como em todas as cidades do mundo, tudo mudou com a chegada do vírus. A primeira medida foi tomada pela Presidente da Câmara, Claudia López, a primeira mulher presidente e lésbica assumida. Em poucos dias decretou um «exercício obrigatório» que era contraditório nos seus próprios termos. No primeiro fim-de-semana, as pessoas tomaram-no como um jogo. Repetiram-se os mesmos erros de Itália e de Espanha. As pessoas saíram para cidades próximas pensando que estavam de férias. O vírus propagou-se enquanto os privilegiados podiam estar em casa e uma grande massa de trabalhadores informais e migrantes venezuelanos ficava na Praça Bolívar, à espera de uma solução do governo que nunca viria. Só a polícia chegou. Foi assim que começou esta espera permanente. Nos últimos meses, a migração mais importante foi a proveniente da Venezuela. Muitos deles regressaram ao seu país tal como tinham chegado: caminhando. Pegaram nas suas coisas e atravessaram a Cordilheira dos Andes sem a ajuda de nenhum Estado. Entretanto, o governo colombiano pedia hipocritamente financiamento internacional para resolver «o problema da migração venezuelana», mas não fizeram nada. Enquanto estamos em confinamento, continuam os assassinatos de dirigentes sociais e a queima da Amazónia para expandir a fronteira agrícola. A guerra não foi confinada pelo vírus. A cidade asfixiante que sempre foi Bogotá tornou-se subitamente um lugar vazio, quase fantasmagórico. As suas ruínas parecem mais visíveis, o ar desimpedido e até as raposas começaram a aparecer no norte da cidade. Não se ouve *vallenato* ou *reggaeton* em cada esquina. O vírus não gosta de dançar. O excesso de notícias tornou-se um novo vírus e eu preferi deixar de me informar. Os nativos da Serra Nevada de Santa Marta enviaram uma mensagem avisando que não se deve falar sobre o vírus para não o atrair. Assim, o silêncio tornou-se uma forma de resistência. De alguma forma, suspeito que, se tudo voltar ao normal, será pior.



ZOZAN ABDULSALAM. KAMISHLI, ROJAVA, 2 DE MAIO

Aqui em Rojava estamos a reagir a esta pandemia com recolher obrigatório e confinamento, resoluções da Administração Autónoma a 14 de março, para impedir a propagação do vírus. Comecei a trabalhar a partir de casa porque o meu trabalho, numa instituição da Administração Autónoma do Norte e do Este da Síria, assim me permitiu, mas muitos ficaram sem trabalho. Desde o início do confinamento que não podemos sair a menos que seja uma emergência, mas agora parece que podemos fazê-lo se for dentro da cidade ou da vila em que vivemos. Apesar da pandemia, o povo de Rojava não foi poupado a ameaças de invasão pelo Estado Turco, nem às violações feitas pelas suas facções nas zonas ocupadas. As nossas regiões já passaram por muitas provações, e o coronavírus é uma delas. Felizmente, em Rojava só há dois casos confirmados. Acho que temos sorte, porque a situação na nossa região e a falta de recursos médicos levará a um desastre se o vírus se espalhar. A Covid-19 parou o mundo, então fico a pensar: como será o mundo depois desta pandemia?

NADIA CHRISTIDI, BEIRUTE, LÍBANO, 30 DE ABRIL

A situação no Líbano está a explodir. Em termos de saúde, a propagação do vírus tem sido relativamente contida. Temos cerca de 700 casos. O país está parado há cerca de um mês e meio. O aeroporto e as fronteiras fechadas, como quase tudo excepto mercearias e farmácias. Há um recolher noturno obrigatório. Números pares e ímpares de matrículas circulam em dias alternados. Muitas pessoas estão a trabalhar a partir de casa, muitas outras ficaram sem trabalho ou estão à espera de voltar ao trabalho por metade do salário, ou nenhum. É aí que a situação está a explodir – economicamente. A pandemia chegou no pico de uma crise económica e da revolta social. A revolta começou a outubro de 2019 com a introdução de um novo imposto. Os protestos surgiram em resposta a décadas de planeamento económico deficiente, má governação e um sistema político corrupto. O Líbano é um dos países mais endividados *per capita* no mundo. Os cidadãos foram encorajados a depositar o seu dinheiro nos bancos. Os bancos locais fizeram empréstimos ao governo e depositaram montantes significativos no Banco Central. Incapaz de pagar a sua dívida, o governo é agora incapaz de pagar aos depositantes. Há limites estritos de levantamento de dinheiro, o que torna o dia-a-dia quase impossível. O Banco Central começou a imprimir dinheiro e a nossa moeda está a desvalorizar rapidamente. Os salários desceram muito em apenas semanas e os bens essenciais estão a ficar demasiado caros. Os meus pais passaram os últimos dois dias ao telefone com bancos, a tentar perceber como arranjar dinheiro para a família e para pagar salários na empresa da minha mãe. Estima-se que cerca de 75% dos libaneses vão precisar de ajuda para fazer face às necessidades básicas depois da pandemia. Ainda assim, o parlamento é incapaz de concordar num pacote de assistência às famílias mais necessitadas. Nos últimos dias, os libaneses voltaram a tomar as ruas, desafiando a distância social e o recolher obrigatório. Alguns protestantes estão a destruir e incendiar bancos apelando à queda do sistema bancário.

COLINE, BORDÉUS, FRANÇA, 30 DE ABRIL

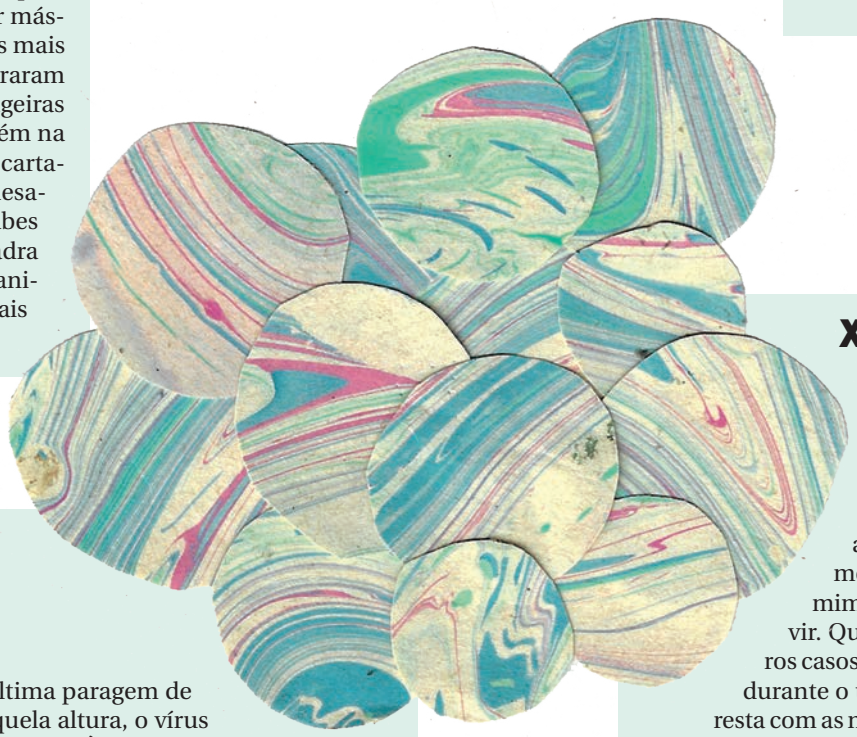
Aqui, o sentimento que prevalece é a privação da liberdade. No início desta crise sanitária, como lhe chamam, a primeira medida do governo foi dizer que durante um ano iriam decidir tudo sem parlamento. As primeiras medidas foram estranhas: dar mais poder às empresas, aceitar o 5G... Depois impuseram que toda a gente fique em casa e, como isso não ia chegar, vieram as multas. Nos lares de idosos não podem receber visitas nem sair dos quartos, então claro que as pessoas acabam por morrer e o número de mortes nos lares é enorme em França. Todos os dias às 20h as pessoas põem-se à janela para bater palmas, mas não sei se realmente sabem porquê: é pela exploração do pessoal da saúde? Ainda há pouco, em dezembro, os profissionais de saúde estavam na rua em protesto e os hospitais em greve, e ninguém teve solidariedade com eles. Agora que precisam, batem palmas. Ou é para sentir uma vez por dia que estamos todos unidos? Por esse sentimento de euforia de cinco minutos à janela? Depois, há pessoas como eu, que escolhemos viver nas aldeias e montes e que sentimos que temos sorte em relação a outras que estão na miséria ou que vivem em apartamentos - e isso é como se nos tapasse a boca. Eu trabalho em escolas como educadora de crianças e adolescentes. Eles recebem montes de trabalhos de casa pela *internet*, mas nem todos têm computador, então a desigualdade mantém-se. Nem todos têm pais que podem ajudar. Ontem anunciaram que iam abrir as escolas a 11 de Maio, mas a medida não é para os alunos, é para a economia do país: as pessoas têm de voltar ao trabalho custe o que custar. Máscaras é o que mais falta desde o início desta crise. Fecharam empresas que as fabricam e estamos há dois meses à espera de máscaras que vêm da China. Os hospitais não têm meios. Então puseram as pessoas sob o efeito da «solidariedade» a costurar máscaras para os médicos e enfermeiros. Nos sítios mais pobres, na periferia de Paris, os polícias já mostraram que se sentem poderosos e as minorias estrangeiras são quem mais apanha, e agora não há ninguém na rua para ver nem filmar. Há pessoas que põem cartazes e bandeiras nas janelas para manifestar o desacordo com o governo, mas quando o fazes já sabes que a polícia vai a tua casa, te leva para a esquadra e apanhas uma multa, porque não te podes manifestar, nem na janela. É a violência dos ricos, mais do que o vírus, que mata as pessoas.

ANA FRADIQUE, HELSINQUIA, FINLANDIA, 30 DE ABRIL

Eu já estava na Finlândia quando a OMS declarou isto uma pandemia. O governo finlandês, curiosamente formado por 5 mulheres bastante jovens, declarou estado de emergência bastante cedo. Fui apanhada desprevenida e fiquei presa no país - embora eu viva entre Lisboa e aqui, a minha residência oficial é cá. As pessoas na Finlândia, como é comum nos países nórdicos, já têm por hábito um certo distanciamento social, respeitam muito o espaço mental e físico de cada um, talvez até demais... o que até traz algumas dificuldades psicológicas e emocionais. Não tanto sociais, diria eu, porque apesar de as pessoas serem individualistas e viverem de forma reservada, têm entendimento do bem comum e de respeitar muito as regras, as directivas e as políticas. Enfim, confiam muito nos dirigentes, na técnica e nos planos. Isto são clichés que se dizem sobre estas pessoas e que eu, como alguém que está familiarizada com elas, em grande parte concordo. Em geral as pessoas adaptaram-se e logo as ruas da cidade ficaram vazias. Chegou um momento em que eu estava ansiosa por estar confinada num apartamento na cidade e em que tive o convite de uma amiga para vir para uma quinta bastante isolada, numa pequena localidade. Como grande parte do país, esta é uma área de baixa densidade populacional. Há muitas famílias unipessoais na Finlândia e talvez essas pessoas tenham maior dificuldade em retirar-se de uma vida social. Os finlandeses estão habituados a uma vida reservada, mas o trabalho tem um valor muito importante, e as pessoas estão a sentir-se limitadas. Mas confiam nas lideranças e também no poder da cooperação. Até agora, o único motivo de quebra de confiança no governo foi relativo a um negócio de máscaras e material de protecção hospitalar cujo certificado de qualidade não era fiável.

INÊS, BOSTON, EUA, 29 DE ABRIL

Estamos em casa há seis ou sete semanas, já ninguém sabe. Eu, marido e duas filhas pequenas. O restaurante onde trabalho fechou e despediu quase toda a gente: ficaram os gerentes a fazer *take-out* e eu tive facilidade em pedir fundo de desemprego. Nas primeiras duas semanas estava a pagar a creche porque ainda estava aberta, mas as escolas e creches foram fechadas a fim de Março e parámos de pagar. De repente, o governo federal passou um pacote enorme de apoio à economia, incluindo um cheque adicional para quem está no desemprego. Até final de Julho toda a gente recebe $600 por semana para além do fundo de desemprego, que paga 45% do ordenado. Eu, que estava em *part--time*, fiquei a ganhar mais do que antes, e deu-me uma angústia enorme pensar que estava a «lucrar» com esta situação. Mas agora penso na coisa de outra maneira. O meu marido está a trabalhar em casa, está nas águas furtadas quase dez horas por dia, e a vida dele é mais ou menos normal. Eu estou com as miúdas (que têm um e dois anos, respetivamente) essas horas todas e lido com tudo da nossa vida – o bem-estar delas, encomendas de comida, pagar contas e por aí fora. O surto aqui está assustador, tentamos não ir a nenhuma loja nem espaço público que não seja ao ar livre e acabo por fazer imensas coisas que normalmente compraria. E agora penso – isto não é trabalho?! Chego ao fim do dia mais cansada do que se tivesse ido trabalhar a receber, enquanto faço trabalho que historicamente nunca foi remunerado nem apreciado. Tem uma certa justiça e não se vai voltar a repetir. Temo que vamos estar nesta situação imenso tempo, o descontrolo a nível do governo central é total e os estados não controlam os serviços médicos. A saúde aqui é uma indústria como todas as outras, e para quem, como eu, vem de fora, é nítido que esse é o problema central da reação dos Estados Unidos à Covid-19.



ANÓNIMO, KOH SAMUI, TAILÂNDIA, 30 DE ABRIL

Cheguei no início de Março à Tailândia, a última paragem de uma viagem de meses à volta do mundo. Naquela altura, o vírus estava apenas na China e em alguns países asiáticos. À chegada ao aeroporto de Phuket, mediram a temperatura a toda a gente e a maior parte das pessoas usava máscaras. Aqui no sudoeste asiático, e particularmente na Tailândia e Japão, a distância social e as medidas higiénicas estão enraizadas na cultura. Talvez isso explique porque é que a propagação do vírus foi muito mais lenta e nunca houve um grande pico no número de casos. O mais impressionante para mim foi ver a Europa recorrer a medidas extremas de confinamento, enquanto aqui a mudança foi gradual. Desde o início de Abril que estamos num confinamento relaxado – recolher obrigatório das 10 da noite às 4 da manhã; bares de praia, salões de beleza, massagem e centros comerciais fechados. Os restaurantes, lojas de conveniência e mercearias continuam abertos. É suposto usarmos máscara, medir a nossa temperatura, e a distribuição de desinfectante é generalizada nos espaços comerciais. Estou grato de ainda poder mover-me como quero, ir à praia e encontrar-me com pessoas. A ilha tem estado fechada, e o turismo é a sua fonte principal de rendimento – é difícil antever como vão sobreviver à crise a longo prazo. Há muitas organizações de solidariedade que partem de iniciativas privadas e colectivas. Todos os dias se vêm tailandeses a receber comida gratuitamente e há muitas formas de doar dinheiro para apoiar comunidades locais. Toda a gente espera que o relaxamento das medidas permita que alguns negócios voltem a funcionar. No entanto, sem turistas a conseguir chegar à ilha – como os chineses, que representam 35% , vai ser complicado.

XANA PIREIRA, BENSAFRIM, PORTUGAL, 30 DE ABRIL

Antes de o vírus chegar à Europa já o acompanhava ao longe. Com muitas pessoas próximas de mim a viver em Macau, absorvia com atenção toda a situação e os impactos no movimento pró-democracia em Hong Kong. Dentro de mim vivia a sensação de que algo maior estava para vir. Quando Portugal começou a anunciar os primeiros casos, fizemos antecipadamente a mudança planeada durante o último ano para a casa que construímos na floresta com as nossas próprias mãos, onde nos preparámos para viver uma vida cada vez mais simples, enraizada na terra. A sincronia deste momento global com as minhas escolhas de vida parecia magia. Como se as (des)aprendizagens me tivessem alinhado com o que agora fazia mais sentido que nunca. A escolha de não viver apenas na segurança do saber, mas também na liberdade de estar em conversa constante com a vida, de estar atenta e presente, de permitir-me apenas ser, e deixar-me navegar livre, acima de tudo, das minhas próprias limitações. Essa prática permite-me agora, do topo do meu privilégio, sentir-me resiliente, observando e aceitando todas as contradições que o momento traz: o medo do desconhecido e a coragem de não ter medo nenhum; a curiosidade em saber mais informações e a consciente recusa da informação desnecessária; a preocupação pelas pessoas que amo e que estão assustadas e a confiança na oportunidade que agora têm para reflectir mais profundamente; a dor pelos mesmos de sempre, que sofrem num sistema estruturalmente violento, injusto, e a alegria pelo tão desejado respirar da terra, de todos os seres que beneficiam com o acalmar repentino da actividade humana; o controlo pelo Estado e a solidariedade entre as pessoas... Algo maior chegou, de surpresa e sem surpresa absolutamente nenhuma. Um problema maior? Uma grande oportunidade? Ambas as coisas?

Estafetas: entre o algoritmo e o vírus

NUNO RODRIGUES
NMDRODRIGUES@GMAIL.COM
ILUSTRAÇÃO **BRUNO CARACOL**

No dia 7 de fevereiro de 2020 ocorreu, no Terreiro do Paço, aquela que terá sido a primeira manifestação de estafetas a reclamar o espaço público. Cerca de 50 trabalhadores da Glovo reclamaram por salários em atraso e dificuldades de comunicação com a empresa. Outras formas de luta já tinham ocorrido neste sector, como algumas greves espontâneas ou diversas formas de organização e resistência quotidiana. Contudo, este protesto foi o mais visível até ao momento e deverá ser tomado como um marco nas reivindicações deste sector em Portugal – onde, ao contrário de outros países europeus, se observam menos greves e protestos a larga escala.

Neste texto, pretendemos salientar a existência de diversas formas de luta e contestação às plataformas Glovo e Uber Eats por parte dos seus trabalhadores, bem como oferecer uma panorâmica da sua situação durante a crise associada ao Covid-19. Tal contribuirá para criticar a visão que toma tais trabalhadores como atomizados e alienados dos seus interesses, supostamente incapazes de mobilização e organização colectiva, bem como para contextualizar a sua situação.

Situação

A Uber Eats e a Glovo chegaram a Lisboa em 2017, e em 3 anos disseminaram-se na área metropolitana e em várias cidades do país. O trabalho de estafeta já existia anteriormente, e outras empresas de entregas continuam no mercado – algumas, inclusive, oferecendo o mesmo tipo de serviço e também funcionando digitalmente (como é o caso da Takeway). No entanto, o que distingue estas duas empresas é a forma como o trabalho surge quase totalmente mediado por uma plataforma, e pelas determinações algorítmicas que a estruturam. A tradicional relação hierárquica entre patrão e trabalhador mantém-se (ou não continuassem a existir lucros), mas muda consideravelmente nesta situação. A maioria das ordens, ou «indicações», que os estafetas recebem são dadas por um algoritmo que, no essencial, funciona de forma autónoma - ainda que com princípios e formas de estruturação bastante explícitas de eficiência e maximização do lucro. A relação entre o trabalhador e estas empresas surge de uma forma impessoal e tendo como base uma suposta neutralidade, mediada tecnologicamente. Ao mesmo tempo, emerge dentro da retórica de uma *sharing economy*, que colocaria em contacto, e num plano de igualdade, prestador e consumidor de um serviço. Contudo, o que se dá são processos de *de-skilling* potenciados por uma plataforma que indica a «rota correcta», uma gestão e avaliação algorítmica, e um sistema de remuneração à peça que se traduz numa intensificação do trabalho. Ganhando unicamente por pedido, com remunerações variáveis (do valor de cada entrega aos quilómetros percorridos), o trabalhador é incentivado a aumentar a sua produtividade para conseguir receber um mínimo de subsistência. Sem salário fixo (nem sequer à hora), introduz-se uma pressão para fazer o maior número de pedidos no mais curto espaço de tempo – até por se saber que a possibilidade de ter pedidos depende de vários fatores, na maioria não dependentes do trabalhador.

Trabalhei alguns meses na Glovo, chegando a ter algumas horas sem qualquer pedido e, como tal, sem qualquer remuneração. Algo que acontecia apesar de a empresa funcionar numa lógica de marcação de horas, estando o estafeta obrigado a fazer *check-in* na aplicação para garantir que se encontra disponível em cada turno iniciado. Como os trabalhadores são pagos à peça, é vantajoso para a empresa ter mais trabalhadores disponíveis. Não pagam mais por tal e garantem sempre alguém para os pedidos a receber, introduzindo-se uma «competição» entre trabalhadores por horas e pedidos, bem como uma pressão para descer a remuneração média de cada pedido. A isto junta-se uma situação comum a diversos precários, marcada pela ausência de um contrato de trabalho efetivo, sem os direitos e subsídios associados a tal estatuto. Por exemplo, e falando do caso da Glovo, é sintomático que exista um seguro para a entrega (garantindo a empresa e o cliente), mas nenhum seguro para o trabalhador. Acresce a responsabilidade do próprio de garantir seguro, *smartphone* ou modo de transporte – seja através de meio próprio ou do aluguer dos vários esquemas de *sharing* existentes, de motos ou bicicletas. No fundo, uma externalização de custos que são essenciais à atividade.

> Tidos enquanto «trabalhadores essenciais», um dos que «estão na linha da frente» «por todos», tal reconhecimento não se traduziu numa melhoria das suas condições de vida e trabalho.

Em Lisboa, a maioria dos trabalhadores é imigrante – com destaque para imigrantes de origem brasileira e uma imigração asiática cada vez mais visível. Algo que se tende a repetir noutras cidades europeias. Em alguns casos, trata-se de trabalhadores que, em situação ilegal, têm nestas empresas a única opção possível de emprego – algo que se torna possível pela existência de esquemas de subaluguer de contas, em que os supostos donos das mesmas ficam com parte dos rendimentos. São vários os fatores a estruturar as configurações de precariedade destes estafetas, revelando-se em diferentes graus num trabalho que é, ele mesmo, precário.

Resistência

Apesar de as formas de reivindicação neste sector não serem as mais visíveis e, porventura, suficientes, atendendo à sua situação,

a verdade é que existem várias dinâmicas em curso. Destacam-se duas grandes formas de organização neste meio, ambas enquadradas numa organização invisível/«escondida» e quotidiana. Por um lado, os diversos grupos de *social media* (em geral, WhatsApp) que estes trabalhadores criam e usam regularmente. Por outro, e tomando a cidade como o seu espaço de trabalho, os diversos momentos de encontro e de partilha no espaço público.

Os primeiros, funcionando autonomamente, são usados para os mais diversos fins: indicações de áreas com bastantes pedidos, pedidos de ajuda para o preenchimento de declarações fiscais ou pedidos de residência, debates sobre a melhor opção de transporte (moto ou bicicleta), diversas discussões sobre problemas com a plataforma, etc. Na minha experiência, apercebi-me da recorrência de *posts* com queixas à plataforma – problemas com o *chat* de apoio ao estafeta ou dúvidas sobre a sua avaliação ou remuneração. Recorrentemente se discutia a suposta neutralidade do algoritmo (se este privilegiava ou punia alguém) ou a ineficiência do *chat* de apoio. Se nem sempre haveria uma oposição declarada à empresa, é certo afirmar que é generalizada a desconfiança em relação à mesma. Esta desconfiança levava a que vários estafetas, de forma sistemática, tirassem *printscreens* à sua aplicação, monitorizando os passos na plataforma, como forma de defesa. Assisti a várias partilhas em que alguém dizia que tinha enviado tal *printscreen* à empresa como prova, e só assim tinha conseguido defender-se.

Também é através destes grupos que os estafetas se organizam para as suas reivindicações. Já quando estava a sair da Glovo, assisti à organização e difusão *online* de um apelo que pretendia reunir centenas de estafetas (em resposta a vários problemas com a aplicação e às quebras de remuneração). No caso da Uber Eats, também é através destes meios que os estafetas acertam momentos para greves temporalmente circunscritas – o sair da aplicação durante algum tempo para fazer subir o valor médio dos pedidos, ou outras reivindicações. Por exemplo, a 7 de maio de 2019, assisti a uma greve da Uber Eats motivada pela redução dos valores de remuneração. Esta greve, à hora de jantar, levou ao cancelamento de vários pedidos. Dessa greve, pude assistir a uma imagem de um McDonalds com vários pedidos prontos, mas sem que os mesmos tivessem sido recolhidos. Não tendo uma relação contratual nem sendo obrigados a apresentar um pré-aviso de greve, introduz-se um forte potencial de bloqueio nestas greves. Assentes em sistemas de produção e distribuição *just-in-time*, tais greves têm o potencial de rapidamente lançar o caos na plataforma.

Importante não esquecer que, mesmo num estado de emergência que suspendeu o direito à greve, estes não precisam de um pré-aviso para a fazer – bastas-lhes desligar a plataforma.

Noutro ponto, é de destacar os vários espaços de encontro entre estafetas – dentro dos restaurantes ou em espaços de espera (em Lisboa, destacando-se a zona do Saldanha ou espaços junto ao McDonalds). Durante esses momentos, os estafetas conversam e discutem o seu trabalho e experiências. Os cruzamentos na rua também são formas de criação de comunidade – no caso dos ciclistas da Glovo, grupo onde me incluía, havia um sinal de reconhecimento que praticamente todos faziam ao cruzarem-se.

Apesar do carácter relativamente isolado deste trabalho, verificam-se vários momentos e situações de encontro e de partilha entre estafetas, bem como outras expressões de protesto. Assisti a várias situações – na rua, ou *online* – em que trabalhadores da Glovo retiraram horas que tinham marcado para si – as quais já não precisavam ou quereriam fazer –, tornando-as disponíveis para outros trabalhadores com quem tinham previamente combinado. Lembro-me de ter assistido a vários atrasos deliberados após receber a notificação de um novo pedido – muitas vezes, «apenas» por se querer acabar uma conversa. Várias situações de descuido deliberado em relação aos pedidos, seguidas de frases como «Se o cliente quiser melhor, que venha cá buscar». Ou, e aproveitando o facto de não haver um supervisor direto, é comum enviar informações falsas ao *chat* de suporte para seu proveito – fotos de bicicletas estragadas (não suas), referindo que não se pode trabalhar, ou mentir, dizendo que se está doente. E, mesmo não entrando em pormenores, poderei dizer que tanto na Uber Eats como na Glovo alguns estafetas desenvolveram tácticas para ficar com alguns pedidos para si e/ou fazer negócios com clientes ou restaurantes, sabotando a plataforma e o algoritmo.

Trabalho virulento

A crise pandémica intensificou os regimes de precariedade. No caso dos estafetas, deixou-os numa posição relativamente dúbia. Atendendo a que não teriam outras possibilidades de rendimento ou apoio social (até pela precariedade da sua situação), muitos continuaram a trabalhar – no fundo, sujeitos à chantagem entre morrer do vírus ou morrer de fome. Tidos enquanto «trabalhadores essenciais», um dos que «estão na linha da frente» «por todos», tal reconhecimento não se traduziu numa melhoria das suas condições de vida e trabalho. A própria declaração do estado de emergência incentivou a continuação da atividade. Mesmo decretando o fecho de restaurantes ao público, exortava que os mesmos se mantivessem abertos para serviços de *take-way* ou entrega ao domicílio. No artigo 11.º do decreto do estado de emergência, refere-se que as atividades prestadas «através de plataforma eletrónica» não seriam suspensas.

Em entrevista, uma responsável da UBER referia que a plataforma está «(…) a operar na normalidade», e que, «[n]este momento, estamos focados em garantir que conseguimos cooperar e ajudar o sector da restauração.» – uma afirmação que revela a prioridade da empresa. Já a Glovo fazia referência a «um aumento na ordem dos 112% dos produtos da categoria "Farmácia" no período compreendido entre Janeiro e a primeira semana de Março.» Neste período, vários restaurantes estabeleceram parcerias com estas plataformas. O discurso das plataformas tende ainda a focar-se num outro ponto – a segurança e a comodidade dos clientes. Existe a preocupação de garantir que são cumpridos, a começar pelos estafetas, os protocolos de segurança sanitária. Contudo, e pelo menos no caso da Glovo, as despesas para material de desinfeção e proteção ficam a cargo do trabalhador.

Apesar da suposta normalidade na operação destas plataformas – inclusive, com possibilidades de futuros reforços de posição no sector –, é de supor que os estafetas não vejam grandes alterações nos seus ganhos. Estando a remuneração dependente dos pedidos realizados, é de duvidar que o número médio de pedidos terá subido de forma considerável. Face à quebra generalizada de rendimentos, deverão ser menos aqueles que utilizam estas aplicações. Como refere um estafeta ao site AbrilAbril: «O valor e a frequência das gorjetas aumentou muito, porque houve uma mudança de estatuto e a maior parte das encomendas são feitas por clientes com uma condição social um pouco mais alta», concluindo que: «(…) se a tua condição económica te permitir e se consideras que é o melhor para ti, esta é uma solução para te manteres isolado. Se não tens capacidade, tens que ir para as filas dos supermercados, como as outras pessoas». Estando os pedidos mais restringidos a classes altas, o número global de pedidos tenderá a descer. A juntar à menor remuneração e à maior exposição, em contexto de pandemia os estafetas confrontam-se com outros dois grandes problemas – a maior dificuldade de encontrar uma casa de banho pública e a maior dificuldade de encontrar um espaço para comer algo quente e rápido, aspectos essenciais para quem passa a maior parte do tempo na rua.

Notas Finais

Mesmo que poucas e provavelmente não integradas numa estratégia para o sector, são várias as formas de luta e de organização entre estes trabalhadores, destacando-se aquelas associadas ao quotidiano – uma dimensão fulcral para qualquer processo político. Sendo importante não esquecer que, mesmo num estado de emergência que suspendeu o direito à greve, estes não precisam de um pré-aviso para a fazer – bastas-lhes desligar a plataforma. Algo que, face à crise social e económica que se intensifica, e na ausência de outras respostas sociais, poderá revelar-se fundamental para evitar uma possível uberização e digitalização do trabalho. O que, inclusive, poderá implicar a valorização de atividades de reprodução social e de apoio mútuo, tais como é atualmente observado em entregas ao domicílio a pessoas vulneráveis, organizadas autonomamente e em contraposição às entregas mediadas por plataformas. Esse poderia ser um passo para visibilizar tarefas que permanecem invisibilizadas, mesmo que agora surjam sob o nome de «essenciais».

O trabalho que vem

O teletrabalho efectuado a partir de casa do trabalhador consta do elenco das primeiras medidas excepcionais e temporárias adoptadas pelo governo face à epidemia do covid-19. Apareceu inicialmente como sugestão, tendo, após a declaração do estado de emergência, passado a ser obrigatório nos casos em que as funções o permitam.

RITA LOUREIRO
RITA.LOUREIRO2049@GMAIL.COM
ZNM
BABYFACESILVA@GMAIL.COM

O teletrabalho efetuado a partir de casa do trabalhador consta do elenco das primeiras medidas excecionais e temporárias adotadas pelo governo face à epidemia da Covid-19. Apareceu inicialmente como sugestão, tendo, após a declaração do estado de emergência, passado a ser obrigatório nos casos em que as funções o permitam.

Apesar disso, a sua introdução tem merecido análises pouco aprofundadas no que respeita tanto ao atual cenário, marcado pela sua imposição conjuntamente com o exercício de trabalho reprodutivo dentro de casa, como às suas implicações futuras na gestão da força de trabalho. Na economia da indignação contra as políticas de prevenção e combate à epidemia, o teletrabalho acaba por ser encarado como uma condição privilegiada quando comparado com um sem-número de trabalhadores[1] que continua a ter de sair para o trabalho todos os dias ou que foi sujeito a processos de *lay-off* e de despedimento coletivo. Essa secundarização é, em parte, determinada por um pré-conceito em relação ao teletrabalho, tido como um tipo de trabalho qualificado, autónomo e com mais regalias. Ora, uma das novidades da atual crise consiste, precisamente, no alargamento deste tipo de dispositivo a setores caracterizados por ritmos de trabalho intensivo, vínculos precários e salários reduzidos, como o dos *call-centers*.

Antes da emergência epidémica, e embora esteja previsto na lei desde a entrada em vigor do Código do Trabalho de 2003, o teletrabalho – definido como uma modalidade de trabalho prestada fora das instalações físicas da empresa mediante a utilização de meios informáticos e/ou telemáticos – tinha merecido pouca atenção por parte das empresas em Portugal.

Salvo situações particulares, a maioria delas continua a organizar o trabalho e a exercer o poder de direção essencialmente através de hierarquias e regras rígidas de funcionamento e disciplina, encontrando-se ainda muito presas a uma ideia de trabalho que implica um controlo físico e presencial permanente da atividade e do próprio trabalhador.

Esse espírito conservador foi mantendo o teletrabalho como uma forma residual, relativamente desconhecida, no contexto das relações laborais. As medidas excecionais tomadas face à epidemia e à quarentena decretada poderão, contudo, vir a produzir uma mudança deste quadro.

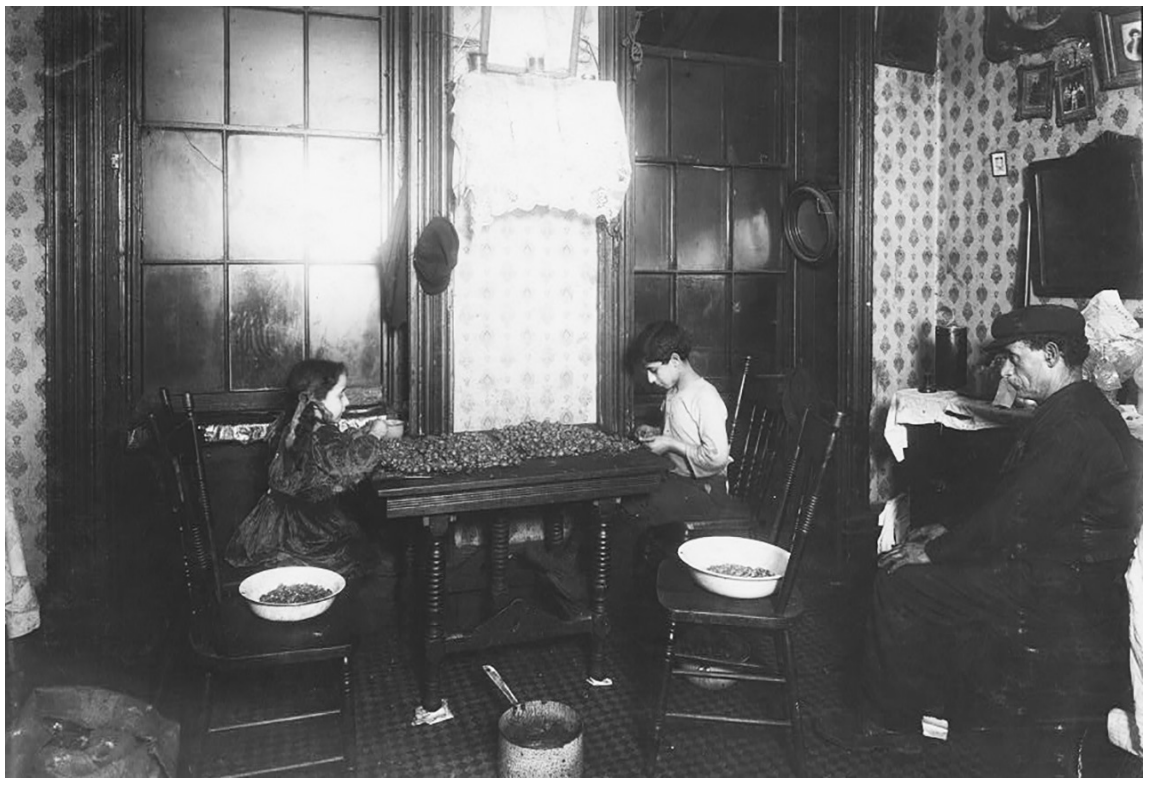
Perante a ameaça de suspensão da atividade provocada pela crise sanitária, muitas empresas optaram pelo teletrabalho no domicílio como alternativa ao encerramento, ainda que temporário, de portas.

Perante a ameaça de suspensão da atividade provocada pela crise sanitária, muitas empresas optaram pelo teletrabalho no domicílio como alternativa ao encerramento, ainda que temporário, de portas. O que surgiu, à primeira vista, como um mero recurso temporário, com vista a garantir a continuação da atividade empresarial, cedo se tornou num dispositivo ao serviço da precarização das relações de trabalho. Em inúmeras empresas (tantas que o governo teve de intervir), o subsídio de refeição foi simplesmente retirado aos trabalhadores, sem qualquer compensação pecuniária. O argumento que preside a tal medida é que o trabalhador, permanecendo em casa, não tem despesas com as refeições, não necessitando assim de auferir do respetivo subsídio.

Para lá do abuso oportunista destes empregadores, o pagamento do subsídio de refeição e de outros complementos remuneratórios, considerando o contexto legal e jurisprudencial recente, levanta necessariamente algumas questões no âmbito da execução de teletrabalho no domicílio.

Desde logo, porque a liquidação desses montantes se baseia em considerações que envolvem a distinção entre vida pessoal e profissional, tempo pessoal e de trabalho, casa e local de trabalho, binómios que se apresentam atualmente reconfigurados, processo do qual o teletrabalho é exemplificativo. Acresce que, sendo verdade que não é usualmente considerado como retribuição, sendo-lhe atribuída a natureza de benefício social, o subsídio de refeição não deixa de constituir, na globalidade da relação entre empregador e trabalhador, uma efetiva contrapartida pelo trabalho prestado, não podendo ser visto apenas como uma compensação direta por despesas suportadas pelo trabalhador com alimentação.

O carácter retributivo do subsídio de refeição também decorre do facto de os salários-base serem geralmente nivelados por baixo e esse subsídio contribuir para o aumento da massa salarial. Estas considerações sobre o subsídio de refeição são válidas para o subsídio de transporte ou de farda, ou para o abono de viagem, por exemplo, prestações que, ao



serem retiradas, diminuem o salário pago ao trabalhador.

O teletrabalho domiciliário implica ainda a redefinição das noções de horário e de períodos de trabalho à luz da sua especificidade. No contexto de fluidez do enquadramento temporal da prestação de trabalho no âmbito do teletrabalho no domicílio, o complemento remuneratório a condições pautadas por uma maior instabilidade temporal, como a isenção de horário, o horário descontínuo ou o trabalho por turnos, corre o perigo de ser ignorado nesta modalidade. No teletrabalho, a tendência, impulsionada pela coincidência entre casa e local de trabalho e pela ligação digital permanente, é para a abolição dos momentos concretos de início e fim da jornada de trabalho. Neste quadro, em que se dissolve a fronteira entre esfera laboral e pessoal e a norma passa a ser a inexistência de um horário de trabalho estabelecido, os trabalhadores arriscam-se a que lhes sejam retirados os subsídios normalmente devidos pelos constrangimentos de uma organização do tempo de trabalho mais penosa e, por conseguinte, uma componente importante do seu salário.

Contudo, não obstante todas estas questões, o teletrabalho é muitas vezes apresentado como possuindo um conjunto de vantagens que o tornariam, na sociedade da informação contemporânea, um meio de aumento da produtividade das empresas e dos trabalhadores, enquanto teria efeitos positivos mais globais a nível económico, social e ambiental.

Entre as vantagens destacam-se geralmente aquelas que se prendem com a diminuição dos custos fixos associados aos estabelecimentos físicos das empresas; a redução do tempo despendido nas deslocações entre casa e local de trabalho, com efeitos positivos em temos de poluição, trânsito, consumo de energia e pressão imobiliária; ou a flexibilização dos horários e da gestão empresarial.

> [...] aquilo que aparenta ser a possibilidade de uma gestão mais flexível da vida familiar, [...], resulta, precisamente, da indistinção entre os tempos de trabalho e de não trabalho, com tudo o que de negativo isso implica.

Estas vantagens, no entanto, não são líquidas e comportam riscos para os trabalhadores, os quais não têm garantias de que o resultado da introdução do regime de teletrabalho não os coloque numa situação mais precária do que aquela em que já se encontram. Além dos cortes salariais anteriormente mencionados, importa considerar, logo à partida, a possibilidade de transferência de custos fixos do patronato (renda, água, luz, instrumentos de trabalho) para os trabalhadores.

Para que não sejam estes a pagar a fatura, terão de ser introduzidos mecanismos de compensação pecuniária suportados pelas empresas. Tal cálculo não é, contudo, fácil de realizar, dada a confusão entre vida pessoal e laboral. Tal ambiguidade, tendo em conta a atual correlação de forças, dificilmente poderá vir a beneficiar os trabalhadores.

Por outro lado, aquilo que aparenta ser a possibilidade de uma gestão mais flexível da vida familiar, sem necessidade de deslocações entre a casa e o local de trabalho, e/ou de uma maior autonomia na gestão do tempo de trabalho, resulta, precisamente, da indistinção entre os tempos de trabalho e de não trabalho, com tudo o que de negativo isso implica. Na modalidade de prestação de trabalho típica, realizada no estabelecimento da empresa, quando acaba a jornada, o trabalhador abandona o seu local de trabalho e regressa a casa, idealmente um espaço-tempo de autodisponibilidade, privacidade e intimidade. Com o teletrabalho domiciliário esse corte com a heterodisponibilidade do seu espaço-tempo deixa de existir, contribuindo essa diluição para a perda de autonomia do trabalhador e para um maior desgaste mental. A maior sofisticação das tecnologias digitais garante, ao mesmo tempo, um maior controlo sobre o trabalho desempenhado, conforme exemplificado pela Teleperformance, empresa de trabalho temporário na área dos call-centres. Esta impôs aos seus trabalhadores neste regime a instalação de webcams nos seus computadores, de forma a poder monitorizar o processo de trabalho.

O isolamento e atomização do trabalhador em relação aos seus colegas vêm, por sua vez, colocar gravemente em causa a dimensão coletiva do trabalho, afetando as relações sociais dos trabalhadores e reduzindo a capacidade reivindicativa e fiscalizadora das suas organizações representativas. Para lá do presente contexto de emergência sanitária e dos efeitos mais imediatos já produzidos nas relações laborais, o teletrabalho no domicílio agora libertado pela pandemia projeta-se no futuro, traduzindo uma aceleração dos processos de liberalização das relações laborais e de precarização social. A passagem de custos de produção da empresa para o trabalhador, a supressão de uma esfera de semiautonomia do trabalhador por parte do empregador, bem como da dimensão coletiva das relações laborais, constituem as consequências mais evidentes.

1 Ver artigo de Nuno Rodrigues nesta edição.

Pelo mercado morre o pescador

VANESSA AMORIM
FILIPE NUNES

As pescas ilustram, no contexto do Covid-19, um dos exemplos mais gritantes de como a pandemia veio intensificar a incerteza e instabilidade em que diversos sectores viviam, dando-lhe novos contornos e pondo a nu problemas estruturais resultantes das orientações políticas.

Num *webinar* subordinado ao tema «Pela boca morre o pescador artesanal», que teve lugar no passado dia 23 de março no âmbito do projeto «Alimentação é um direito»– igualmente abordado nesta edição do Jornal MAPA –, o Secretário secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, a pescadora Josana Costa (Fórum Mundial de Pescadores), o pescador de cerco Fábio Mateus e Rita Sá, da REALIMENTAR, abordaram os efeitos da crise sanitária na sobrevivência dos pescadores. O título escolhido dá mote a um tema recorrente nas pescas: a morte, a crise e a decadência.

Na sequência do declínio que se fazia sentir desde os anos 1970 e da posterior entrada para a então CEE, tornou-se ainda mais generalizada a ideia de morte anunciada, que tem sido justificação para um crescente desinvestimento dos sucessivos governos, cuja ação parece limitada ao *velar de um morto*. Tal acentua-se com a crise das pescarias mundiais, devido à escassez e depredação dos recursos. A incerteza na pesca não é cenário novo. No entanto, com a pandemia os desafios vão se somando, agravando as condições de vida dos profissionais do sector.

O debate permitiu expor os desafios que a pesca enfrenta desde que foi decretado o Estado de Emergência. Em primeiro lugar, surge a dificuldade em cumprir o distanciamento físico em barcos com 8 a 12 metros (média da frota nacional) e em garantir outras normas de proteção. Ao risco de contágio soma-se a preocupação com a desvalorização de várias espécies na primeira venda em lota e que são o sustento da pequena pesca local (linguado, salmonete, dourada etc.). Na pesca não existe um ordenado fixo, pois há o sistema de partes: após a venda do peixe em lota retira-se uma parte para pagar as despesas do barco e o restante é dividido proporcionalmente entre a companha, de acordo com a hierarquia a bordo. A 1ª primeira venda é feita em leilão, de cima para baixo, que é controlado por meia dúzia de grandes comerciantes ou de pequenos comerciantes a nível local, que ao definirem o valor do peixe definem o valor do trabalho dos pescadores.

Dependendo diretamente da venda do peixe, os rendimentos sofreram, assim, uma queda abrupta. Além disso, muitos profissionais do sector, bem como pescadores reformados, ficaram prejudicados com o abalo sentido na economia informal, que de há muito representa um importante meio para de complementar rendimentos.

A pesca, enaltecida por fornecer um bem de primeira necessidade, tem sido alvo de continuadas críticas de abandono dirigidas ao Ministério do Mar. No contexto da pandemia, a grande medida anunciada foi a criação de uma linha de crédito com juros bonificados que claramente não se adequa à pequena pesca, além de promover o endividamento do sector, tendo os bancos como intermediários. Apoios sociais para trabalhadores que não são proprietários de barcos ainda não são conhecidos, apesar de terem sido aprovados em Conselho da União Europeia apoios à cessação temporária das atividades.

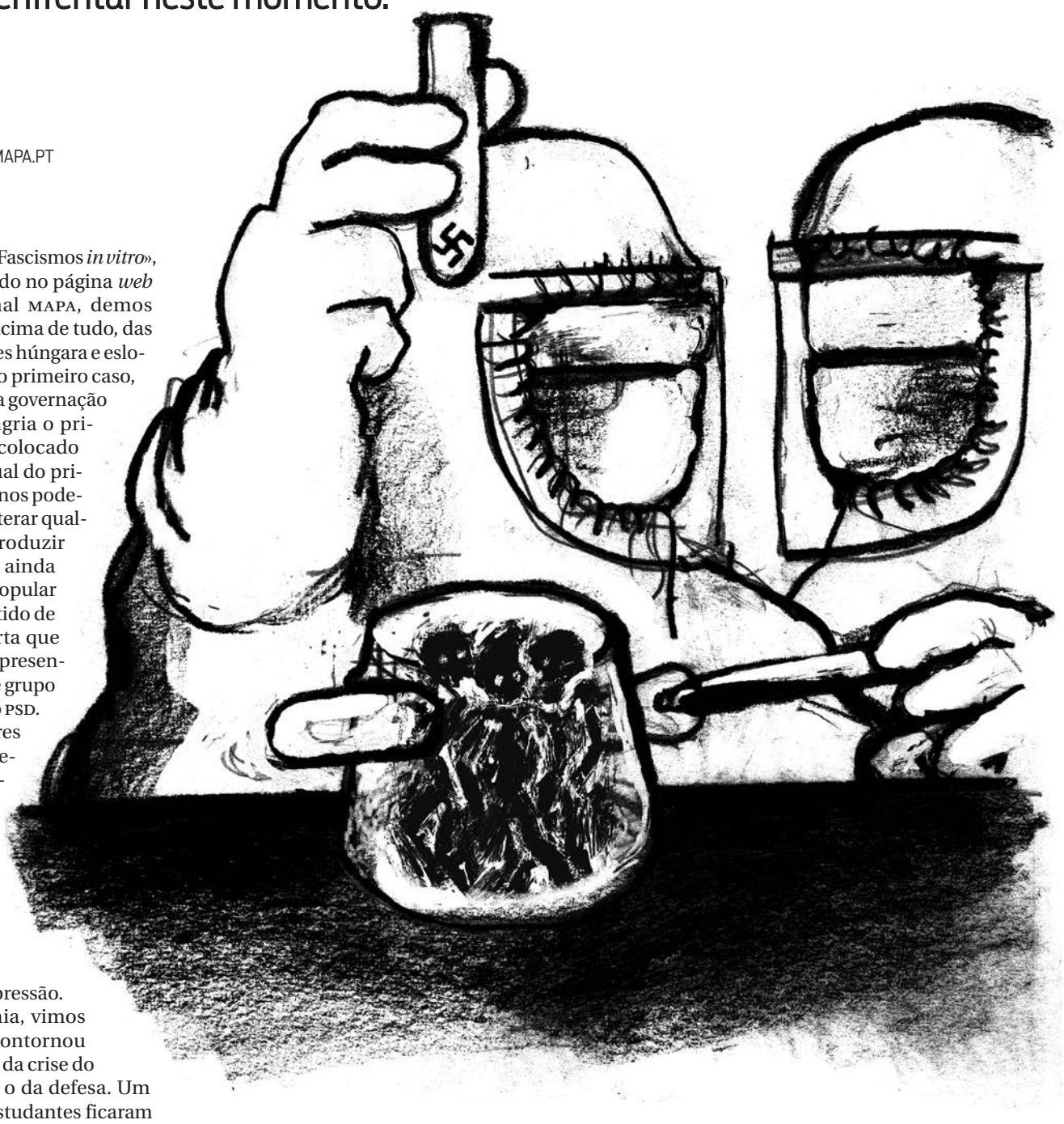
Embora não sendo consensuais, os pescadores, suas associações, organizações de produtores e sindicatos apresentaram um conjunto de reivindicações para fazer face ao que vivemos: adaptação do Fundo de Compensação Salarial ou criação de um novo mecanismo que garanta um rendimento estável aos profissionais; estabelecimento de preços mínimos do pescado, entre outras. Uma vez mais, o Governo – escudando-se na União Europeia – tem vindo a abster-se de atender as às propostas de medidas que protejam os trabalhadores e as pequenas empresas familiares das flutuações do mercado. Questionado sobre a desvalorização do peixe e sobre as suas consequências nas condições de vida das famílias, José Apolinário afirmou que o governo não pode fazer nada a respeito disso, que uma intervenção no mercado terá que de passar pelas organizações de produtores. Semanas antes, numa entrevista à Antena 1, Ricardo Serrão Santos, Ministro do Mar, interpelado com o mesmo assunto clamava "«nestas questões é o mercado que age»".

As pescas em tempo de pandemia requerem a reformulação desse do mote "«pela boca morre o pescador artesanal»". Não, é pela mão invisível de um *deus-todo-poderoso* (e seus *acólitos* Estados), à qual estamos subordinados: o mercado.

Fascismos *in vitro*

A escalada racista e fascizante acentuou-se com o surto do coronavírus e, na tentativa de nos mantermos a par do que se vai passando, decidimos lançar *online* um primeiro apanhado de situações próximas. Este texto aproveita parte e é um complemento a esse que se pode consultar no site do jornal MAPA, mas, acima de tudo, um olhar mais focado nas dificuldades que a comunidade cigana está a enfrentar neste momento.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT
ILUSTRAÇÕES **JOSÉ SMITH**



No texto «Fascismos *in vitro*», publicado no página *web* do jornal MAPA, demos conta, acima de tudo, das situações húngara e eslovena. No primeiro caso, a implementação de uma governação por decreto fez da Hungria o primeiro país da UE a ser colocado sob o comando individual do primeiro-ministro, com plenos poderes para suspender ou alterar qualquer lei existente e introduzir novas medidas. Demos ainda conta de que o Partido Popular Europeu expulsou o partido de Viktor Orbán, numa carta que não foi assinada pelos representantes portugueses nesse grupo parlamentar, o CDS-PP e o PSD. Entretanto, os Repórteres Sem Fronteiras (RSF) vieram a público demonstrar o seu receio de que o governo assuma o controlo de todos os meios de comunicação húngaros e apelar às instituições europeias que se oponham à eliminação final da liberdade de expressão.

Em relação à Eslovénia, vimos como o novo governo contornou a lei para passar a gestão da crise do ministro da saúde para o da defesa. Um país onde milhares de estudantes ficaram sem as suas residências e, com um aviso de menos de 12 horas, foram despejados sem alternativas para habitação. A crise está a ser gerida por um corpo extra-legal, uma estrutura paralela de poder sem base legal e, por isso, sem competências definidas e sem obrigatoriedade de prestação de contas. O ataque às vozes dissidentes e à liberdade de expressão já começou.

O vírus espande-se

Entretanto, soube-se também que o parlamento da Polónia aprovou uma nova lei que proíbe o aborto mesmo que a criança tenha malformações. O presidente Andrzej Duda informou que a viabilizará. Os grupos de mulheres e outros activistas apressaram-se a acusar o governo de utilizar a pandemia, com o direito de protesto público muito limitado, por exemplo, para passarem leis que sabiam que iriam enfrentar muita contestação. Da Suécia chegou a voz do epidemologista Anders Tegnell, a alertar para o facto de que «alguns dos nosso maiores grupos de imigrantes têm um maior risco de ficarem doentes com Covid-19. (...) Entre os somalis o risco é quase cinco vezes maior do que entre as pessoas nascidas na Suécia». Não por uma questão étnica ou de origem geográfica, mas apenas por diferenças no nível de riqueza e escolarização.

Por seu lado, na Bulgária é permitido às forças policiais obterem dados das operadoras telefónicas sem autorização judicial anterior, de forma, dizem, a poder seguir o cumprimento de medidas de quarentena obrigatória. O tribunal tem de ser informado de que essa recolha de dados se está a efectuar num prazo de 24 horas a partir do seu início e pode, então, aprovar ou não o pedido. Até agora, este regime só se aplicava no caso de uma ameaça terrorista directa. Também a Alemanha e a Áustria experimentam medidas, no mínimo, controversas, com os respectivos governos a serem autorizados a analisar dados agregados e anónimos, e o governo alemão a querer, através de *apps*, individualizar cada vez mais essas possibilidades de análise, pretendendo que o acesso a esses dados deixe de lado o anonimato. Os receios quanto ao uso, actual e posterior, das bases de dados criadas com estas *apps* fazem acender todas as luzes vermelhas.

Na Roménia, os recentes decretos presidenciais e ordens governamentais permitem o bloqueio arbitrário de notícias, assim como atrasos nas respostas a pedidos de liberdade de informação. Sob a acusação de espalhar *fake news*, dois *websites* foram já apagados pelo Grupo de Comunicação Estratégica, uma célula governamental que não tem conhecimentos de média e cujas decisões não estão sujeitas a controlo judicial.

Na Sérvia, Ana Lalić, jornalista do *site* Nova.rs, foi detida no dia 1 de Abril e ficou presa durante 48 horas, por ter escrito uma peça intitulada *Centro Clínico de Vojvodina em ruptura: não há protecção para enfermeiros*. O governo sérvio tinha acabado de decidir, um pouco à moda de Orbán, que tinha o monopólio da distribuição de informações sobre o coronavírus e considerou procedente a queixa que o hospital fez contra Ana Lalić por danos à sua reputação e por apoquentar o público. Acabou libertada, mas ainda lhe pode ser lida uma sentença de até 5 anos de prisão. Para além disso, e porque foi detida numa invasão domiciliária por parte da polícia, que lhe apreendeu material, as suas fontes podem ter ficado comprometidas.

Morte à liberdade

Um pouco por todo o lado, os governos estão a aproveitar a Covid-19 para aumentar os seus poderes e funcionarem fora do controlo público. No Irão, as autoridades suspenderam de forma brutal qualquer tipo de protesto contra o governo. No Egipto, os prazos das detenções de Ibrahim Ezz El-Din (activista dos direitos humanos) e Patrick Zaky (estudante) foram estendidos de forma arbitrária. Na Arábia Saudita, o príncipe Salman Bin Abdulaziz al Saud, que estava em prisão domiciliária desde 2018, foi levado por polícias e está, de momento, desaparecido. Na Argélia, o líder da oposição foi condenado num tribunal sem a presença dos seus advogados. Na Turquia, foram confirmadas as condenações dos manifestantes do Parque Gezi, nomeadamente Osman Kavala. Na Tailândia, quem criticar as acções governamentais em relação ao coronavírus ou revelar escândalos e corrupção no sistema de saúde sofre retaliações muito severas. Na Tunísia, uma máquina, uma espécie de *robocop*, patrulha as ruas em busca de quem quebre as regras de confinamento.

A Índia é todo um outro espectáculo. Às zero horas de 25 de Março, Narendra Modi, o primeiro-ministro indiano colocava 1,3 mil milhões de indianos em confinamento. Os mercados fechavam. Todos os transportes (incluindo os públicos) paravam. Depois de semanas de secretismo e informação «tranquilizadora», esta decisão repentina não apanhou ninguém preparado e apareceu como um indicador de que Mori vê os seus cidadãos como forças hostis que precisam de ser alvo de emboscada, apanhadas de surpresa. Com o fecho de restaurantes, lojas, fábricas e construção civil, as cidades dividiram-se entre a protecção dos ricos, metidos em casa, e a expulsão dos seus trabalhadores migrantes, agora sem trabalho, e das suas famílias. Patrões que expulsaram trabalhadores, e senhorios que expulsaram inquilinos. De repente, milhões de pessoas saíam das grandes cidades e, sem carro nem transportes públicos, caminhavam durante dias em direcção às suas terras de origem. Pelo caminho, não faltaram relatos de violência policial, tanto na forma costumeira da porrada quanto na não menos comum humilhação.

Uns dias depois, receoso de que a população em movimento servisse a propagação do vírus, o governo fechou as fronteiras entre estados, mesmo para caminhantes. Quem, depois de dias de caminhada, chegasse a um desses postos fronteiriços era detido e forçado a voltar para as cidades de onde tinha sido expulso. As multidões acumulavam-se em muitas dessas fronteiras e, deste modo,

um confinamento que pretendia o «distanciamento social» acabava por resultar numa compressão física enorme.

Ainda antes de anunciar o confinamento da população, Mori tinha pedido aos proprietários e directores dos 20 maiores jornais para publicarem «histórias positivas». Nestas cabia o mito governamental de que a velocidade de transmissão do vírus era, localmente, lenta. Se havia perguntas, e houve-as, o governo não respondia. A 31 de Março, pediu ao supremo tribunal para obrigar os média a não publicarem nada sobre a epidemia «sem primeiro apurarem os factos a partir do mecanismo fornecido pelo governo». Uma espécie de pré-censura que forçasse a que só fosse publicado o que o governo aprovasse. O tribunal não concordou com a total extensão da medida, mas acabou por fazer algumas cedências a Mori, decidindo que, de forma a «evitar notícias que possam causar pânico», os média têm de «fazer referência e publicar a versão oficial dos acontecimentos», incluindo o boletim governamental diário.

«Desde o início da crise do coronavírus, a autoridades indianas demonstraram uma falta de transparência em relação aos média que se pode revelar mortal», disse Daniel Bastard, director da delegação da Ásia-Pacífico dos RSF. «É negado o acesso dos jornalistas a informação de interesse público e há alguns que estão a ser perseguidos por revelarem informação». Para além disso, os meios de comunicação incorporaram a história da Covid-19 na narrativa anti-muçulmana que já vinham a desenvolver.

O vírus aqui ao lado

O coronavírus moveu-se livremente ao longo das auto-estradas do comércio e do capital internacionais e a doença que trazia consigo fechou os humanos dentro das fronteiras dos seus países, das suas cidades e, no limite, das suas casas. Riu-se dos controlos migratórios, dos dados biométricos, da vigilância digital e de toda a sorte de análise de dados e, tal como o capital, alojou-se preferencialmente, pelo menos para já, nas nações mais ricas e poderosas, levando à quebra do fluxo do lucro. Com isso, transportou também o vírus racista.

Um vírus que não se confina aos países do outro extremo da Europa. Em Lisboa, basta atravessar a cidade para ver que a grande maioria de quem garante os serviços em tempos de pandemia não é caucasiana. No resto do país, talvez a linha de cor do racismo instituído não seja tão visível. Mas não deixa de existir de uma forma muito presente. Acima de tudo no que diz respeito aos ciganos. Do Alentejo chegam-nos relatos da dor de «estar nas filas, com a distância, e ouvir o alentejano a pedir a morte do alentejano, correcção, do alentejano cigano: "não fazem cá falta, iam uns tantos e a ver se não se punham em ordem"».

Tentaremos, dando saltos a outros lados do mundo, mas mantendo o foco em territórios mais próximos, traçar um quadro, necessariamente pouco completo, das dificuldades acrescidas que as comunidades ciganas enfrentam nestes tempos. De como estão mais expostas ao contágio, à negação de direitos básicos, assim como à crise económica que se avoluma. De como a «exclusão informática» as afasta dos apoios sociais e da escolaridade. E como isso aumenta os sentimentos xenófobos de que são alvo.

Para além das medidas habituais de prevenção da contaminação da Covid-19, alguns estados da União Europeia introduziram medidas adicionais direccionadas às comunidades ciganas. Na Bulgária, por exemplo, alguns políticos referiram-se-lhes como «uma ameaça para a saúde pública» que exige regras especiais, tais como *checkpoints* policiais à volta dos seus acampamentos. Mas houve respostas semelhantes noutros estados, tais como a Roménia, a Eslováquia (onde os acampamentos são controlados pelo exército) e a República Checa.

Do Estado Espanhol, a única notícia que chegou por via dos média empresariais foi a de que «as autoridades espanholas impediram cerca de três dezenas de nómadas portugueses de permanecer num terreno situado na cidade fronteiriça» de Badajoz, com que o jornal Público nos informava que essas pessoas tinham sido expulsas para território português, porque as autoridades espanholas alegavam «riscos de contágio por Covid-19».

Mas esse não é um caso isolado. De tal forma, que a sevilhana Federação de Associações de Mulheres Ciganas FAKALI alertou a imprensa espanhola para o facto de que a crise do coronavírus «trouxe, directa ou indirectamente, certos episódios racistas, anti-ciganos e claramente xenófobos». Em Santoña, Cantábria, por exemplo, onde tinham morrido seis pessoas e cinco delas eram ciganas, o alcaide (presidente da Câmara) Sergio Abascal sublinhava uma linha que separava «o colectivo cigano» e «o resto da população», fazendo ainda alusões depreciativas, no sentido de potenciadoras de contágio, a práticas culturais da comunidade. Em confinamento obrigatório vigiado pelo exército, os elementos desta etnia foram presenteados, via WhatsApp e outras redes sociais, com mensagens onde um indivíduo pedia a prisão de todos os ciganos e dizia «que cantem e dancem ali fechados até que morram todos... Estão a infectar toda a gente. A ver se morrem todos, bebés, crianças, idosos e a puta que os pariu».

Na generalidade, as suas formas de habitação e socialização não são compatíveis com confinamentos, e a necessidade diária de ganhar dinheiro ainda menos. As práticas de ultra-higienização recomendadas são impossíveis para quem tem um acesso muito limitado à água. As chamadas «medidas de contenção» têm, na realidade, implicações muito diferentes para grupos diferentes, não apenas com base na idade e no estado de saúde, mas acima de tudo relacionadas com as desigualdades sociais de classe, género e etnia.

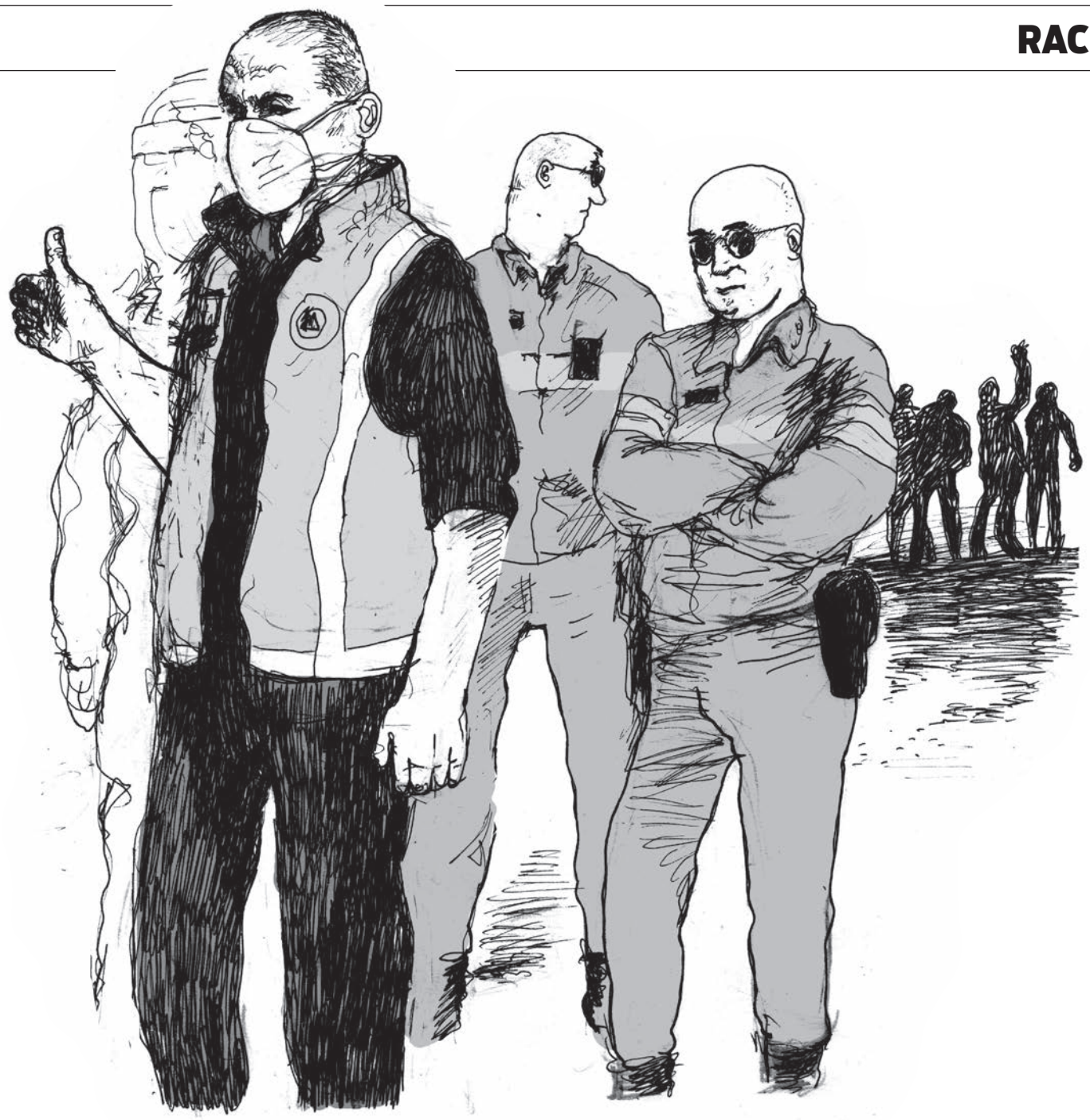
> Para além das medidas habituais de prevenção da contaminação da Covid-19, alguns estados da União Europeia introduziram medidas adicionais direccionadas às comunidades ciganas.

O vírus dentro de portas

Por cá, em lusas terras, já se anunciara o fecho das escolas, já o «fica em casa» soava mais a ameaça do que a conselho, e os despejos continuavam, afectando sobretudo pessoas não brancas. A 24 de Março, no seguimento de um comunicado da Associação de Mediadores Ciganos de Portugal (AMEC), o seu presidente, Prudêncio Canhoto, afirmava: «Em Portugal temos ciganos com muitas dificuldades. Os feirantes estão parados. As pessoas querem dinheiro para comer e não têm. A sorte de alguns são as famílias. Quem tem alguma coisa vai ajudando, mas os feirantes vivem do negócio e do que vendem, não dá para dar muito.» Houve também o caso dos ciganos forçados ao nomadismo, em Elvas, de onde foram expulsos pelas autoridades locais. A 26 de Março, a Cáritas da Guarda alertava que a «comunidade cigana vai ser um problema, as feiras não existem, eles não têm dinheiro e começam a ter dificuldades, aparecem na Cáritas mais vezes para receber os bens alimentares». No dia seguinte, em Portimão, a Câmara Municipal anunciava a ida de técnicos à «comunidade de etnia cigana nos bairros sociais da Cruz da Parteira e das Cardosas/Mira Cabo, num alerta para a importância da adopção de novos comportamentos sociais e boas práticas para a contenção da propagação do coronavírus», não se esquecendo de acrescentar que «as visitas [são] apoiadas por agentes da PSP».

Em Beja, no Bairro das Pedreiras, com apenas 50 casas para 800 pessoas, a grande maioria vive em barracas ou acampamentos e há um único ponto de acesso de água. «Sentem-se abandonados, porque ninguém lá vai e, agora, com esta pandemia, precisavam que alguém fosse lá, desinfectar aquelas ruas, aquela área, porque eles estão desprotegidos, é uma área de esgotos, uma área de ratos... Até este momento [2 Abril], as autoridades sanitárias não estão a acompanhar a situação deste bairro. E, quando lá forem, já vão tarde», afirmou Canhoto Prudêncio à RTP. Em Cuba, o presidente da Câmara andou semanas a exigir que um grupo nómada de ciganos fosse «devolvido» a Évora, onde têm morada fiscal. Exigências que, para já, tiveram resposta negativa.

A 6 de Abril, no bairro Espadanal, em Moura, no Alentejo, onde reside uma comunidade cigana com 59 pessoas, confirmava-se o primeiro caso de Covid-19 no interior da comunidade. De imediato, a Câmara Municipal local decretou o isolamento do bairro. Nunca o conceito de «distanciamento social» teve um carácter racial



tão marcado. Não se tratava de identificar as pessoas com contacto mais próximo com o infectado, testá-las e remetê-las a confinamento habitacional. Tratava-se de fechar toda uma comunidade, potenciando com isso a generalização da contaminação no seu interior. Não era uma resposta para salvar gente, era uma resposta para salvar gente não-cigana dos ciganos.

Prudêncio Canhoto descreveu ao jornal Público «o ambiente de pânico» que se vive no bairro. «O desespero está a tomar conta das pessoas» que estão retidas no bairro, onde «não pode sair nem entrar ninguém» a não ser pessoal dos serviços de saúde ou para a prestação de apoio alimentar. Do outro lado, o presidente da Câmara queria ficar com os louros de dar de comer aos condenados que o governo tentara puxar para si: «Neste momento, todo o apoio que foi e está a ser prestado à comunidade do Espadanal, designadamente a resposta às necessidades alimentares e receituário está a ser assegurado, exclusivamente, pela Câmara Municipal de Moura.» No entanto, foi o próprio governo a anunciar, quando os infectados já eram mais de 30, que «as forças de segurança estão presentes nas zonas de acesso ao bairro, de forma a impedir a saída de pessoas».

A mesma Moura, onde, a 16 Abril, o Millenium BCP resolveu proibir a entrada a utentes por serem ciganos. O caso denunciado refere-se a um munícipe que não mora no bairro do Espadanal. Ainda a mesma Moura onde, dois dias depois, a Câmara, juntamente com uma equipa médica e escolta policial, decide, sem aviso nem conversa, cercar munícipes ciganos (não moradores do bairro do Espadanal) e tentar fazer uma série de testes de despiste. Revoltada pela abordagem indigna, a população recusou-se a ser testada. Nas redes sociais a raiva

> Uma grande parte da comunidade cigana é feirante ou vende em mercados. Com estas estruturas fechadas, o pouco dinheiro que muitos deles tinham esgotou-se por completo.

circulava: «As autoridades fazem bem em testar a sua população, mas, não podendo fazê-lo totalmente e em massa, devem aplicar critérios de selecção isentos e sem discriminação racista e não usar a pertença etno-racial como critério para definir a forma de tratamento. Havendo reais razões que levem a acreditar que munícipes ciganos de Moura estejam em maior risco de contrair o vírus, os mesmos devem ser abordados de forma digna: Sem escolta policial, sem hostilização gratuita e sendo envolvidos na campanha de testes. (...) Que a autarquia se retrate por esta forma discriminatória com que tratou seus munícipes ciganos contribuindo para a sua estigmatização e aumentando o ódio preconceituoso que tem levado a uma intensificação de actos de discriminação em Moura.»

Quando se ouvem os apelos a «tomar conta dos mais fracos de entre nós», tudo soa a falso perante a situação dos realmente fragilizados. Uma grande parte da comunidade cigana é feirante ou vende em mercados. Com estas estruturas fechadas, o pouco dinheiro que muitos deles tinham esgotou-se por completo. A fome começa a espreitar de dente arregalado ao ritmo a que o vírus se expande entre a comunidade, e a AMEC denuncia: «a comunidade cigana é uma das mais desprotegidas face ao novo coronavírus». Um dos exemplos de dificuldades é o Bairro das Pedreiras, em Beja, onde, para além das habituais más condições de vida, a comunidade perdeu rendimentos devido ao cancelamento de feiras e as cerca de 120 crianças com idade escolar não dispõem de internet para prosseguir com os estudos à distância. Numa coluna de opinião do jornal Público, Mamadou Ba tinha já alertado para que nas «periferias e nos contextos rurais, a educação à distância, implementada pelo Ministério da Educação, está a deixar para trás milhares de crianças e jovens negros, ciganos, imigrantes e em situação de pobreza, que não dispõem dos meios tecnológicos nem dos contextos doméstico-familiares para este tipo de ensino. Esta exclusão impede a realização das actividades propostas e o desenvolvimento de competências desejado.»

Acusados tantas vezes de viverem à custa do Estado, a ironia está em que quem mais sofre na pele as consequências do confinamento generalizado, da ausência de feiras e de clientes em vendas de rua, são exactamente os que cumprem tarefas a que a sociedade ocidental decidiu chamar trabalho. E, por muito que conseguissem comprovar um decréscimo nas receitas de tantos por cento, a verdade é que os apoios às micro-empresas, empresários individuais ou trabalhadores independentes em tempo de Covid-19 não estão disponíveis para os ciganos. O pesadelo burocrático que implicam, aliado aos baixos níveis de literacia desta comunidade, impedem a maioria dos feirantes de aceder a esses apoios. Habituados à dignidade de não dependerem de ninguém, muitos acabam por sentir vergonha de se dirigirem às IPSS que, por exemplo, distribuem alimentos.

Invisíveis mas organizados

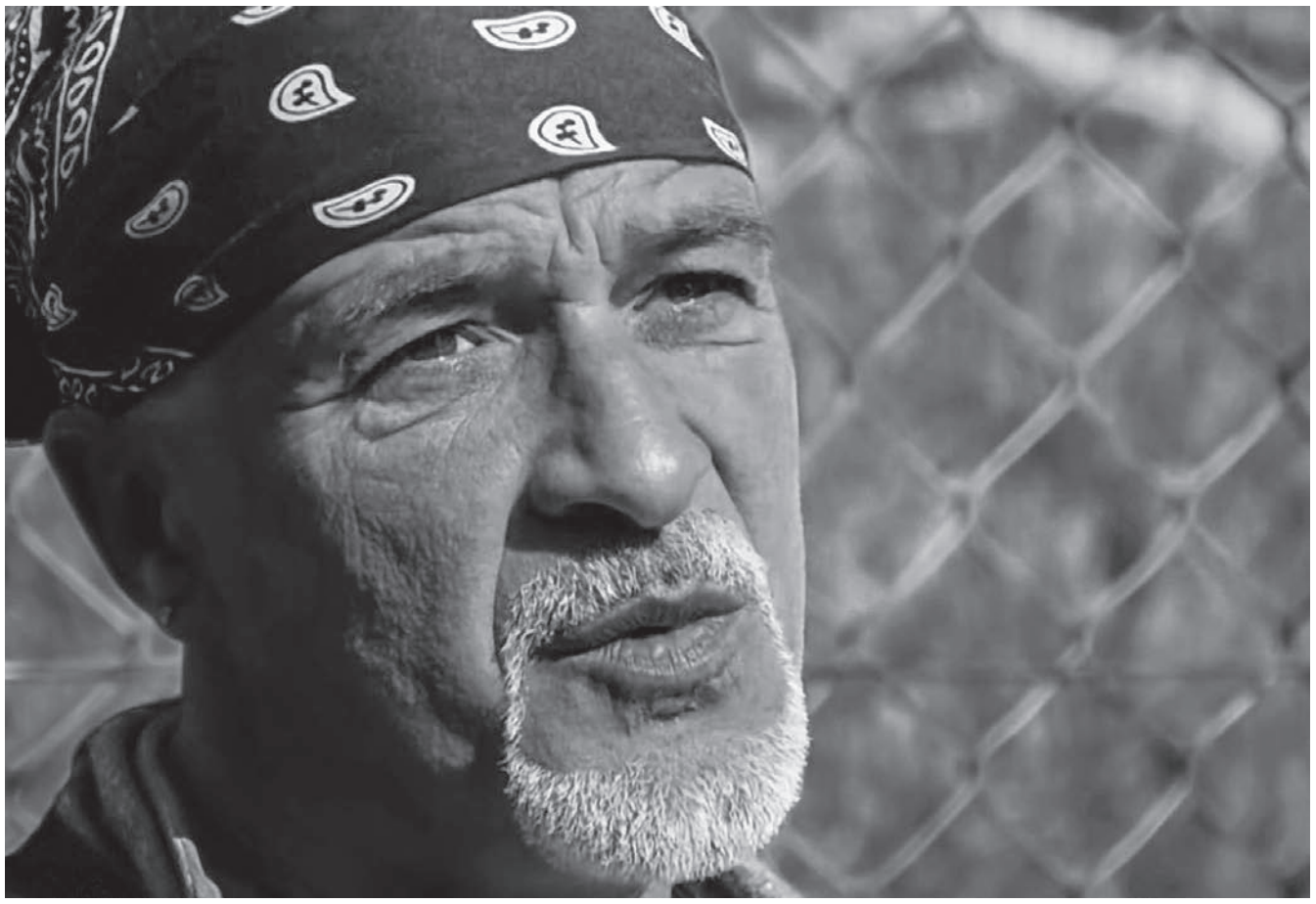
A 8 de Abril comemora-se o dia internacional das pessoas ciganas. «Hoje celebramos as nossas primas e primos, que heroicamente resistiram às políticas *paias* de assimilação e morte. Hoje celebramos o que não puderam destruir: a autonomia do povo cigano, a nossa liberdade!», lia-se pelas redes sociais. «A situação actual em consequência da Covid-19 e o estado de alarme colocam ainda mais em evidência a realidade em que o povo cigano vive há 500 anos. É a quotidiana violência e controle que o Estado pratica em direcção a nós que, para ele, representamos um "vírus social" que deve ser removido através da nossa integração ou através da violência. É o que nós chamamos de "Antigitanismo como Estado Permanente de Excepção". Contra o racismo anti-cigano só há um caminho: auto-organização, auto-defesa e emancipação. Primas e primos organizem a resistência *romanichel* nos vossos bairros, com as vossas famílias.»

Se esse é um dia que passa quase despercebido todos os anos, nesta altura tudo se torna ainda menos presente. De uma procura rápida nos meios de comunicação, sobressaem menos de meia dúzia de peças, todas bastante superficiais e acríticas, sobre a situação de um ou outro agrupamento cigano e de uma ou outra medida de contenção que os tenha como alvo. Nas televisões não passou nenhum documentário sobre as suas vidas ou a sua cultura, nenhum festival de música ou dança, nada que indicasse que esse dia se assinalava.

«Esta invisibilidade é, no entanto, contrariada por formas de auto-organização e resiliência que se tecem e entretecem graças à mobilização das próprias comunidades e de pessoas concretas. É nas redes sociais (e não nos media convencionais) que é possível observar e perceber como parte significativa da população portuguesa cigana está a viver e a sobreviver ao confinamento, nestes tempos de pandemia. Pessoas que, incansavelmente, a partir de suas casas, multiplicam iniciativas para que todos fiquem bem, fazendo chegar bens de primeira necessidade às comunidades e famílias que mais precisam. Assiste-se à criação de redes de solidariedade para comprar alimentos e medicamentos, à partilha de experiências e à sensibilização empática dos concidadãos (ciganos e não ciganos) para a necessidade do isolamento social». Assim assinalam Rita Costa e Filipe Reis, com um texto publicado *online*, o dia internacional das pessoas ciganas.

Bruno Gonçalves, que se apresenta apenas como «pessoa cigana», confirma este cenário. «Várias associações ciganas, activistas e alguns amigos da causa fizeram uma colecta e estamos a dar apoio, com vales pré-pagos para comprar comida e medicamentos». O facto de, mais do que estarem no terreno, pertencerem ao terreno, ajuda-os a conseguir discernir quem tem maiores necessidades. «Já apoiámos 125 famílias. Iniciámos com o apoio às famílias ciganas mas, neste momento, estamos também a ajudar famílias não ciganas, de alguns bairros sociais, que também estão a sentir muitas dificuldades». Neste momento, estão a tentar desenvolver parcerias locais que permitam uma acção mais continuada. Talvez com autarquias, talvez com empresas. Mas está difícil. «De há 5 meses para cá, a nossa imagem tem sido inflamada de uma forma tal que a população que deveria ser solidária não o está a ser. Pelo contrário.»

Gabriel Pombo da Silva



Gabriel foi detido a 25 de Janeiro em Monção, estando neste momento nos calabouços da PJ do Porto. Actualmente com 54 anos de idade, 32 foram passados em prisões no Estado Espanhol e na Alemanha

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Em 2004, o anarquista Gabriel Pombo da Silva, em fuga duma pena de prisão no Estado espanhol, era detido na Alemanha, ao abrigo dum Mandado de Detenção Europeu (MDE) emitido pelo Tribunal de Albacete. A luta que deu, na tentativa de não acabar detido, levou-o a ser condenado pelas autoridades alemãs a 13 anos de cadeia. Desses, cumpriu 8 anos e meio. A 16 de Janeiro de 2013, foi, ao mesmo tempo, libertado e extraditado para terras espanholas para cumprir três anos, sete meses e vinte e um dia. No final do tempo, em vez de o libertar, a juíza Mercedes Navarro, do Tribunal Penal de Girona, afirmando haver um cúmulo penal ainda por cumprir, manteve-o preso durante mais um mês, altura em que o Tribunal Provincial de Girona ordenou a sua libertação imediata, uma vez que a detenção infringia o «princípio da especialidade»1. De acordo com esse princípio, Gabriel tinha sido extraditado para o Estado espanhol para cumprir determinada pena, tinha-a cumprido e não poderia continuar preso por causa duma acusação anterior. Depois de sair, Gabriel teve um último acto institucional e decidiu processar a juíza Mercedes Navarro por tê-lo obrigado a cumprir um mês sem razão legal.

Saiu a 16 de Maio de 2016 e, no que diz respeito à forma profunda de pensar, a prisão não tinha quebrado Gabriel. Continuou a escrever, a publicar, a conversar com outras pessoas, principalmente em território espanhol, mas também em Lisboa, por exemplo. A sua base era uma pequena quinta no município de Mos, perto de Vigo, onde vivia com a companheira. Por pouco tempo. A 24 de Janeiro, foram acordados por cerca de 60 polícias da Guardia Civil, que invadiram a quinta em busca de armas e explosivos. Aparentemente, uma pessoa a quem, tempos antes, tinham dado abrigo era agora acusada de traficar armas. Gabriel seria detido por associação, mas acabou por ser libertado quase de imediato, na falta de armas e de indícios de participação ou envolvimento de qualquer tipo nesse alegado tráfico.

Sentindo-se perseguidos, Gabriel e a companheira, já na companhia duma filha recém-nascida, decidiram atravessar a raia e instalarem-se em terras minhotas. De novo, a paz não durou muito. Em Junho de 2018, a juíza Mercedes Navarro convoca-o para Girona por causa da denúncia que Gabriel Pombo tinha feito contra ela. Desconfiado de que essa convocatória escondesse outros propósitos, receoso de que pudesse, por qualquer razão, acabar de novo detido, Gabriel não compareceu e tornou-se clandestino. Foi a Itália e rapidamente voltou para Portugal.

Já em 2019, a mesma juíza emitiu um novo mandado para a sua detenção, para uma pena de 16 anos alegadamente ainda por cumprir, esquecendo que, dos 54 anos de idade que Gabriel tem, 32 foram passados em prisões (no Estado espanhol, o cúmulo jurídico não permite que se ultrapasse os 30 anos de cadeia). Com uma variante quase sinistra de utilizar o conteúdo do próprio «princípio da especialidade» para afirmar que deixou de ter validade. A lei formula que, para que esse princípio se mantenha válido, ou seja, para que um detido, depois de libertado, não volte a ser preso por acusações passadas, esse indivíduo tem necessariamente de se ausentar do país requerente do MDE no prazo de 45 dias! Ao mudar-se para a Galiza, Gabriel não o tinha feito.

A 25 de Janeiro 2020, era detido em Monção para que, uma vez extraditado para o Estado vizinho, viesse a cumprir pena por crimes alegadamente praticados há mais de 20 anos, entre 1990 e 1997: «roubo à mão armada a agências bancárias», «extorsão a empresários» e «homicídio» do dono de uma casa de alterne. Está, neste momento, detido nas instalações da Polícia Judiciária, no Porto. Contestou a extradição. O Tribunal da Relação de Guimarães, no entanto, concluiu que deve ser extraditado. Após recurso, o Tribunal Supremo de Lisboa reconheceu essa decisão como válida e também indeferiu o seu pedido de libertação. Resta agora o Tribunal Constitucional, mas os advogados de Gabriel não contam que a decisão seja alterada.

Gabriel deverá ser extraditado e deverá ser detido pela juíza de Girona. No entanto, o movimento solidário que se tem unido (desde há muito, mas com empenho redobrado nestas alturas) confia que ainda há caminho jurídico possível para ser percorrido e também que todas as formas de apoio e solidariedade são bem-vindas, de forma a que Gabriel passe o menor tempo possível atrás de grades.

1 O «princípio da especialidade» representa uma segurança jurídica de que não será julgada por crime diverso do que fundamenta o MDE, ou que não cumprirá sanção diversa da que consta do MDE: «A pessoa entregue em cumprimento de um mandado de detenção europeu não pode ser sujeita a procedimento penal, condenada ou privada de liberdade por uma infracção praticada em momento anterior à sua entrega e diferente daquela que motivou a emissão do mandado de detenção europeu.»

O caso de Vicenzo Vecchi, a que fizemos alusão na edição de Fevereiro de 2020 do Jornal MAPA, e o caso de Gabriel Pombo são dois exemplos de pedidos de extradição com base no Mandado de Detenção Europeu. Algumas notas sobre esse mecanismo.

Implementado em 2002 para substituir a extradição entre Estados, tida como demasiado morosa, o Mandado de Detenção Europeu (MDE), uma vez emitido, obriga um Estado membro da União Europeia (UE) a deter e transferir um suspeito ou uma pessoa já condenada para o país emissor, de forma a que possa ser julgada ou obrigada a cumprir a sua pena.

Dentro da UE não existe direito de asilo. Ou seja, uma pessoa que se sinta perseguida politicamente dentro do seu país não pode, por exemplo, pedir abrigo noutro país. Esta é uma questão mais ampla do que o próprio MDE, mas que este, pela forma expedita como trata a extradição, amplia muito como realidade pré-civilizacional da UE. Até porque, ao contrário da Interpol, por exemplo, cujas regras proíbem especificamente o seu envolvimento em casos políticos, o MDE não apresenta esse tipo de excepções.

Uma outra coisa fundamental é que o MDE reduz a acção legal a uma simples análise, a uma mera formalidade administrativa sem qualquer tipo de estudo para uma consideração completa do mérito da acusação, e não a um estudo das acusações e da sua validade. Ou seja, não permite uma recusa ao pedido de extradição pelo facto de considerar que não existem provas para a acusação. O que quer dizer que alarga o âmbito de aplicação a todo o território dos procedimentos de excepção e das leis liberticidas específicas a cada um dos Estados-membros.

O mandado de detenção não unifica a lei em toda a UE, e os padrões judiciais mantêm-se diferentes nos vários países. O caso de Puigemont é sintomático. Um tribunal regional da região alemã Schleswig-Holstein, em resposta a um pedido do supremo tribunal espanhol, decidiu que Puigemont não poderia ser extraditado para enfrentar a acusação de «rebelião». Um *rapper* maiorquino fugiu para a Bélgica em 2017, depois de um tribunal espanhol ter decretado que as suas letras insultavam a monarquia Bourbon, o que ia contra a lei. Em Setembro de 2018, um tribunal belga rejeitou a extradição. O romeno Alexander Adamescu é um dramaturgo e empresário que está detido em Inglaterra à espera que as autoridades britânicas o expulsem para o seu país natal. Sobre ele pendem acusações de corrupção que parecem politicamente movidas, e Adamescu teme que a extradição signifique a sua morte. O seu pai viu-se envolvido num processo semelhante e acabou por morrer, em circunstâncias ainda pouco claras, enquanto estava em prisão domiciliária. A decisão ainda está pendente, mas já se deu o caso de dois outros pedidos de extradição terem sido recusados pelos tribunais ingleses por causa das péssimas condições das prisões romenas.

O grande problema é que quando um MDE é revogado num país, não o é no resto dos Estados-membros da UE, violando assim o direito à livre circulação dos cidadãos europeus dentro do espaço Schengen. Numa UE sem MDE, os dramaturgos e os *rappers* sentir-se-iam muito mais seguros e menos limitados nos seus movimentos.

Pikpa Camp

Acolhimento auto-grerido de refugiados em Lesbos

Há alternativas criadas ao «inferno» de Moria, um dos mais vergonhosos campos de refugiados em território europeu, em Lesbos, na Grécia. A 15 quilómetros de distância, o Pikpa Camp acolhe actualmente cerca de 80 refugiados em situação de especial vulnerabilidade num espaço que garante habitação, alimentação e cuidados de saúde dignos, gerido de forma horizontal e assembleária. Diana Dias, da associação Lesvos Solidarity, fala-nos do Pikpa Camp, da onda de ataques fascistas que fustigaram a ilha em Fevereiro e da chegada do coronavírus a um território onde já há muito se vivia uma crise de saúde pública.

SANDRA FAUSTINO
SANDRAFAUSTINO@JORNALMAPA.PT
FOTOS **KNUT BRY**

Sandra Faustino: Há quanto tempo estás na ilha grega de Lesbos e o que fazes actualmente?

Diana Dias: Vim pela primeira vez em 2015, que foi quando tive contacto com o Pikpa, onde estive como voluntária. Foi em 2015 que chegou a grande onda de refugiados sírios. Voltei em 2016 e fiquei desde então. Continuei como voluntária no Pikpa, de vez em quando, com um projecto de costura e *upcycling*, e agora estou a coordenar o *workshop* de produção de malas feitas de coletes salva-vidas – *Safe Passage* – e a coordenar outro projecto de *upcycling*, num espaço no centro da cidade chamado Mosaik. Ambos fazem parte da mesma organização que gere o Pikpa, que se chama Lesvos Solidarity. A Lesvos Solidarity tem vários projectos: o Pikpa, o *Safe Passage* e o Mosaik.

Lesbos é um dos territórios onde mais refugiados ficam retidos às portas da Europa e onde os campos institucionais, como o de Moria, são absolutamente desumanos. Este é um território onde se faz a gestão de fronteiras europeias de forma quase invisível para a maioria dos europeus. Como é a vida numa ilha assim?

Em 2015 não existiam estruturas nem organizações em Lesbos a apoiar refugiados à chegada. Entretanto já se criaram muitas estruturas. Mas já existiam muitos refugiados em Lesbos antes de 2015 – é uma situação que tem mais de 10 anos – e já existia o campo de Moria, mas era um campo fechado, com pouca gente. Era uma coisa invisível para a maior parte da população da ilha, excepto, claro, para os habitantes da vila de Moria. Em 2015 a coisa já era insustentável, com 7 000 pessoas num campo construído para 3 000. Agora chegámos a um ponto em que já lá estão 21 000 pessoas... À volta do centro de recepção e identificação de Moria há ainda milhares de tendas num espaço a que se chama *jungle*. A forma como o campo de Moria cresceu é impressionante, é uma cidade. Tem lojas de comida, barbeiros, lojas de 1€, lojas com coisas para crianças – balões, rebuçados e chocolates. Cultivam-se legumes, faz-se e vende-se pão. Há autocarros do campo de Moria para o centro de Mytilini, a capital da ilha, e as pessoas até agora circulavam bastante – vinham levantar dinheiro, fazer compras… Havia muito movimento. E existem muitos refugiados a viver em casas, fora de Moria, que já têm cá trabalho, muitas vezes em organizações que trabalham com refugiados. Mas não deixa de ser um sítio de passagem: podem ficar um ano ou dois, mas não há muitos que queiram ficar nesta ilha o resto da vida. É sempre um local de passagem. Na ilha existem vários mundos diferentes: o mundo dos voluntários e das organizações, que vivem exclusivamente com os refugiados; o mundo da população local grega, que culpa os voluntários, organizações e refugiados por destruírem a ilha; e um outro mundo, de gregos locais que tentam fazer uma ponte com os refugiados em iniciativas de solidariedade. São diferentes realidades, todas no mesmo sítio.

O PIKPA surge então em 2012. Em que contexto, e como funciona?

O Pikpa é um campo de acolhimento para refugiados, independente e auto-gerido, com capacidade para cerca de 120 pessoas e que tem, actualmente, cerca de 80 pessoas. Surgiu como uma iniciativa de vários grupos locais, que «ocuparam» um espaço que estava abandonado, onde antes se faziam acampamentos para crianças em tempo de férias escolares. É um espaço onde existem 16 casas de madeira, uma cozinha, uma recepção, um gabinete médico, uma lavandaria e ainda uma loja livre de roupa, onde estão os donativos que chegam, seleccionados pelos voluntários, e onde podes ir buscar o que quiseres. Entretanto, construíram-se também seis tendas, que servem como espaços de arrumação ou espaços comuns. Há, por exemplo, o *women's space*, com um jardim, onde só entram mulheres e onde elas se juntam, com livros, máquinas de costura...

Como são escolhidos os residentes do Pikpa?

Neste momento, é uma coordenação com a UNHCR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados): eles apontam os casos mais vulneráveis em Moria, ou que conheçam, e é por essa via que são referenciados.

Então, há um momento depois da ocupação em que há um reconhecimento formal do Pikpa?

Não propriamente... No início era uma iniciativa de várias associações, mas começaram a chegar muitos donativos e era preciso criar-se uma estrutura. Foi criada a Lesvos Solidarity para gerir todo o projecto. Portanto, o Pikpa arranca em 2012 mas a associação só é criada em 2014. O problema é que o Pikpa não é legal e já houve várias tentativas para fechar o espaço. No início, a propriedade pertencia ao município. Entretanto, quando o Syriza esteve no governo, a propriedade passou para gestão do estado central. Mas há sempre uma grande instabilidade, porque é considerado ainda por muitos como uma ocupação. E, de facto, não é legal. Há dois anos atrás, os hotéis à volta do Pikpa lançaram um processo em tribunal, porque os refugiados do Pikpa estavam a prejudicar o sector do turismo, mas perderam o processo. E há sempre tentativas de fechar o Pikpa, há muita pressão da comunidade local, porque este espaço era para as crianças de Mytilini passarem o verão (estava abandonado há anos!) e agora está a ser usado para refugiados…

Manter um espaço que acolhe 80 pessoas, a funcionar de forma auto-gerida, garantindo alimentação e cuidados de saúde, é uma tarefa de gigantes. Como se organiza o dia-a-dia?

A violência estava a escalar de forma surreal. Foi um período de muito medo nas ruas - muito parecido com o que temos agora em relação ao vírus, na verdade, mas na altura por causa dos ataques fascistas.

Há um equipa fixa, remunerada, que inclui um coordenador de cozinha, outro para a construção e arranjos no espaço, um condutor e uma carrinha para gerir deslocações; há um enfermeiro, há uma pessoa para coordenar os voluntários e há outra pessoa na recepção que coordena os processos burocráticos. Mas os papéis entrelaçam-se muito e há muita solidariedade de outros trabalhadores ou voluntários da Lesvos Solidarity que estão noutros projectos e que participam também no Pikpa. Há assembleias semanais com os residentes e com a organização. Alguns residentes participam mais, como voluntários, na organização: há um residente a coordenar a lavandaria, residentes voluntários na cozinha ou na loja livre… Enfim, é uma pequena comunidade. Faz-se distribuição de comida para todas as casas. Cada casa tem a sua própria cozinha com um fogão pequeno, portanto a comida é distribuída três vezes por semana para todas as casas que têm independência para cozinhar a sua comida, mas para os que não podem cozinhar – porque normalmente no Pikpa estão pessoas com questões de mobilidade ou de saúde – a cozinha serve refeições todos os dias.

Entretanto, no final de Fevereiro, a Turquia abriu as fronteiras e o movimento de refugiados a chegar a Lesbos aumentou, o que provocou uma onda de ataques de movimentos de extrema-direita...

No início de 2020 o governo grego começou a construir novos centros de detenção na ilha. Habitantes locais fascistas começaram a ocupar os terrenos onde seriam construídos estes centros – então veio a polícia de choque. Foi nessa altura que começou esta movida fascista da população. Estavam movimentos de esquerda e de direita a lutar «lado a lado» contra a polícia, por motivos diferentes obviamente, e conseguiram que a polícia recuasse, o que fez com que o movimento de extrema-direita ganhasse força. Pensaram: «se conseguimos expulsar a polícia e o governo, então conseguimos expulsar todas as organizações e solidários esquerdistas da ilha»... E foi aí que começaram a escalar os ataques a pessoas na rua, carros e casas. Atacaram jornalistas e impediram barcos de atracar, com a ajuda da polícia marítima grega, que estava também a impedir barcos de chegar a Lesbos. Foi queimada uma estrutura de apoio num dos sítios onde chegam mais barcos, gerida pela UNHCR, que acolhe refugiados à espera de serem encaminhados para Moria. Queimaram ainda um outro centro de actividades perto de Moria. A violência estava a escalar de forma surreal. Foi um período de muito medo nas ruas – muito parecido com o que temos agora em relação ao vírus, na verdade, mas na altura por causa dos ataques fascistas. A polícia estava do lado destes movimentos – se a polícia fosse informada dos ataques fascistas não faziam nada – e montou-se uma enorme perseguição a todos os movimentos solidários. Tentámos fazer uma assembleia antifascista na rua, num parque, e grupos fascistas divulgaram nas redes sociais que estávamos ali reunidos e veio a polícia parar a reunião. Neste período, os refugiados que chegavam de barco nem iam para Moria: foram enviados para centros de detenção na Grécia continental. Estava a haver uma enorme pressão dos políticos locais e movimentos fascistas. Houve um bloco, onde inclusive estavam políticos, que bloqueou a passagem de autocarros que vinham do outro lado da ilha para Moria. Então levaram as pessoas para o porto de Mytilini, mandaram vir um barco da Marinha e as pessoas estavam a ser hospedadas dentro do barco, sem quaisquer condições, à espera de serem levadas para o continente. A carrinha do Pikpa foi atacada quando estava na cidade, partiram os vidros da frente, e um dos nossos voluntários foi espancado, roubaram-lhe a câmara fotográfica e partiram-lhe o carro. E houve, já no período de quarentena, uma tentativa de entrar na cozinha do Pikpa e madeiras roubadas. Houve muita instabilidade e medo por parte dos residentes e voluntários nessa altura. Fizeram turnos durante a noite e no fim-de-semana, todos juntos, no Pikpa, para garantir a segurança do espaço. Houve ainda um ataque *online*: publicaram *fake news* sobre o Pikpa e fizeram ataques pessoais à Efi Latsoudi, que coordena a Lesvos Solidarity. Ela processou os responsáveis em tribunal e ganhou: foram condenados a três meses de prisão suspensa durante três anos... O movimento antifascista estava a tentar organizar-se, houve alguns protestos, mas entretanto começou isto do vírus e ficou tudo em suspenso...

A quarentena interrompeu a movimentação política nas ruas... Com a chegada do coronavírus, como está o funcionamento do Pikpa?

Ficou tudo em suspenso. Durante a quarentena, todos os espaços que acolhem refugiados foram obrigados a estar fechados: os residentes não podem sair, nem receber visitas, e estão lá apenas alguns voluntários. Está a preparar-se a contratação de um médico e de outro enfermeiro. Chegaram muitos donativos de máscaras e de desinfectantes. Arrancou também um projecto com a UNICEF para acolher no Pikpa 30 menores não acompanhados que vêm de Moria Por isso, tem estado agora pessoal contratado pela UNICEF a preparar o espaço para os receber, e haverá mais pessoas a trabalhar a tempo inteiro para acompanhar estes menores. Já chegaram os primeiros 7 e vão começar gradualmente a chegar mais nas próximas semanas. Com este projecto da

UNICEF, vai ser muito mais difícil fecharem o Pikpa...

A possibilidade de haver um surto num campo como o de Moria revela a enorme precariedade que este campo já tinha ao nível da saúde: as condições sanitárias e de higiene não são dignas, e já faltava assistência médica a pessoas doentes, física ou psicologicamente...

São 21 000 pessoas e apenas um ou dois sítios com água potável, cada um com umas cinco torneiras. Torneiras ao ar livre, para lavar a loiça, a roupa, as mãos, tudo. As casas-de-banho são terríveis, em contentores. Não há limpeza nos espaços exteriores. Das vezes que lá fui, o cenário era indescritível. Não há condições nenhumas dentro dos campos. Há um bom texto, publicado pela Sea Watch, que fala disto como um problema matemático: «a questão é: se 20 000 pessoas, fechadas num espaço para 3 000, tiverem de seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde de lavar as mãos durante 20 segundos, mantendo uma distância social de dois metros, onde só há uma torneira para cada 1 300 pessoas, como pode isto funcionar?». Ainda não houve nenhum caso positivo em Moria – para já não estão a testar ninguém... Com a quarentena, as únicas organizações que se mantêm lá dentro são as médicas: Médicos Sem Fronteiras, e outras do género, mas há muito poucos médicos para tantas pessoas. As outras organizações, que davam apoio social e educativo, já não entram.

E continuam a chegar barcos?

Poucos, mas continuam, e como são obrigados a ficar em quarentena durante 15 dias mas não há estruturas para os receber, ficam em acampamentos à beira-mar, em condições agrestes... Desde Março, está suspensa a possibilidade de requerimento de asilo, portanto, alguns recém-chegados foram para centros de detenção à espera de serem deportados de volta para a Turquia. Não há novos refugiados a entrar em Moria desde Março. Quanto aos refugiados que chegaram mais recentemente ao norte da ilha, há relatos de a guarda costeira grega ter levado refugiados que já estavam na costa de Lesbos de volta para a Turquia, naqueles barcos-tenda... Essas pessoas tinham sido vistas aqui e foram vistas depois, outra vez, na Turquia.

Se antes já existia um discurso anti-migrante, esse discurso sai reforçado com o medo do migrante infectado...

Sempre houve esse discurso, de que os refugiados trazem doenças. E deveria haver assistência médica à chegada, mas na prática isso não acontece: estão 21 000 pessoas no campo de Moria e não há médicos nem recursos suficientes... Mas esse discurso sempre existiu, de que os refugiados trazem doenças que não existiam há anos a circular na Europa.

A ascenção do movimento de extrema-direita em Lesbos vai muito a reboque da «crise de refugiados», mas a mesma «crise» tem sido também responsável por muitas iniciativas de solidariedade e apoio. Achas que Lesbos tem um movimento antifascista forte?

Sim, certamente. E muito mais do que o movimento de extrema-direita! E que já leva anos a ser construído – especialmente desde 2015, tem havido uma grande onda de voluntariado e solidariedade internacional e local... O Pikpa e o Mosaik, que estão dentro da mesma associação, são provas disso. O Mosaik é um espaço no centro da cidade que funciona como um espaço de apoio a locais e refugiados, onde há aulas de grego, inglês, música, informática, ioga, etc. A prioridade para trabalhar no Mosaik é dada aos residentes do Pikpa, portanto acaba por ser uma grande comunidade, e de relação entre os dois projectos. E vive-se isso mesmo, uma comunidade: as pessoas com quem trabalho no Mosaik, quando vou ao Pikpa, visito-as e vou comer à casa delas, e há uma relação... bonita. Há também um restaurante no centro, o Nan, que faz comida do mundo com produtos locais e que cria postos de trabalho para refugiados. Há muitos projectos a funcionar, de organizações estrangeiras que criam projectos fora de Moria, para dar apoio aos refugiados, como o One Happy Family, que foi atacado e incendiado quando houve os ataques...

> Eles [extrema-direita] continuam aí e, de certeza que, quando a pandemia acabar, vai voltar a explodir o assunto. E se calhar vai haver desculpas para piorar a situação...

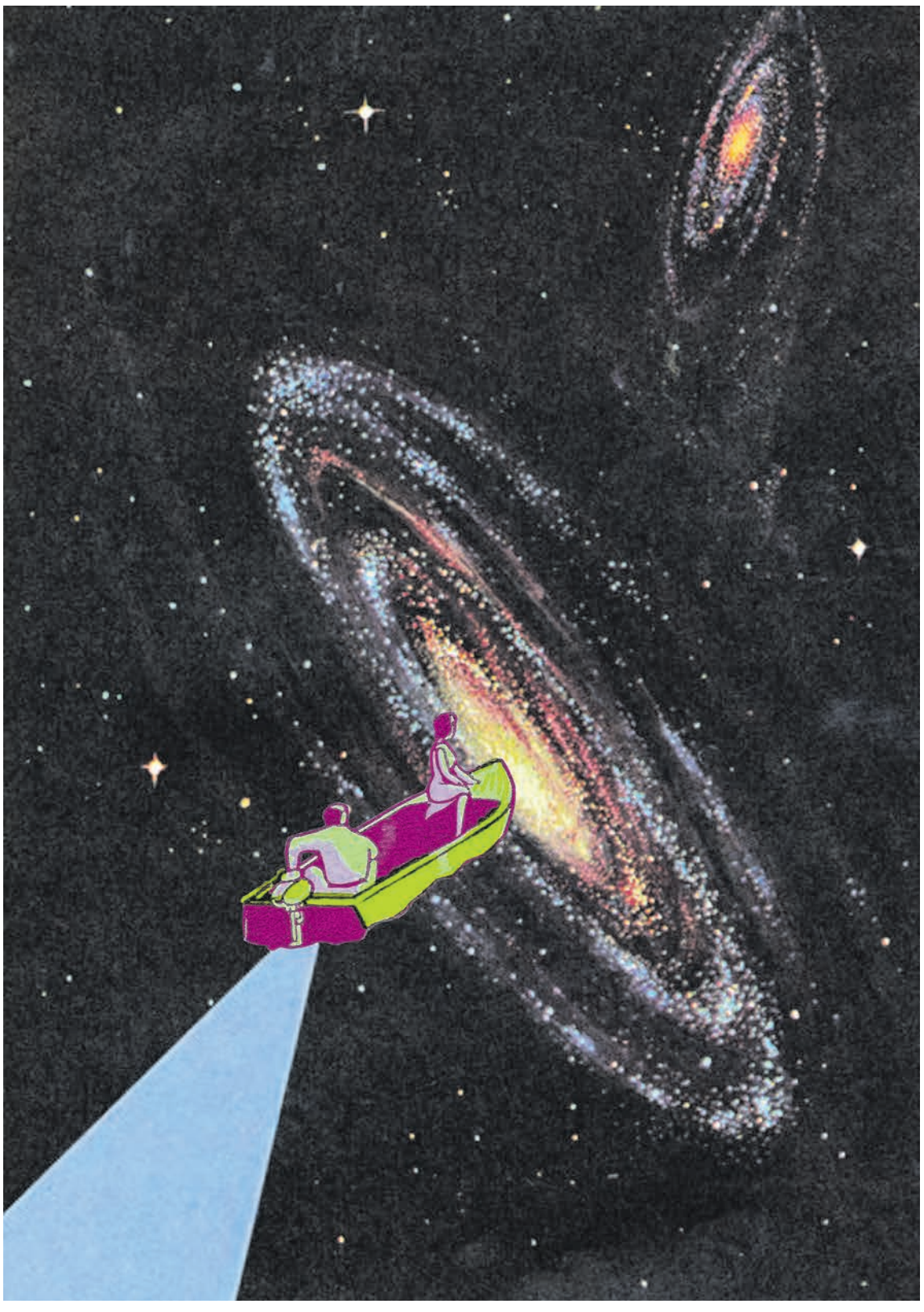
O que pode acontecer, pensando neste clima de violência que parece agora paralisado pela quarentena, depois da pandemia?

Ouvi falar ontem, por um amigo, que já nesta época de quarentena uns voluntários foram atacados em Plomari, outra cidade na ilha. E que foram à polícia para fazer denúncia e os atacantes de extrema-direita estavam à espera deles na esquadra. Eles continuam aí e, de certeza que, quando a pandemia acabar, vai voltar a explodir o assunto. E se calhar vai haver desculpas para piorar a situação... Como agora, com a quarentena, os refugiados estão fechados nos campos e não podem vir ao centro, talvez se arranje uma forma de eles não poderem mais vir ao centro. Estão agora a pôr lá umas máquinas multibanco, porque a maior parte das deslocações era para levantar dinheiro. Vão aproveitar-se da situação para reforçar o fecho dos campos, e parece que as coisas já estão a rolar nesse sentido...

Estamos todos no mesmo barco

A chegada de jovens migrantes marroquinos em barcos ao Algarve apela à memória do tempo em que o sentido da migração clandestina era o inverso

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT
ILUSTRAÇÕES **CATARINA LEAL**



O mar, nessa madrugada, trouxera-lhe a memória dos seus pais. O dia ainda não nascera e o pescador de Olhão avistava entre as vagas a embarcação de madeira e, nela acolhidos, os vultos humanos. Onze jovens que, pelas 5h30 dessa quarta-feira, 29 de Janeiro, viriam a ser recolhidos pela polícia marítima. Migrantes marroquinos que acostavam à costa algarvia, tal como ocorrera semanas antes, na época natalícia. Nessa altura, ao pescador custara-lhe ouvir o desdém (era isso afinal o racismo) de que os oito jovens haviam sido alvo. Para ele, que se habituou, nos últimos anos, aos relatos de barcos repletos a atravessar o estreito, de África para a Europa, a memória dos seus pais estava naqueles rostos que, a partir da costa marroquina, tentavam a sorte para sobreviver. Os seus pais, tios e vizinhos algarvios eram os vultos humanos que, nos anos 30 do século passado, haviam feito o percurso inverso, clandestino e perigoso, do Algarve para Marrocos, em frágeis embarcações, a fugir da fome para ganhar o direito à vida. As imagens de Espanha, Itália e Grécia podiam, afinal, estar ali mesmo na costa algarvia neste inicio de 2020.

Mas, para o pescador, a chegada dos marroquinos trouxera-lhe essa inquietação de ver votada ao esquecimento a memória dos seus pais. Porque, em cada investida de repúdio ao «marroquino», ao «imigrante ilegal», estava uma ofensa aos homens e mulheres que se fizeram ao mar para Marrocos. Como estes jovens de El Jadida, migrantes eram os algarvios que, na primeira metade do século passado, nas mesmas costas dessa antiga Mazagão medieval portuguesa, aí fizeram vida. Aí deixaram e trouxeram descendência. Quantos destes filhos e netos desdenhando agora na ignorância, ou vertendo o ódio ao outro, não ofendiam a memória dos avós? Do mar se avistam muitas terras, pensava ele, mas o mar é um só, feito de inúmeras vagas que, sem distinção, fustigam a vida dos homens.

Este retrato na figura ficcionada do pescador de Olhão é demasiado real. Passa-se todos os dias nas costas do mediterrâneo. O ponto de partida desta crónica – que podia ser partilhada nos vários cantos do nosso (europeu, africano e oriental) mar interior – foi essa chegada de marroquinos ao Algarve. Evento que não se repetiu entretanto, pese a dimensão dos alertas de populismo xenófobo, ou da diplomacia governativa temendo o «efeito chamada» de uma nova rota de imigração vinda das paragens de Mazagão, onde, há 500 anos atrás, os portugueses instalaram um entreposto comercial e militar.

A saga dos jovens marroquinos apela à memória do tempo em que o sentido da migração, dita clandestina, era o inverso. De Olhão, Tavira e Faro milhares de portugueses saíram para Marrocos em busca de sustento. O seu esquecimento é tão intolerável quanto o são os rugidos eivados de nacionalismo e racismo contra o imigrante que o pescador de Olhão ouvia à mesa do café e nos discursos de comentadores de futebol elevados a políticos.

> Em cada investida de repúdio ao «marroquino», ao «imigrante ilegal», estava uma ofensa aos homens e mulheres que se fizeram ao mar para Marrocos.

Vimos a morte de frente

Para os oito primeiros jovens, entre os 16 e os 26 anos, de El Jadida à praia dos pescadores de Monte Gordo foram quatro dias no mar e cerca de cinco mil dinares (470 euros) cada, por uma viagem arriscada que acabou na costa portuguesa e não na almejada Espanha, conforme o vento Levante lhes predestinou nessa quarta-feira, 11 de Dezembro. Que estavam em areias algarvias, souberam-no apenas quando abordados pela polícia marítima, depois de abandonada a embarcação na zona da rebentação da praia. O comandante Fernando Pacheco contou à imprensa que se tratava de uma «embarcação de pequena envergadura, com apenas sete metros, com motor fora de bordo. Tinham um segundo motor de reserva e diversos *jerricans* com combustível». Quando foram encontrados, «estavam com frio e com fome». Haviam já esgotado os «cinco quilos de amêijoas, dez quilos de frutas e dez litros de água», como contou Amin Sehaba, de 21 anos, ao Jornal do Algarve, através do tradutor automático do telemóvel. «Para ser sincero, vimos a morte de frente». Vindos de aldeias vizinhas a El Jadida, conheciam-se da escola e planearam a fuga: «para ser honesto, Marrocos não é bonito, não há trabalho, não há estudo, educação, nem direitos humanos, nem direitos da criança. O pior é que não há trabalho». Por isso, contava Sehaba «viemos honestamente a Portugal para trabalhar arduamente».

No mês seguinte, a 29 de Janeiro, da mesma zona a sul de Casablanca, outro grupo de 11 jovens, entre os 21 e os 30 anos, lançou-se ao mar para a travessia de 700 quilómetros até à costa algarvia. Segundo declarações do comandante da capitania, teriam partido de Marrocos «há três, ou quatro dias» numa embarcação de madeira a motor «em muito melhores condições do que a usada pelos amigos». «Falavam pouco, algum francês, e traziam telemóveis, grão cru e combustível. Não foi encontrado nenhum GPS». Não foi porém a bizarra referência a grão cru que o pescador de Olhão reteve na memória. Foram sim os comentários às *selfies*, que os primeiros jovens partilharam com o Jornal do Algarve e que pareciam incomodar meio mundo. Não eram imagens de drama, mas de gáudio de uma viagem bem sucedida. Sorriam, por isso, os jovens na pose vitoriosa da imagem. Destoavam do ar de sofrimento e isso apenas parecia vincar-lhes um aspecto ameaçador para aqueles que não consideram o direito de sorrir aos que vêm do outro lado. Ao outro. Por isso, quando, nessas noites, o pescador de Olhão regressava a casa, quedava-se, sem saber como desatar o nó no estômago, perante as desbotadas fotos emolduradas dos seus pais. No meio de um grupo domingueiro de portugueses algures por El Jadida, sorriam alegremente em pose festiva perante um fotógrafo esquecido do século passado.

Tinham razões para sorrir, estes jovens marroquinos. A última notícia de um desembarque semelhante fora há 12 anos, num outro Dezembro, em 2007, depois de quatro dias à deriva sem comer e sem beber. Ao engano, chegaram perto das ilhas da Culatra e Farol, em Olhão, 23 marroquinos, 18 homens e cinco mulheres, entre os 15 e os 30 anos, quase todos de Quenitra, perto de Rabat. Foram detidos e, dois meses depois, expulsos para Casablanca, com excepção de uma menor de 15 anos, sob a pena aplicada de terem violado a fronteira portuguesa. No regresso, esperava-os a mão férrea do reino de Marrocos.

Agora, o acolhimento oficial dos migrantes de Dezembro de 2019 e Janeiro de 2020 foi diferente. Não foram detidos, requereram asilo e, até à decisão, obtiveram alojamento. Apesar de, desde o início, não serem entendidos como refugiados, mas sim migrantes, o caso suscitou reacções que defendiam a necessidade do seu enquadramento laboral, como referiu à Agência Lusa o presidente da Câmara de Olhão, que preside à Comunidade Intermunicipal do Algarve, uma das regiões do país com

maior demanda de mão-de-obra imigrante: «Eles são imigrantes ilegais, o país precisa de mão-de-obra, vamos enquadrá-los», reiterando ser «preciso trabalhar com o reino de Marrocos para perceber e tentar enquadrar o que se passa e até como podemos ir de encontro a esta mão-de-obra que está disponível para emigrar». Em meados de Março, o Público noticiava que, perante o espectável indeferimento, à semelhança de 2007, do pedido de asilo dos marroquinos, de novo com excepção de um menor, o Conselho Português para os Refugiados (CPR) lhes perdera o rasto e apenas conhecia o paradeiro de cinco dos 19 marroquinos. Fizeram-se inevitavelmente à vida e ao trabalho possível que a imigração dita clandestina lhes reserva deste lado do estreito.

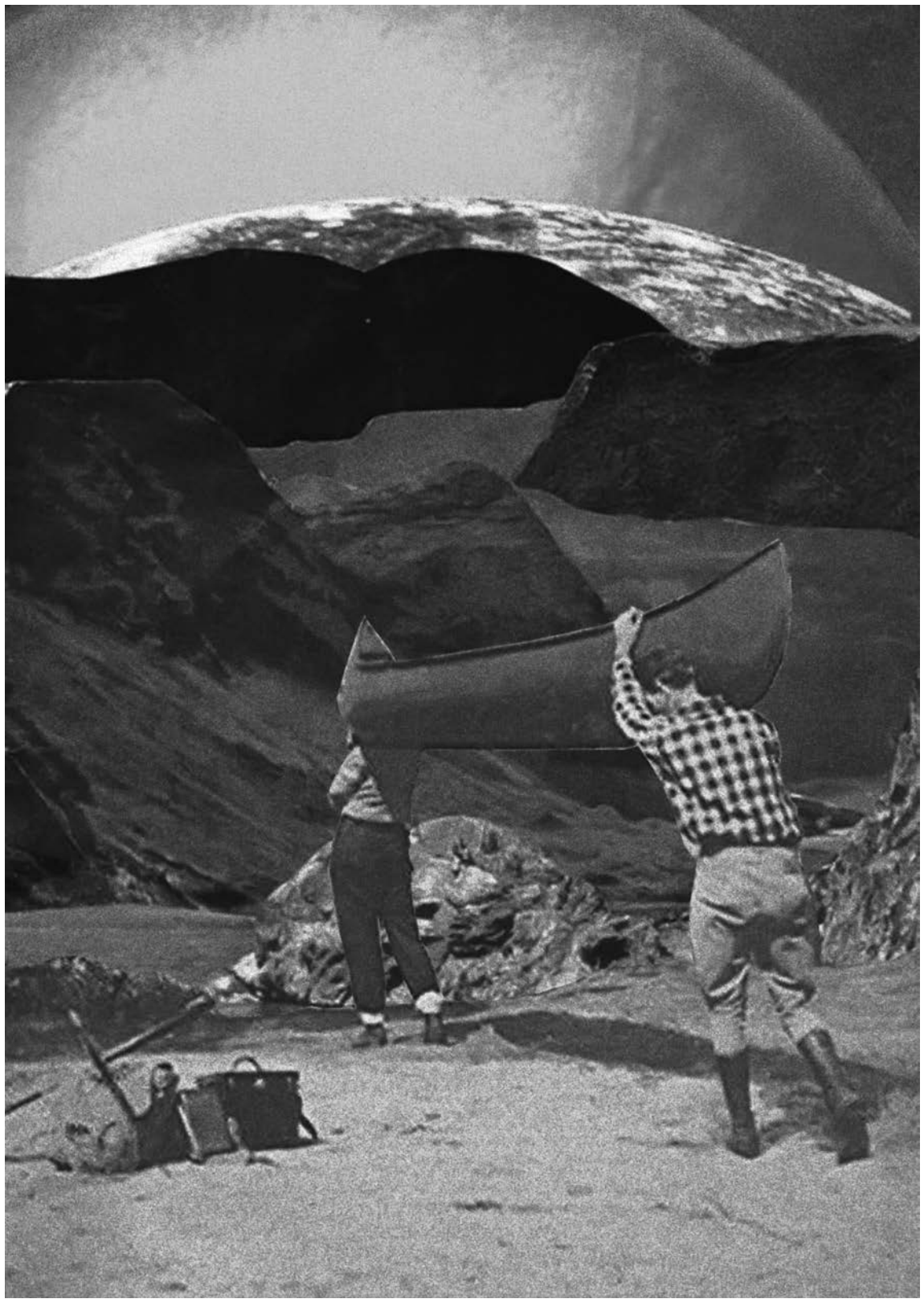
Vai com fome

Aos seis dias do mês de Setembro de 1934, em Vila Real de Santo António, a Secção Internacional da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (a futura PIDE) interroga o homem «de 39 anos, marítimo, solteiro, natural de Olhão e residente na mesma localidade (…) mestre de uma canoa matriculada no porto de Olhão e que tem o nome de "vai com fome"». O caso dizia respeito ao auxilio a doze emigrantes ilegais transportados nesta lancha de Olhão, cujo nome resume tudo aquilo ao que fugiam os clandestinos portugueses para Marrocos.

Lêmo-lo na tese de 2012 de Maria do Livramento Dias, *Emigração Clandestina durante o Estado Novo. O fluxo migratório ilegal do sotavento do Algarve para Marrocos,* que analisou um conjunto de processos-crime de 1933 até 1974, das comarcas de Vila Real de Santo António, Tavira, Olhão e Faro. É este um dos poucos trabalhos sobre este fenómeno, apesar de constituir uma realidade ainda presente na memória das gentes da região.

Na história da emigração portuguesa, são geralmente consideradas três grandes etapas ao longo do Estado Novo: uma primeira marcada por uma política anti-emigração (1933-1947), sem travar o fluxo dos emigrantes clandestinos; substituída por uma política de quotas (1947-1962), sem impedir igualmente a emigração ilegal; e, por fim, uma política de abertura a partir da primavera marcelista de 1968. Terão emigrado mais de dois milhões de portugueses, mas estes são dados que não contabilizam o acentuado fluxo migratório clandestino, cuja memória colectiva mais presente é o «salto» para França, sobretudo a partir dos anos 60.

Na região algarvia, no entanto, a «migração clandestina» estava secularmente enraizada nas relações com a Andaluzia e Marrocos. Os algarvios circulavam, desde há muito, por essas regiões, em busca de trabalho, para os campos agrícolas e a faina piscatória da Andaluzia, ao passo que



Marrocos atraía trabalhadores para os sectores piscatório, conserveiro e da construção civil. Se atendêssemos apenas aos dados da emigração legal, compilados pela geógrafa Carminda Cavaco, entre 1933 e 1952, poderíamos ver que esta contabilizou 3482 contratos de trabalhadores do sotavento algarvio para trabalhos temporários em armações de atum e em fábricas de conservas de peixe localizadas, principalmente, em Marrocos e Tunísia, mas também no sul de Espanha.

As histórias das «fugas» para Marrocos, assim designavam os emigrantes o gesto de saída, ocorreram essencialmente na primeira etapa do Estado Novo, assistindo-se entre 1938 e 1953, como refere Maria do Livramento Dias, a «um aumento significativo do fluxo migratório clandestino, com a utilização do barco, apesar da Segunda Guerra Mundial que dificultava a circulação marítima, mesmo no mediterrâneo, por questões de insegurança própria de um conflito daquela dimensão. Depois de 1953, até 1974, baixa a intensidade do movimento migratório de índole clandestina». O movimento com destino a Casablanca, Rabat, Quenitra, Tânger e Fez, ocorreu num momento de crescimento económico dessa região, então um protectorado francês. As circunstâncias alterar-se-ão com a independência, em 1956, do novo reino de Marrocos, que, juntamente com «a emergência do sistema migratório europeu contribuiriam para transmutar o "marroquino" no "francês"», como refere a autora.

> Na região algarvia (...) a «migração clandestina» estava secularmente enraizada nas relações com a Andaluzia e Marrocos.
>
> As histórias das «fugas» para Marrocos, assim designavam os emigrantes o gesto de saída, ocorreram essencialmente na primeira etapa do Estado Novo.

A emigração clandestina era reprimida no terreno pela Guarda Nacional Republicana e pela PIDE, mas, ao mesmo tempo, é consensual que, para Salazar, esta desempenhava uma função de «válvula de escape» perante uma população empobrecida e os escassos recursos disponíveis. Daí que a «emigração clandestina» e a prática do contrabando sejam duas faces da mesma moeda durante todo este período: uma resistência quotidiana às más condições de vida.

O Processo de Polícia Correccional nº 42, de 1933, da Comarca de Olhão, refere como «apreendemos uma canoa e detivemos três tripulantes e 14 passageiros da mesma, por delito de emigração clandestina, que era evidente e os próprios detidos confessaram.» Um deles «de 22 anos, de profissão pedreiro, natural de Faro e residente em Quelfes, interrogado, disse que, não tendo trabalho na sua terra e constando-lhe haver em Marrocos, resolveu ir a Olhão, de onde costumam sair barcos com aquele destino (…) que não tinha passaporte por ser caro que embora fosse solteiro, tinha mulher e um filho a cargo e há muito que não tinha trabalho.(…) Conseguiu viagem com um tripulante desse mesmo barco, noutra embarcação através do pagamento de 200$00. Aceitou, nas condições de só lhe pagar quando lá chegasse. No dia 20 de Julho partiu de Olhão com os arguidos neste processo, mas no dia seguinte acabaram por ser interceptados por uma lancha com indivíduos armados que os levou para terra presos». Conforme o relato policial a quatro milhas, defronte de Monte Gordo, os emigrantes «fizeram rumo a sueste e empregaram todos os esforços para nos fugir, não obstante termos feito 50 tiros de carabina e estarmos cerca de três horas a persegui-los».

O porto de Olhão e as suas ilhas eram locais privilegiados para o contrabando e a emigração clandestina, assim como os portos de Faro e Tavira. Saíam para Marrocos nos meses de primavera e verão, em barcos dos mais variados tipos. Num comentário num grupo de *Facebook* de Olhão, em Janeiro passado, há quem recorde como «nos anos cinquenta, estou bem lembrado, o que quer que fosse que flutuasse era bom para emigrar (na altura o verbo utilizado era "fugir") para Marrocos. Grandes comunidades se fixaram ali». Maria do Livramento Dias relata como «a troco de muito dinheiro, que o pobre cliente arranjava nas suas míseras economias, ou recorrendo a um familiar ou amigo, os engajadores tratavam de passaportes, os quais geralmente não chegavam a aparecer, exigindo o pagamento do serviço em dinheiro aos potenciais emigrantes». Outras vezes associavam-se e quotizavam-se entre si para a compra de uma pequena embarcação.

Aqui chegados, todos entendemos bem a inquietação do pescador de Olhão. A inquietação da perda da memória dos seus pais, da perda dos laços forjados cá e lá, feitos de gente, de relações e cumplicidades. De sonhos e pesadelos. A perda de solidariedades e desse saber do «ontem fomos nós, hoje são eles». Quem sabe, citando Maria do Livramento Dias, na sua pesquisa histórica e antropológica, «esta reflexão possa interessar àqueles para quem os intercâmbios populacionais constituem um desafio no quadro do desenvolvimento de uma sociedade plural». Porque, como a mesma refere, a migração é uma troca: «aquilo que hoje somos, é o resultado dessas trocas, quer estas sejam de pessoas, quer de bens materiais, ou sociais».

«A missão é bloquear isto nesta geração»

No Jornal MAPA anterior, a actualização do processo de luta contra a mineração acabava a 25 de Janeiro, com a manifestação em Montalegre. Neste número continuamos a informar sobre os passos que essa luta tem dado desde então. Um luta que, apesar do distanciamento individual, não entrou em quarentena.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT
FOTOGRAFIA **JORNAL MAPA**

Em Janeiro, o Secretário de Estado Adjunto e da Energia, João Galamba, anunciava para o mês seguinte um «roteiro de apresentação da nova lei das minas», que previa reuniões à porta fechada com as autarquias afectadas. No Minho, o Movimento sos Serra d'Arga antecipou-se e, logo a 30 de Janeiro, iniciou, em Ponte de Lima, o seu próprio roteiro de conversas com as cinco Câmaras Municipais onde se insere a Serra d'Arga, uma roda de conversas que terminaria a 12 de Fevereiro, em Viana do Castelo. Era uma forma de saber a posição exacta de cada executivo camarário e, ao mesmo tempo, de colocar alguma pressão que resultasse numa resposta negativa aquando da anunciada (mas não cumprida, como veremos) visita de Galamba.

Em Ponte de Lima, o autarca Victor Mendes reafirmou a «oposição da autarquia a todos os projectos de prospecção e exploração de lítio». Caminha afirmou que não aceita a mineração em «áreas protegidas ou a proteger», o que pode ser visto como falta de vontade de se comprometer com um rotundo «não» para a generalidade dos territórios que estão sob a sua alçada. Da reunião com o presidente da Câmara de Vila Nova de Cerveira saiu um comunicado conjunto, em forma de «nota de imprensa», de clara oposição ao projecto mineiro, numa «área [que] tem memória histórica com o exemplo de Covas», onde «ainda hoje se vivem as consequências nefastas da mineração realizada no século passado». O presidente da Câmara de Paredes de Coura foi categórico em defender que o caminho será sempre o da conservação e requalificação do território e nunca o da exploração mineira. Em Viana do Castelo, o Movimento sos Serra d'Arga foi recebido pelo vereador do Planeamento, Gestão Urbanística, Desenvolvimento Económico, Mobilidade e Coesão Territorial, Luís Nobre, devido à ausência do presidente da Câmara, que se encontrava em Bruxelas a participar no Comité das Regiões. De acordo com Carlos Seixas, porta-voz do Movimento, o vereador Luís Nobre afirmou ter existido «falta de objectividade e rigor nos pedidos de prospecção e exploração de minerais que chegaram, em Julho, à Câmara Municipal» e que «a mesma falta de objectividade e rigor coloca-se em relação à definição da área da Serra d'Arga que irá a concurso público. Nessa medida, referiu que a Câmara Municipal só podia ser contra o projecto».

De qualquer forma, sabia-se já que, para além dos contratos anteriormente anunciados em Montalegre e Boticas, seriam abrangidas nove áreas. A saber: Serra d'Arga, Barro/Alvão, Seixo/Vieira, Almendra, Barca Dalva/Canhão, Argemela, Guarda, Segura e Maçoeira. O mapa de todas estas áreas pode ser consultado em miningwatch.pt.

Galamba não foi a Viana...

Para 15 de Fevereiro, data prevista para que João Galamba fosse a Viana do Castelo para o tal roteiro de apresentação dos princípios base da nova lei das minas junto das autarquias envolvidas, cinco movimentos[1] convocaram um protesto que visava «exigir ao governo respeito pelos cidadãos». «Os efeitos calamitosos dos projectos de mineração a céu aberto na Serra d'Arga e restantes áreas do Minho com que pretendem esventrar o território e pôr em causa, de forma irreversível, a qualidade de vida das populações não são negociáveis nem, tão-pouco, objecto de medidas de compensação e de minimização. Queremos dizer que na Serra d'Arga não se fará nem um furo. Queremos dizer que este projecto de mineração não serve. Que o desenvolvimento local não se faz desta forma», afirmou Carlos Seixas.

Na semana que antecedeu a manifestação de Viana, mais precisamente a 10 de Fevereiro, dezassete associações e movimentos[2] entregaram ao Ministério do Ambiente e da Acção Climática (MAAC) um «pedido de transparência pública», manifestando a «sua profunda apreensão relativamente ao procedimento opaco na atribuição de direitos de prospecção, pesquisa e exploração de lítio e minerais associados em vastas áreas do território» e constatando que «a forma de actuar do MAAC não garante informação clara, transparente e abrangente às populações potencialmente afectadas e à sociedade civil em geral.» Este pedido vinha acompanhado de exigências: a divulgação pública dos locais e das datas do roteiro de apresentação às autarquias da nova lei base 54/2015; e a participação pública nas mesmas apresentações, seja por via directa, com participação do público interessado, ou por via

indirecta, dando acesso a representantes de movimentos e associações locais e regionais, às ONGs de carácter regional ou nacional, à comunicação social e a outros representantes da sociedade civil.

Entretanto, na reunião com a Câmara de Viana do Castelo, o Movimento sos Serra d'Arga foi informado de que Galamba, afinal, não compareceria. Nos dias seguintes, percebeu-se que todo o roteiro tinha sido anulado. Mas a manifestação programada para receber o Secretário de Estado Adjunto e da Energia manteve-se apesar da anunciada ausência do visitante. De demonstração directa de repúdio pelo plano mineiro do governo, a manifestação transformou-se em «festa pela sustentabilidade ambiental, pela defesa da nossa região, da nossa água, dos nossos terrenos agrícolas, da nossa herança e património», nas palavras de Carlos Seixas. O mesmo que, na manhã de 15 de Fevereiro, no início do protesto, lançou o recado: «Não haverá nem um buraco. Estamos dispostos a ir até onde for necessário. Cada passo que o governo dê, nós estaremos lá.»

...mas a mobilização manteve-se

Mais uma vez, tal como acontecera em Montalegre, na véspera da manifestação de Viana, o jornal Público trazia para a sua primeira página uma notícia potencialmente desmobilizadora, titulando que um «novo projecto de decreto-lei permite a autarquias travar projectos de prospecção de minérios». Ao escolher esse título, escondia o que acabava por dizer no interior da própria notícia: «no caso de concursos públicos, como o do lítio, a posição das câmaras não é vinculativa». Os movimentos convocantes viram a coisa da forma que se pode ver na sua reacção pública do dia 14 de Fevereiro: «As alterações constantes no projecto de decreto-lei do governo, relativas à nova lei da mineração e hoje veiculadas na imprensa, em nada alteram a legislação vigente aplicada ao futuro concurso público de prospecção/exploração de lítio. Os movimentos cívicos que lutam pela defesa do território português contra a especulação e mineração de lítio e de outros recursos minerais consideram que a difusão dessa informação, por parte do governo e neste *timing* específico, constitui uma tentativa desleal de manipulação da opinião pública sobre todo este processo e de desmobilização dos cidadãos da sua luta, num momento em que se verifica o adensar da mediatização das acções populares. Mais, ilustra a falta de transparência constantemente usada pelas entidades governamentais, reforçando assim os nossos argumentos.»

No próprio dia da manifestação, o mesmo jornal Público titulava: «Lítio: Boticas, Montalegre e Argemela excluídas do próximo concurso para pesquisa de lítio». Ao escolher esse título, de novo escondia o que acabava por dizer no interior da própria notícia, ou seja, que esses três locais já estão com contratos assinados e um deles até já viu o seu Estudo de Impacto Ambiental (EIA) entregue: «as áreas são excluídas por já terem concessões atribuídas e por se encontrarem ainda em fase de avaliação de impacte ambiental». As populações das zonas referidas viram a coisa da forma que se pode ver na reacção pública subscrita por 6 associações no dia 15 de Fevereiro: «Numa sociedade em que a informação se difunde à velocidade de um clique, e na qual a maior parte dos leitores apenas lê os cabeçalhos das notícias, consideramos que o que deveria ser serviço público sério e totalmente imparcial degenerou num pasquim de propaganda manipulativa, intencionalmente direccionada para os mais incautos, ou seja, para todos aqueles que constituem a massa da "opinião pública". Foi também com enorme surpresa que, ao lermos o conteúdo das notícias, tivemos conhecimento que o Sr. Secretário de Estado João Galamba já concedeu as três licenças de exploração acima referidas, e não apenas a de Montalegre como até agora noticiado; assim, para além da concessão da Mina da Sepeda à Lusorecursos, ficámos a saber também que a Mina do Barroso foi licenciada à Savannah Resources e a Mina da Argemela à parceria PANNN/Almina, SGPS., decorrendo já os processos de avaliação ambiental.»

Apesar disso, compareceram em Viana do Castelo, naquela manhã de sábado, mais de 400 pessoas para uma concentração que, depois, incluiu uma marcha festiva mas combativa, com vários cortes de trânsito, até à central Praça da República, local dos discursos finais.

«Não daremos um só passo atrás»

Uma semana mais tarde, a 22 de Fevereiro, o Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Nuno Russo - que foi em representação de António Costa - visitou, em Seia, a feira do queijo **e** foi recebido por uma manifestação - «Futuro minado? Não, obrigado!». Os movimentos locais (nas palavras dos próprios, o «Movimento ContraMineração Beira-Serra e o Movimento Cidadãos por uma Estrela Viva em representação de todos os outros») aproveitaram a presença do governante para lhe entregar uma carta onde exigiam transparência de processos e uma visão a longo prazo para as zonas rurais e declaravam a sua oposição à retirada de poder decisório às autarquias locais. Sobre este último ponto, refira-se que essa retirada de poder teve a ver com as dificuldades que o governo estava a ter em conseguir a adesão da totalidade das autarquias ao seu projecto de novo aeroporto no Montijo. Pedro Nuno Santos, ministro das Infraestruturas, defendeu que a lei que permite aos municípios vetar a construção, por exemplo, do aeroporto do Montijo «é desajustada e desproporcional pelo poder de veto que dá, no limite, a um só município». Para o governante, um município não «deve ter o poder absoluto» de condicionar «o interesse nacional». Uma coisa aparentemente longínqua mas que os movimentos anti-mineração compreenderam que iria, no futuro, servir para impor as minas à revelia das vontades ou das decisões locais.

A petição que o Movimento sos Serra d'Arga entregara na Assembleia da República (AR) a meio de Janeiro (e a que fizemos referência na edição do jornal MAPA de Fevereiro-Abril 2020) seguiu o seu caminho e apesar de perder actualidade (tratava-se, lembremos, de solicitar o chumbo da medida proposta no orçamento referente à abertura do concurso público, orçamento esse que, entretanto, tinha já sido aprovado), fez com que o porta-voz desse movimento se deslocasse para uma audição perante a Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território da AR, onde exigiu a suspensão imediata do concurso público para prospecção de lítio naquele território do Alto Minho. Na declaração apresentada nessa audição pode ler-se: «Está na altura de ouvirem as gentes da serra, a gentes do interior, que não se resignam a ver a sua região destruída. Pedimos-vos, por isso, que exijam, de imediato, a suspensão deste programa governamental de exploração mineira. Trago-vos do Alto Minho o seguinte recado: não aceitaremos nem um só furo. Faremos tudo o que for necessário para travar a entrada das máquinas na nossa terra. Estamos aqui em defesa da Serra d'Arga, mas também do Barroso, da Argemela, da Beira Interior e de todas as comunidades em perigo de desastre ecológico e asseguramos-vos o seguinte: não daremos um só passo atrás».

> «Não haverá nem um buraco. Estamos dispostos a ir até onde for necessário. Cada passo que o governo dê, nós estaremos lá.»

A mineração em tempo de pandemia

No mesmo dia em que Marcelo Rebelo de Sousa declarava o estado de emergência nacional,

CONTRA AS MINAS E O SEU MUNDO

foi publicado no Jornal de Notícias (mas no Jornal do Fundão, por exemplo só foi publicado a 26 de Março) um Aviso, com data de 10 de Março, no qual se fazia público que a empresa PANNN, Consultores de Geociências, Lda. voltava a lançar um pedido de exploração mineira a céu aberto para a Serra da Argemela, idêntico ao que já tinha sido divulgado no início de 2017. Ou seja, este pedido de concessão surgia no seguimento de um já longo processo de contestação à exploração, com avanços e recuos por parte da empresa, que em determinado momento terá optado por uma exploração experimental, parecendo agora voltar ao modelo inicial. Refira-se que aconteceu porque o prazo para entrega do EIA (referente ao pedido de 2017) à Agência Portuguesa do Ambiente caducara em Fevereiro.

«Volvidos 3 anos desde o primeiro pedido, em tudo idêntico ao recentemente lançado, e face ao claro aproveitamento por parte da empresa requerente do natural alheamento das pessoas num país mergulhado numa crise pandémica e em estado de emergência, a Associação Guardiões da Serra da Estrela decidiu reabrir a petição e recolha de assinaturas que, em 2017, iniciou o processo de luta contra a exploração mineira.» Eis o que se podia ler no texto que essa associação lançou para anunciar a reabertura dessa petição.[3] Para além disso, o pedido estava patente para consulta, nas horas de expediente, na Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG), em Lisboa, pelo que o Grupo pela Preservação da Serra da Argemela (GPSA) anunciou considerar não estarem reunidas as condições para os cidadãos poderem contestar «por escrito» o procedimento no prazo de 30 dias a contar da data de publicação do aviso.

> «Aqui ou no Congo, a mineração é quase sempre um acto de colonização».

De facto, é, no mínimo, estranho que a DGEG tenha visto esta data como oportuna para publicitar este aviso. O GPSA punha as coisas desta forma: «(...) num tempo em que a humanidade se debate com um dos problemas mais sérios da sua existência, num tempo em que os governos decretam planos de emergência colectiva e de confinamento obrigatório, reduzindo ao essencial o contacto entre pessoas e instituições, num tempo em que no nosso país é publicada uma lei que prevê medidas excepcionais de resposta à situação epidemiológica, de resposta a uma calamidade pública, permitindo, nomeadamente, o adiamento dos procedimentos administrativos (Lei nº 1-A /2020 de 19 de Março). Mas é precisamente neste mesmo tempo que uma instituição do Estado vem, no seguimento de um já longo historial de reclamações sobre um pedido para a instalação de uma exploração mineira na Serra da Argemela (sita nos concelhos da Covilhã e do Fundão), convocar os cidadãos interessados para, no prazo de 30 dias após a data da publicação do aviso, reclamarem por escrito, informando ainda que o pedido está patente para consulta dentro das horas de expediente na DGEG, em Lisboa. Que mal viria ao mundo se esta publicitação fosse adiada para data mais oportuna? No respeito pela citada lei, cujas medidas já vinham sendo anunciadas e discutidas pelo menos desde o Conselho de Ministros de 12 de Março, o adiamento não teria sido mesmo um imperativo? Cada um de nós pode optar pela escolha da interpretação que melhor lhe aprouver. No que respeita à posição do GPSA só pode ser a de repudiar e lamentar profundamente esta atitude, reveladora, no mínimo, de uma grande falta de humanismo e de compreensão pelos mais elementares princípios de ética que devem reger uma sociedade.»

«No dia 14 de Abril, foi finalmente tornado público o processo na página electrónica da Direcção-Geral de Energia e Geologia, idêntico ao de 2017 mas acompanhado por uma nota assinada pela Dra. Cristina Lourenço, sub-directora da DGEG, na qual enquadra esta republicação com o sentido de "oportunidade", omitindo a verdadeira justificação para tal facto: o prazo para entrega do EIA, no âmbito da Avaliação Ambiental, caducou no dia 07 de Fevereiro de 2020. Assim se respeita a lei, e dissimuladamente se concedem oportunas regalias a uma empresa nestes tempos de emergência nacional». Eis o que se podia ler, dias mais tarde, nas redes sociais da Associação Guardiões da Serra da Estrela.

Finalmente, apenas a 16 de Abril, a própria DGEG pareceu dar-se conta do que fizera e, num destaque informativo, anunciava a suspensão do período de consulta pública relativamente ao pedido para um contrato de exploração da PANN na Serra d'Argemela «até o fim do Estado de Emergência».

A luta não faz quarentena

A resposta pública era, por questões de afastamento social da população, limitadíssima. Na rua nada havia a fazer. As manifestações eram desaconselháveis e estavam, *de facto*, proibidas, por exemplo. Mesmo as habituais reuniões e, acima de tudo, as sessões de esclarecimento foram adiadas para o pós-Covid. As populações, as associações e os colectivos anti-mineração estavam de mãos atadas e limitavam-se à demonstração de repúdio pelos meios que lhes eram possíveis: os jornais locais e as redes sociais.

Sabendo que o que se seguirá à pandemia será uma crise económica e social de grande escala, alguns movimentos prevêem que esse será o cenário perfeito para o governo conseguir implementar definitivamente o plano de fomento mineiro que as populações têm conseguido atrasar e até impedir. Antecipando-se a isso, nove deles[4] lançaram, no início de Abril, um comunicado conjunto (que está, desde então, aberto a novas subscrições) que exige que, da mesma forma que foram suspensos os despedimentos e os despejos, também o território deveria ser deixado em paz. No mesmo documento alerta-se para o facto de, durante o surto vírico, se ter percebido que «é preciso salvaguardar a nossa agricultura, o nosso património, os nossos solos, a nossa água e a nossa biodiversidade - estes sim, a nossa verdadeira fonte de riqueza». O comunicado anuncia ainda que não deixarão que a crise seja argumento para a destruição do território. «Estamos certos que depois da pandemia (...), a nossa sociedade estará mais forte do que nunca para se defender, para defender o direito das populações de decidir sobre o seu modelo de desenvolvimento. Um modelo que respeita a terra, respeita a água, respeita a Vida». Finalmente, os «prometidos subsídios europeus para a extracção mineira devem ser canalizados para o que verdadeiramente interessa: as pessoas. Rejeitar esta mudança de paradigma é não apenas pouco ético - na conjuntura actual, é criminoso.»

Também no início de Abril, Paulo Torres, do Movimento Lisboa Contra as Minas iniciava aquilo a que chamou «Conversas em Quarentena», um ciclo de encontros virtuais em que se propõe olhar para a questão da mineração através de várias lentes. No dia 9 desse mês, a primeira conversa decorreu com quase 30 pessoas e destinou-se sobretudo a uma análise da situação a partir duma apresentação inicial feita pelo próprio Paulo Torres, a que se seguiu uma conversa livre, que contou com a participação de alguns colectivos e movimentos activos nesta luta, assim como pessoas da Geota ou da Rede para o Decrescimento.

O jornal MAPA também esteve «presente» e, das notas tiradas, sobressaem as que dizem respeito à água e à sua importância. Note-se que a água que as populações captam para si está a entre 30 e 70 metros de profundidade. Com as minas a ameaçarem buracos bem mais profundos, é todo o sistema hidrológico que pode estar em causa, o que é extraordinariamente relevante, principalmente em zonas onde ela, seja para rega ou para consumo humano directo, não é, em muitos casos, canalizada. O secretismo do processo é outra pedra de toque das críticas feitas ao governo, havendo até o receio de haver «muita coisa a passar-se neste momento sem estarmos a saber». Também alvo de críticas, tão tristes quanto ferozes, é o «desrespeito por tudo o que não seja urbano» e o facto de que, «aqui ou no Congo, a mineração é quase sempre um acto de colonização».

As já parcas protecções do território caem uma atrás da outra: «a própria União Europeia já informou os governos da forma de dar a volta à Rede Natura 2000: basta compensar noutro lado», ouviu-se da Serra da Estrela. De onde chegou também a informação de que a ameaça se está a aproximar: A mina em «Cáceres já está a rolar». Não se pode confiar sequer nas agências de protecção do ambiente, é preciso implementar o «conceito de "direitos da natureza", um conceito intimamente ligado ao dos "direitos das comunidades"», ouvia-se a partir de Lisboa.

Também de centros urbanos chegavam as ideias de «mudança de paradigma», «alteração do nosso modo de vida», «fim do modelo extractivista», «reinvenção da mobilidade». Das zonas que poderão ser mais directamente afectadas, as preocupações que são vocalizadas são bastante mais concretas. «Ainda não conseguimos chegar a toda a gente aqui». Os jovens parecem estranhamente alheados desta questão. «Para receber o secretário de Estado [da Agricultura e do Desenvolvimento Rural], em Seia, para a feira do queijo, falámos com a malta da Greve Climática e... nem obtivemos resposta». Chegar aos jovens e conseguir que as cidades «tenham a noção do que querem fazer ao território rural que as alimenta» são duas das preocupações mais imediatas de quem teve de parar de fazer sessões de esclarecimento ou manifestações. Mas não se irá estar à espera de quem quer que seja para resolver esta questão, como se ouvia de Montalegre: «a missão é bloquear isto nesta geração».

> «Assim se respeita a lei, e dissimuladamente se concedem oportunas regalias a uma empresa nestes tempos de emergência nacional.»

As «Conversas em Quarentena» continuaram no dia 16 de Abril, quando muitos dos vários movimentos envolvidos nesta luta se apresentaram para dar a «conhecer as lutas, medos e sonhos das pessoas que estão pela protecção das suas regiões e contra o desenfreado plano de mineração proposto», e continuaram pelas quintas-feiras seguintes, num ritmo semanal que, à data de publicação do jornal MAPA, ainda se mantém.

1 Movimento SOS Serra d'Arga; Corema - Associação de Defesa do Património/Movimento de Defesa do Ambiente e Património do Alto Minho; SOS Terras do Cávado; SOS Serra da Cabreira; Em Defesa da Serra da Peneda e do Soajo.

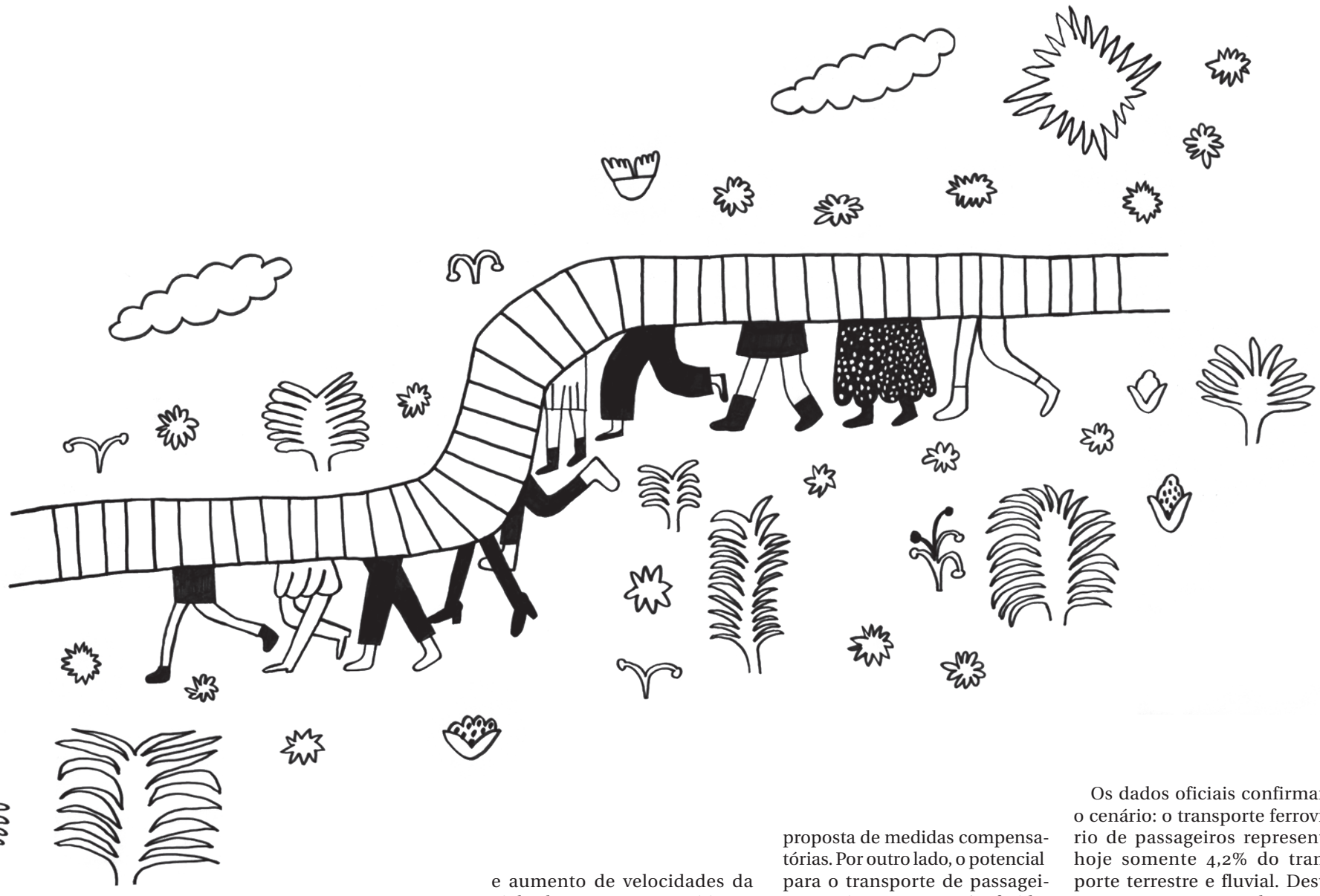
2 Associação Guardiões da Serra da Estrela; Associação Montalegre Com Vida; Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso; CERVAS - Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens; Corema - Associação de Defesa do Património/Movimento de Defesa do Ambiente e Património do Alto Minho; Em Defesa da Serra da Peneda e do Soajo; GAF - Grupo Aprender em Festa; Movimento Contra-Mineração Beira Serra; Movimento ContraMineração Penalva do Castelo, Mangualde e Sátão; Movimento de Cidadãos por uma Estrela Viva; Movimento de Defesa do Ambiente e Património do Alto-Minho; Movimento Lisboa Contra as Minas; Movimento Não às Minas - Montalegre; Movimento SOS Serra d'Arga; SOS Serra da Cabreira - Bastões ao Alto!; PNB - Povo e Natureza do Barroso; SOS Terras do Cávado.

3 https://tinyurl.com/ub5akpp

4 Em Defesa da Serra da Peneda e do Soajo; Lisboa Contras as Minas; Movimento SOS Terras do Cávado; PNB - Povo e Natureza do Barroso; Movimento SOS Serra d'Arga; Movimento Não às Minas - Montalegre; Associação Guardiões da Serra da Estrela; Movimento ContraMineração Beira Serra; Associação Montalegre com Vida.

A ferrovia – caminho para um futuro de transportes verdes?

Na União Europeia (UE), anuncia-se para 2021 o "Ano Europeu da Ferrovia". Em Portugal, três décadas de UE significaram o drástico desmantelamento deste transporte público. Continuar a deslocarmo-nos – e ao mesmo tempo cuidar do planeta que habitamos – significa viajar de comboio. Mas em que estado estão e por onde nos levam os carris neste recanto da Europa?



FRANCISCO COLAÇO PEDRO
CAMPANHA ATERRA
HANS EICKHOFF
REDE PARA O DECRESCIMENTO
LUSTRAÇÃO **EMMA ANDREETTI**

A 6 de março deste ano, a Comissão Europeia, pela voz da Comissária dos Transportes, Adina Valean, declarou 2021 o "Ano Europeu da Ferrovia". Uma série de iniciativas para promover o comboio servirão de suporte às propostas do "Pacto Verde Europeu" na área da mobilidade.

Perante a catástrofe climática em curso, e tendo em conta a pesada pegada ecológica da aviação, com emissões médias superiores a 350 g CO2eq/passageiro-km (dados da Agência Austríaca para o Ambiente), e o peso do transporte rodoviário, responsável por 80% das emissões do setor, o transporte ferroviário reemerge como solução amiga do ambiente. Com emissões tão baixas como 5,4 g CO2eq/passageiro-km, dependendo da fonte de energia elétrica e da lotação real, parece não haver razão para não andar de comboio.

Em Portugal, o governo apresentou em fevereiro de 2016 o Ferrovia 2020, com «metas ambiciosas», afirmando o transporte ferroviário como «o transporte do futuro». O plano visa cumprir os compromissos internacionais com Espanha e, no contexto do chamado «Corredor Atlântico», fomentar o transporte de mercadorias e a articulação entre os portos nacionais e as ligações a Espanha. Inclui a nova linha entre Évora e Elvas, numa ótica de transporte de mercadorias a partir do Porto de Sines, eliminando o desvio pelo Entroncamento, com uma redução de 3,5 horas de percurso. Outros investimentos em execução incluem a modernização da Linha do Norte, a eletrificação da linha do Minho e da Beira Baixa.

Já em 2019, o governo apresentou o "Programa Nacional de Investimentos 2030", que, num total de 22M€, dedica 4M€ a 13 projetos ferroviários. A maior parte do investimento destina-se ao reforço da capacidade e aumento de velocidades da Linha do Norte, para permitir que o percurso Lisboa – Porto se faça em duas horas. Relativamente ao reforço da densidade da Rede Ferroviária Nacional ou a reativação de linhas atualmente encerradas, apenas se preveem estudos.

A distância entre o discurso do governo e a realidade é que parece tão grande quanto uma viagem de comboio entre Lisboa e Bragança (que viu a linha desativada há 30 anos).

Como o nome Ferrovia 2020 indica, era suposto que os trabalhos finalizassem este ano – mas 2020 é afinal o ano em que muitos estão a começar. A taxa de execução é de apenas 10%. A IP – Infraestruturas de Portugal garantiu, entretanto, que tudo ficaria concluído em 2023.

O trajeto da linha entre Évora e Elvas, enaltecida pelo governo como «a maior obra de linha ferroviária nova dos últimos 100 anos», foi escolhido contra a vontade das populações. Impôs o abate de 297 sobreiros e 1375 azinheiras, em terrenos da Reserva Ecológica Nacional expropriados por «imprescindível utilidade pública», sem que tenha sido apresentada qualquer proposta de medidas compensatórias. Por outro lado, o potencial para o transporte de passageiros praticamente não é referido. No entanto, esta linha poderia não só servir as populações da região, como reduzir para metade o tempo entre Lisboa e Madrid (atualmente 10h, a uma média de 70km/h, pela Linha da Beira Alta) e tornar-se a principal ligação a Espanha e ao resto da Europa para quem não quiser utilizar o avião ou o automóvel.

O Ferrovia 2020 é essencialmente a componente ferroviária do plano de investimentos desenhado pelo governo da Troika liderado por Passos Coelho (PETI3+), praticamente insignificante quando comparado com as Orientações Estratégicas Para O Sector Ferroviário definidas pelo governo PS em… 2006.

«É um somatório de remendos num resto de rede ferroviária», sintetiza ao Jornal Mapa o investigador Manuel Tão, professor da Universidade do Algarve e especialista em engenharia, planeamento e economia dos transportes. «Já não temos uma rede. Temos uma linha Lisboa – Porto, que tem ao lado uma redundância que é uma Linha do Oeste completamente decrépita, e ramalecos desta linha.»

Os dados oficiais confirmam o cenário: o transporte ferroviário de passageiros representa hoje somente 4,2% do transporte terrestre e fluvial. Deste, quase 90% corresponde a serviços urbanos e suburbanos de Lisboa e do Porto. O serviço regional e de longo curso, «que na Europa é o que de facto estrutura os territórios e permite largar o avião e o automóvel», diz Manuel Tão, «corre mesmo o risco de desparecer, por já não ter massa crítica para se sustentar a si próprio.»

Na UE, só há um transporte que reduziu continuamente as suas emissões desde 1990, ao mesmo tempo que aumentou os volumes de transporte. Chama-se comboio. E só há um país que desativou tantas linhas e perdeu tantos passageiros. Um só país que tem mais quilómetros de autoestrada do que de ferrovia. Chama-se Portugal.

Transportes: negócio ou bem comum?

Em 2015, com os cortes impostos pelo governo e pela Troika, a REFER, autoridade responsável pela infraestrutura ferroviária, juntou-se à Estradas de Portugal, dando origem à atual IP – Infraestruturas de Portugal. «Não foi uma fusão, foi uma tomada de assalto», denuncia Manuel Tão. «A IP é um conjunto de pessoas ao serviço

do interesse das estradas que se limita a gerir concessões. O interesse é deixar que o caminho-de-ferro se afunde cada vez mais para que mais pessoas andem nas estradas.»

Perante uma ferrovia que procura sobreviver junto a uma rede de autoestradas gigantesca subsidiada pelo estado, lembra que «temos pago através dos orçamentos de estado, aprovados mesmo pelos partidos que se queixam de que o caminho-de-ferro é decrépito, 1500M€ por ano às concessionárias de autoestradas. Por cada euro que se pretende investir na ferrovia, através do famigerado Ferrovia 2020, o estado paga quatro euros todos os anos em rendas às concessionárias!»

Estas empresas, que incluem a Brisa ou a Ascendi e que são detidas por fundos financeiros e grandes empresas, com o Grupo Mello à cabeça, tiveram no ano passado 1100M€ de receitas. Algo que não as coibiu de invocar força maior para exigir ao estado uma compensação financeira pela quebra de receitas por causa da pandemia da Covid-19.

«Não vale a pena falar em Lisboa Capital Verde ou Portugal como país responsável se, a mando do dinheiro, as forças políticas que se alternam no poder, e quem gere as infraestruturas de transporte, estão comprometidos com o transporte rodoviário e com o transporte aéreo. Estamos a mexer com interesses muito poderosos, monopólios protegidos, que giram à volta do petróleo.»

De acordo com Manuel Tão, um exemplo desta «cumplicidade vergonhosa» é a Linha do Oeste, onde «nenhum governo quis sequer mexer, ao mesmo tempo que arranjavam alegremente dinheiro para construir autoestradas ao lado.»

Outro é o transporte de camiões TIR por caminho-de-ferro, algo que se faz «por toda a Europa e aqui sempre houve oposição por parte do poder político.» A razão será simples: «Mandar um camião TIR do entreposto no Carregado para Vilar Formoso, só a ida, é qualquer coisa como 130 euros de portagem. As pessoas não têm noção de como somos prejudicados por termos as exportações dependentes da estrada, de um transporte tão caro e pouco fiável.»

Para além do subinvestimento em termos de infraestruturas, também a operadora, a CP, debate-se há décadas com subinvestimento. A cereja no topo do bolo é que a CP e a REFER (hoje IP), duas empresas públicas que dependem uma da outra, se digladiam desde 2011 nos tribunais onde se acusam e exigem indemnizações uma à outra. A Adfersit – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento dos Sistemas Integrados de Transportes denunciou em abril deste ano as centenas de milhares de euros dos contribuintes gastos em despesas judiciais. Uma disputa que resulta da separação, desde 1997, entre a CP e a REFER, entre a roda e o carril.

> Perante a catástrofe climática em curso, (...) o transporte ferroviário reemerge como solução amiga do ambiente.

Resgatar a ferrovia

Para perceber o que quer dizer uma rede ferroviária, podíamos olhar para outra península, a escandinava, com mais do quádruplo da densidade ferroviária que Portugal. Ou, em alternativa, podíamos olhar para o sistema ferroviário de… Portugal em 1988.

«Transportavam-se então qualquer coisa como 232 milhões de passageiros por ano. Podíamos ir de Lisboa para a Guarda através da linha da Beira Alta, mas também através da linha da Beira Baixa. De Lisboa para o Algarve através da atual linha que passa em Grândola, mas também através da que passa em Beja. De Lisboa para Elvas através da Linha do Leste, mas também através de Vendas Novas e de Portalegre e de Estremoz. Tínhamos todo um conjunto de flexibilidade, de redundâncias e de cobertura territorial que permitia que o sistema ferroviário funcionasse, tivesse cobertura territorial e tivesse economias de escala.» Ou seja, quando funciona em rede, quanto mais linhas e mais comboios, o custo por pessoa transportada tornar-se-ia exponencialmente mais baixo.

Todo este património centenário está à espera de ser recuperado. Atualmente, algumas associações de municípios já começaram a reivindicar investimento ferroviário, em parte porque «a própria UE, para desgraça do lóbi rodoviário, não financia a construção de mais autoestradas.»

Segundo Manuel Tão, urge um plano de resgate da ferrovia. Consistiria desde logo na reconstrução da rede. O troço Covilhã -Guarda na Linha da Beira Baixa, que vai reconstituir a chamada malha ferroviária do centro. Implicaria reconstruir a malha ferroviária do Alentejo, designadamente entre Beja e Funcheira, a Linha do Oeste, e parte da Linha da Beira Alta que está desmantelada entre Figueira da Foz e a Pampilhosa.

A seguir, viria a reconstituição das ligações transfronteiriças – tínhamos cinco e neste momento só temos três. Depois, construir novas linhas convencionais para locais que estão à margem do sistema ferroviário. Um exemplo flagrante é Viseu: a maior cidade de toda a União Europeia que não tem comboio. «Estamos a falar de uma ligação de 40 km. Se ainda não se fez ao longo de 34 anos de fundos europeus para o desenvolvimento regional, isso revela bem a mediocridade de quem geriu o território neste país, o desastre que têm sido estes 34 anos no caminho-de-ferro.»

O investigador afirma ainda que Portugal não precisa de novos aeroportos – antes usar aqueles que já existem e ligá-los à ferrovia, conferindo-lhes área de influência e fazendo com que sejam o mínimo possível um fator de geração de viagens de automóvel.

E a alta velocidade?

Devido ao elevado número de passageiros e a possibilidade de absorver ainda mais viajantes provenientes da rodovia e da «ponte aérea» Lisboa – Porto, a Linha do Norte tem sido alvo de propostas para introduzir a Alta Velocidade (AV) em Portugal, construindo-se uma nova linha exclusiva para passageiros para reduzir o tempo de viagem entre Lisboa e Porto para 1h30. Num terreno favorável, estimativas otimistas citadas pelo site portugalferroviario.net apontariam para um custo total de 4500 milhões de euros.

Por outro lado, tendo em conta o avultado investimento espanhol em AV na última década, existe a proposta de ligar Portugal à rede AV europeia através de Badajoz e de Vigo, criando uma alternativa interessante e urgente ao transporte aéreo. De facto, acaba de se anunciar uma ponte aérea entre Lisboa e Madrid, quando entre Madrid e Barcelona, uma distância idêntica que o comboio AV percorre em 2h25, se propõe o fim da ponte aérea.

> A Alta Velocidade (...) contribui para «a despovoação das zonas rurais da Península Ibérica, pelas quais o comboio passa sem deixar qualquer benefício

Num contexto em que o governo prevê os investimentos em AV para o quadro comunitário pós-2027, Manuel Tão defende que esta pode e deve ser construída de forma faseada, para gradualmente formar uma rede AV bem articulada com a rede convencional que, por sua vez, seria distribuidora. E assim produzir uma relação de distância/tempo que poria em causa a competitividade de muitas autoestradas e rotas aéreas.

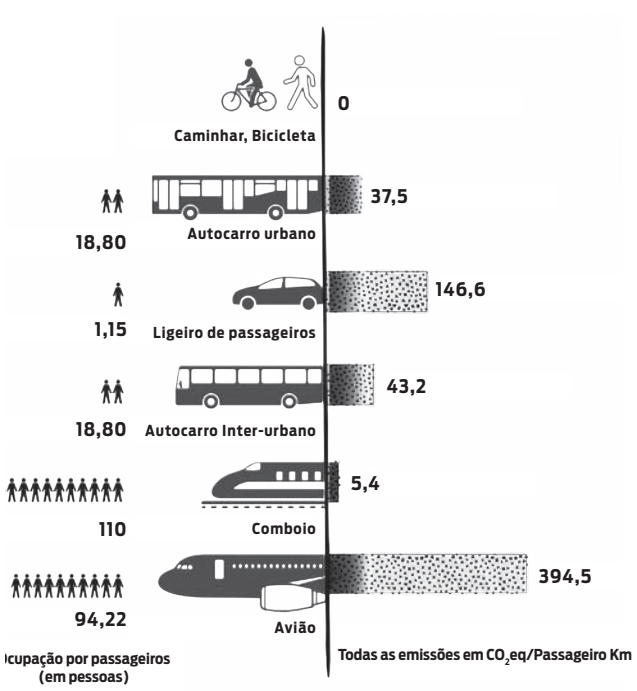
Por outro lado, Francisco Furtado, autor de *A Ferrovia em Portugal – Passado, Presente e Futuro*, defende que se deve voltar à ferrovia através de uma política de pequenos passos, desenvolvendo uma só rede o mais multiuso e integrada possível, em vez de seguir os (maus) exemplos em França e Espanha, onde todo o esforço dos operadores e da infraestrutura foi direcionado para investimentos segregados na Alta Velocidade, desajustados à realidade do país.

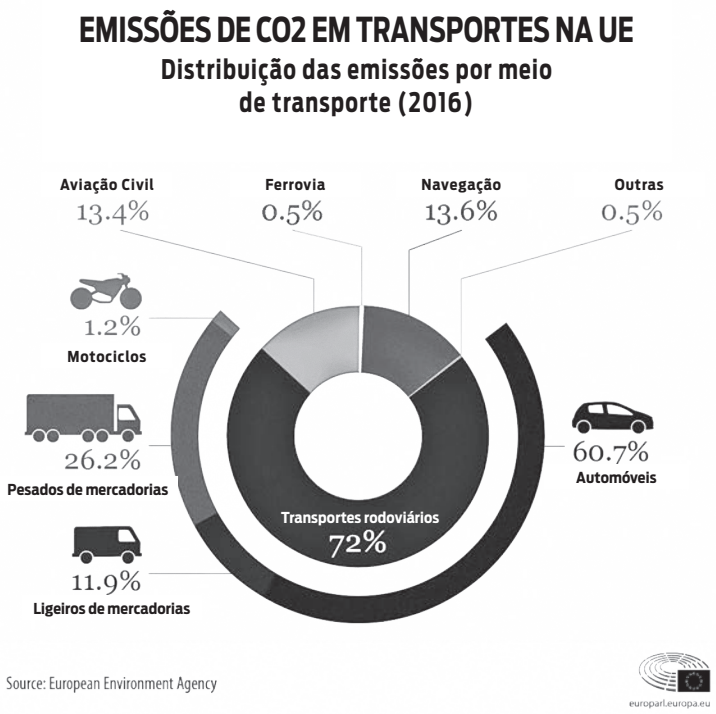
Juan Ramón Ferrandis, maquinista da RENFE, sindicalista da CGT (Confederación General del Trabajo e Coordenador da Plataforma em Defesa da Ferrovia, declarou ao Jornal Mapa que a aposta numa rede paralela de Alta Velocidade em detrimento da ferrovia convencional é «o grande erro em Espanha» e «um caminho que pode hipotecar as gerações futuras. Este modelo reforça as grandes infraestruturas utilizadas apenas por pequenas percentagens da população, agravando ainda mais as desigualdades sociais».

O defensor da ferrovia denuncia a dicotomia no estado espanhol pela qual a AV recebe 71% do investimento quando transporta apenas 3,8% dos usuários, deixando sob mínimos as linhas convencionais, que transportam 96,2% dos usuários. Descreve a AV como «um comboio elitista e devorador de recursos ambientais e económicos». «Num contexto de emergência climática, este modelo implica seguir apostando em energias fósseis e nucleares para abastecer a procura energética gerada por este comboio, cujo consumo é quatro vezes superior ao de um comboio convencional».

Para além disto, o sindicalista lembra os danos causados pela construção destas linhas, que exigem um traçado praticamente retilíneo. A AV implica assim «a transformação do território e a separação de ecossistemas» e contribui para «a despovoação das zonas rurais da Península Ibérica, pelas quais o comboio passa sem deixar qualquer benefício».

«O capitalismo e os diferentes governos não cessarão a sua fome de aumentar os lucros, à custa de milhões de pessoas que querem viver em harmonia com o planeta azul. A sociedade deve pressionar e dotar-se de recursos para participar na tomada de decisões tão importantes como o modelo de transporte ferroviário do futuro», diz Juan Ramón Ferrandis. E conclui que é preciso lutar «por um transporte ferroviário público, social, seguro, acessível, sustentável e de qualidade. O futuro tem de ser sustentável, ou não será.»





O animismo fetichista do Candomblé afro-brasileiro e a espiritualidade no Ocidente

(Parte V)

O terreiro de candomblé, o quilombo, a roda de capoeira e a escola de samba são, acima de tudo, múltiplos fluxos de resistência política, refractários a qualquer tipo de sistematização historiográfica. Para lá da colonialidade da História e das mentalidades, separar a resistência do povo-de-santo dos cuidados espirituais a que se entregam e cindir rebelião política da *arkhé* africana e dos cultos animistas é uma vã tentativa de apaziguar os fantasmas da prevalecente cultura modernista que há séculos nos coloniza.

JÚLIO DO CARMO GOMES
NOS.EDITORA@GMAIL.COM
ILUSTRAÇÃO **ANA FARIAS**

Aprendi com a Matamba
Jogar Capoeira e viver Candomblé
Ser original, tocar Berimbau
E dançar Afoxé
Meu corpo não nasceu para Senzala
Sou filho de Alafin Oyó Xangô
A liberdade é o meu axé de fala

Kaô Cabecilê Kaô[1]

O historiador Hakim Bey observou que a fé do candomblé «é uma área de resistência contra o poder maligno» das instituições e dos valores dominantes, e que «estes cultos (…) crêem em deuses que podem ser ladrões, bruxas, *queers* e jogadores»[2]. Espécie de resposta à «morte de deus» nietzschiana, «os santos [os orixás] são máscaras dos espíritos oprimidos», encarnam a potência dionisíaca, cara ao conceito de *super-homem* do filósofo alemão. *Máscaras* que se sobrepõem à «moral dos escravos», antítese do Übermensch, porque «a possessão em transe permite a todos ver, tocar e, inclusivamente, "serem" deuses eles mesmos»[3], argumenta Bey.

Se o esoterismo é um dos temas de predilecção desse arcanjo do anarquismo de santelmo, sendo natural a sua exaltação – um tudo ou nada superficial – do delírio panteísta do culto aos orixás, voduns e inquices, não deixa de ser curioso que a história da resistência dos escravos africanos no Brasil tenha sido destacada por outro historiador anarquista, nos antípodas da visão herética do autor de *Temporary Autonomous Zone*, Edgar Rodrigues (ER). A respeito do Quilombo de Palmares (1580-1710), o historiador luso-brasileiro sustenta: «Dei grande destaque a Palmares [em *Socialismo e Sindicalismo no Brasil,* 1969], por muitas razões: porque foi uma comunidade que conseguiu reunir 20 mil pessoas [segundo estimativas optimistas, o Rio de Janeiro em 1673 teria uma população de 23 mil pessoas, incluindo a maioria escrava e índia], que durou quase um século, derrotou o exército brasileiro[4] 17 vezes, e sobreviveu sozinho sem leis, sem Estado e sem religião. Eles tinham lá as místicas deles, é verdade, mas conseguiram viver sem dinheiro (…) e conseguiram criar uma verdadeira comunidade socialista libertária»[5].

Os mocambos eram comunidades de escravos foragidos que acolhiam também minorias indígenas e brancas. Estas comunidades sublevadas guardam pontos de contacto com as formas de resistência e organização política da nunca consensual e precursora República dos Angolares[6], que agrupou ex-escravos em São Tomé e Príncipe (*circa* 1544). Alguns quilombos adoptaram mesmo posicionamentos libertários baseados no princípio do consenso de povos africanos, por alguma razão sem visibilidade, como os Ashantis e os Tallensi no Gana, os Logoli (Oeste do Quénia), os Nuer (do Sul do Sudão), populações onde «a vida social não foi regulamentada em qualquer nível, por qualquer tipo de máquina que pudesse ser chamada de governo» (Fortes/Pritchard)[7], um tema que será aprofundado na próxima edição.

Tanto Bey quanto Rodrigues são excessivamente voluntariosos nas suas conclusões. Em particular, o historiador luso-brasileiro revela uma visão simplista e romantizada sobre os sucessos de Palmares. Primeiro apresta-se a divulgar que «viviam sem dinheiro» para logo se contradizer ao considerar que «através duma produção maciça de alimentos, conseguiam escoar e vender nos mercados do sul e do norte do Brasil» ou quando argumenta que empreendiam «uma luta económica contra os fazendeiros (…) fazendo concorrência com os seus produtos»[8]. Porém, o ponto que merece a nossa atenção não é a contradição e simplificação historiográfica, mas antes a sentença «Eles tinham lá as místicas deles"... É todo um programa ideológico. Por um lado, do alto da sua crença epistemológica, desprestigiando e reduzindo a termos menores os complexos, profundos e diversificados cultos animistas trazidos pelos escravos africanos e, por outro, fazendo uso do bisturi eurocêntrico para proceder à incisão do «momento cartesiano» (Foucault) separando comunidade política e comunidade espiritual, impondo uma linha de fronteira entre razão política e liberdade espiritual. «Criar(am) uma verdadeira comunidade socialista libertária» *apesar de* terem «lá as místicas deles...» Corroborando esta falácia, o historiador prossegue, condescendente com os regimes de pensar a política dos escravos[9]: «A colónia Cecília foi uma experiência anarquista, especificamente, ao contrário do quilombo de Palmares, que era anarquista, mas onde não havia uma consciência disso.»[10] Num repente, vem-nos à memória a teoria aristotélica de *animal político*, conceito que excluía os escravos por não *possuírem* a linguagem, o *logos*... Seria caso para desejar que o catecismo da análise anarquista, manifestado por Edgar Rodrigues, continue a guardar os quilombolas na sua inocência e os precate dos pios caminhos da consciência...

Palmares repõe o tema de toda a verdadeira tragédia social

A História compõe o mundo a partir de vários ângulos possíveis de sedução. O risco de nos tornarmos vítimas dessa narrativa passional diminui se tomarmos como adquirido que todos os valores se desgastam no atrito com a realidade. O drama de Palmares abarca mais de um século, a colónia Cecília não chega a um lustro. Conta-se que a «experiência anarquista» da colónia Cecília (1890-1894), cuja população nunca superou as 300 pessoas, se auto-dissolveu na impotência, na miséria e nos seus próprios equívocos, ao fim de quatro anos e às portas do século XX. O «anarquismo inconsciente» de Palmares tornou-se no mais emblemático movimento de amotinação e rebelião

contra a condição de escravo no Brasil e em toda a América, agregando vários mocambos num território da dimensão da Bélgica e cujas origens, segundo várias fontes, remontam ao ano de 1580, na Serra da Barriga, no actual estado de Alagoas. Foi destruído por cerca de dezoito expedições da Coroa Portuguesa, organizadas desde o período das investidas holandesas até à emboscada feita a Zumbi dos Palmares, em 1695. Mesmo sem o seu reconhecido e mais destacado líder político, cuja cabeça decapitada foi exibida em espectáculo de intimidação em Recife, o quilombo dissolve-se quinze anos depois desse episódio de perseguição e atemorização da população escrava, após mais de um século de resistência e auto-superação. Os colonizados e escravos sublevados de Palmares, «os de estômago encolhido» como descrevia Frantz Fanon, transcenderam a História; os colonos de Cecília apaixonaram-se por uma crença e (não) morreram de amores pela sua própria história. Palmares – e os mais de 2400 quilombos do Brasil... – começa no acto de insubordinação contra os Impérios e na ocupação de terras; Cecília começou na concessão de terras aos anarquistas italianos pelo próprio Imperador D. Pedro II!

No fundo, Palmares repõe o tema de toda a verdadeira tragédia social: o êxito de uma experiência utópica que não podia ter lugar a existir, ensaiada *contra* e *a partir* da realidade. A partir do ponto de vista dos arquivos da História unívoca, Palmares revela a conquista e a perda da autodeterminação de uma população no confronto com a poderosa civilização – o que revela o que esconde: o medo que essa civilização tem de perder o controlo sobre a sua ideia do que deve ser uma sociedade humana.

Ao contrário dos avanços e recuos das três grandes correntes progressistas da História Moderna, a social-democracia, o socialismo e o anarquismo, herdeiras das Luzes, a emancipação dos escravos não era um fim teleológico de um projecto político – consistiu antes na verificação processual de libertações individuais e sociais. Não é demais lembrar que essas correntes políticas produziram o seu próprio regime transcendental de legitimação e, sem excepção, instituíram formas de *verdade* e de subjectivação tantas vezes deterministas e teleológicas. O modo de operar das sumas teológicas...

O enquistamento da análise de Edgar Rodrigues à supremacia ideológica da razão monista, excludente da autonomia espiritual e da cosmovisão transcendental (para não falar do hemisfério dos afectos), não foi caso único entre pensadores conotados com ideias progressistas. As conclusões do sociólogo francês Roger Bastide, que pesquisou em profundidade a realidade dos candomblés em *O Candomblé da Bahia (1958)*, foram ainda mais contraditórias. Por um lado, descreveu os terreiros como um mundo que «une homens, mulheres e crianças num *todo coerente e funcional*», no qual se expressava «o triunfo das normas colectivas» e que «os candomblés [eram] verdadeiras sociedades de socorro mútuo, de auxílio fraterno», que constituíam um exemplo emblemático de «resistência cultural» e, por outro, diferenciava dois tipos de «resistência negra» no Brasil, a cultural (os candomblés e a sua cosmovisão metafísica) e a política, que ele via como antagónicas e, de certa forma, incompatíveis.

A Razão e o Universal surgiram no coração de um regime económico e social legitimado pelo ideal do progresso, fundado na hiper-produção e na reprodução das desigualdades. A Europa dos tempos modernos não redescobre a antiga escravidão por mero acaso. A proclamação teórica do reino universal da Razão coincide com a realidade histórica da expansão do capitalismo global.

Os conceitos discriminatórios sobre os chamados *selvagens* e *primitivos,* cujo cerne incidia no desprezo pela espiritualidade animista (africana ou ameríndia), foram cruciais para fundamentar a emergência da noção iluminista de um sujeito superior em relação aos «seres não civilizados». A construção *do* «sujeito revolucionário» também não escapou a esta injunção (ver parte III).

> «Contra a crença popular e ainda mais a erudita (...) a força social mais dinâmica e poderosa das colónias foram os próprios escravos» (Eric Williams)

Reduzidos a uma mera prática religiosa e menorizadas «as místicas deles», os candomblés são alvos constantes de um fenómeno que *superficialmente* identificamos como intolerância religiosa. Parte fundamental das estratégias do racismo moderno consistiu em animalizar, inferiorizar, desumanizar as pessoas negras, recusando-lhes, inclusive, o atributo de pensar de modo sofisticado. Todo um programa ideológico que esconde, afinal *profundamente,* um preconceito, enraizado mesmo em pensadores que se estribam na teoria social-anarquista. Nesse sentido, buscar interlocuções filosóficas com os candomblés, não os resumindo a uma experiência religiosa, é uma das ferramentas de combate ao racismo esclarecido, pois explicita a própria humanidade dos povos que vivenciam a(s) experiência(s) libertária(s) dos terreiros e dos quilombos.

«Foram os africanos que nos venderam»

O retrato que temos vindo a esboçar sobre Palmares não põe a história do quilombo a salvo de um olhar crítico. Escutar a frase «foram os africanos que nos venderam» é ainda hoje uma valente pedrada no charco. Esta heresia pode ser lida num documento essencial de raro alcance crítico anticapitalista sobre as «marcas da escravatura», *Brésil la mémoire perturbée*. Quem entra na roda é o grupo de capoeiristas Maíra, que publicou um desconcertante testemunho de análise historiográfica sobre a escravidão do Brasil e os movimentos abolicionistas. Gingado não lhes falta. Rejeitam a tese do quilombo como mera recriação nostálgica de África – «é a recusa a ser escravo» que está na origem dos mocambos – e, para contrariarem «um certo afro-centrismo», o colectivo Maíra sustenta que «é da mais elementar salubridade pública relembrar que as chefias africanas são responsáveis, praticamente tanto como os negreiros brancos, pela deportação às Américas de 9,5 a 12 milhões de pessoas, senão mesmo da morte, no continente, de igual número de homens, mulheres e crianças».[11]

Ao invés de caírem numa interpretação culturalista, politizam a experiência social do quilombo, tal como fez o olhar heterodoxo de Benjamin Péret em *La Commune des Palmares* (1956), desconstruindo a visão dominante que procurou fazer «do Rei zumbi um símbolo monolítico da resistência africana à escravatura» e assumindo que Palmares foi «um constante apelo, um estímulo, uma bandeira para os escravos negros». Na linha de análise do surrealista francês, dispensam ao quilombo da Serra da Barriga o seguinte comentário geral: «Evoluiu no decurso de décadas e de batalhas, e a sua estrutura política passou do estado de anarquia primitiva à de um despotismo consentido por todos e justificado pela necessidade de se defender militarmente.» Ao descreverem o episódio da captura de Zumbi, traído por denúncia de um mulato, Maíra preserva o livre-pensamento e uma nada compassiva ironia: «... mulato que com efeito era um escravo de Zumbi, o rei da república dos escravos livres...» Nestes termos, retomam a questão fulcral colocada por Péret e que remete para a questão da divisão do trabalho: «Como lutar contra a escravidão dos Brancos quando a praticamos na nossa própria casa?» Certamente, não nos cabe a nós fazer a apologia de Palmares como «uma verdadeira comunidade socialista libertária»...

O terreiro, o quilombo, a roda de capoeira e a escola de samba (apesar de cooptada pelo *showbiz*) são, acima de tudo, múltiplos fluxos de resistência política, refractários a qualquer tipo de sistematização historiográfica. Através da brilhante inteligibilidade das páginas de «Brasil, a memória perturbada», o modo difuso e sinuoso da história de Palmares contado por estes capoeiristas de berimbau afiado vale pela reconfiguração dessa experiência histórica: criticar o que nela foi instituição de um consenso policial e expandir o que nela foi dissenso político e cultural. Novos modos de narrar, novas visibilidades, num documento de leitura imperativa que se escusa a discriminar a cosmovisão espiritual de tradição africana das populações escravas do Brasil. Para lá da colonialidade da História e das mentalidades, separar a resistência do povo-de-santo dos cuidados espirituais a que se entregam e cindir rebelião política da *arkhé* africana e dos cultos animistas é uma vã tentativa de apaziguar os fantasmas da prevalecente cultura modernista que há séculos nos coloniza.

Em sintonia com a perspectiva dionisíaca, o etnólogo Edison Carneiro, comprometido investigador da cultura afro-brasileira, considera o candomblé «uma força criadora». «Dá às pessoas coragem e confiança e faz com que se concentrem na solução dos problemas desta vida, e não na paz do outro mundo.»[12] Várias fontes historiográficas – que não podemos abordar aqui senão de modo sucinto – demonstram que a visão política e a ética espiritual dos povos de origem africana no Brasil foram dramaturgias inseparáveis para assegurar «a paz neste mundo»... e não serviram apenas para compor os insuperáveis «sambas imortais» que Chico Buarque canta.

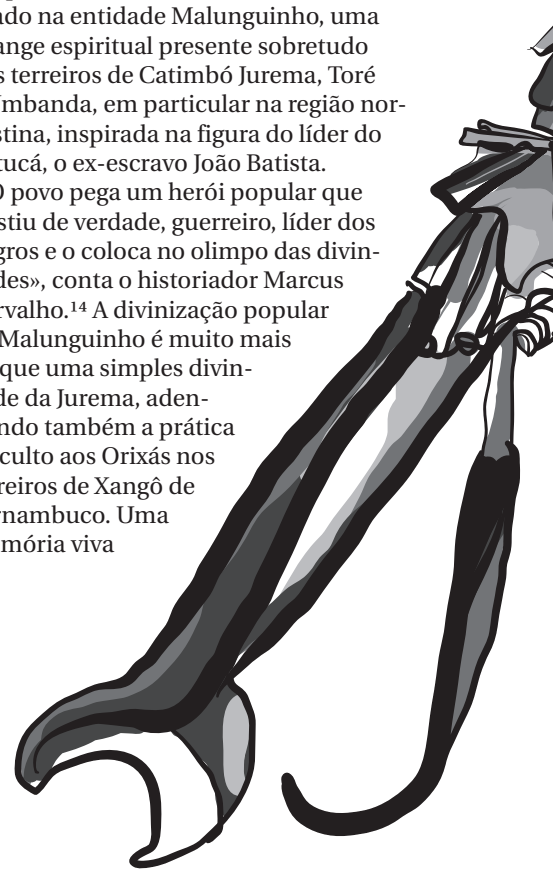
Entre o desaparecimento do mocambo Macaco em 1710 (capital do quilombo de Palmares) e a abolição da escravatura em 1888, o Brasil – em particular, a Bahia e Pernambuco – foi palco de incontáveis revoltas. Ao antecipar em séculos o abolicionismo e a própria independência do Império Colonial – e, de igual modo, adiantando-se duzentos anos à revolução de independência do Haiti iniciada em 1791, tida pela História como a mais importante revolução negra das Américas –, o Quilombo de Palmares expande o eco, qual repique do gongue, do historiador Eric Williams: «Contra a crença popular e ainda mais a erudita (…) a força social mais dinâmica e poderosa das colónias foram os próprios escravos.»[13]

Duas escravas foragidas lideraram um dos mais notáveis quilombos da América do Sul, uma autêntica república, que contava com um elevado nível de organização para a época, dispondo do seu próprio código civil e promovendo um sistema de representação directa. Felipa Maria Aranha e Maria Luiza Piriá levam o Quilombo do Mola (1750, Tocantins, Goiás), a infligir severas derrotas às forças portuguesas e aos capitães do mato. Nas cabeceiras do igarapé Itapocu, no território de Cametá, nunca saíram derrotadas. Não só lograram expulsar o domínio colonial, como com centenas de outros negros dão o passo político de se unirem a outros mocambos, criando a emblemática Confederação do Itapocu, uma entidade política que manteve as formas de democracia directa e a autonomia de cada mocambo mas que formou estruturas comuns de defesa. De cor e salteado, conhecemos os efeitos perversos da invisibilidade da história quilombola. E a justiça, quando chega, não faz mais do que fazer ressaltar as costas largas da injustiça histórica... Somente em 2013 (!) o Instituto de Terras do Pará concedeu o título de propriedade de Domínio Colectivo ao Quilombo do Mola...

> «O povo-de-santo move-se no espaço comunitário abrindo a roda a quem se dispõe a "brincar", "de dia tá no açoite de noite pra batucar", mas sem ir de déu em déu pregando a sua cosmovisão»

Na mesma época em que eclodia a Revolução Pernambucana, o Quilombo do Catucá (1817) ficava para a história como um marco da luta dos escravos pela liberdade. As suas acções de guerrilha urbana não ficavam à margem das lutas pela soberania que desestabilizavam o estado de Pernambuco, contribuindo para um clima geral de insubordinação. Localizado nas matas próximas às regiões urbanas de Recife e de Olinda, o Quilombo do Catucá é um símbolo da inextricável fusão entre luta política e espiritualidade afro-ameríndia simbolizado na entidade Malunguinho, uma falange espiritual presente sobretudo nos terreiros de Catimbó Jurema, Toré e Umbanda, em particular na região nordestina, inspirada na figura do líder do Catucá, o ex-escravo João Batista.

«O povo pega um herói popular que existiu de verdade, guerreiro, líder dos negros e o coloca no olimpo das divindades», conta o historiador Marcus Carvalho.[14] A divinização popular de Malunguinho é muito mais do que uma simples divindade da Jurema, adentrando também a prática do culto aos Orixás nos terreiros de Xangô de Pernambuco. Uma memória viva



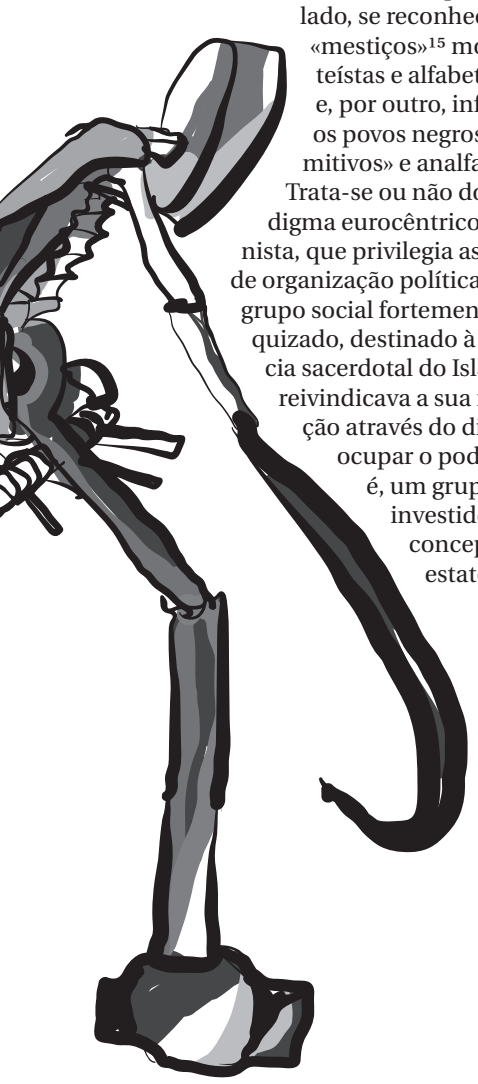
e oral, preservada por centenas de terreiros de todo o Nordeste e que, passados quase dois séculos da morte do rebelde João Batista, marca a vivência de milhares de homens e mulheres que unem a fé na fumaça e na gira deste Mestre Caboclo, qual Trunqueiro-Exú, com a esperança na luta social e na auto-determinação política de um povo.

Exemplos não menos enfáticos e raramente lembrados ressoam de outros quilombos, como os ecos que falam de Teresa de Benguela, líder quilombola que chefiava o Quilombo do Piolho (ou do Quariterêre), durante o século XVIII, no Mato Grosso, resistindo a vários ataques das forças escravocratas, recebendo no seu mocambo não só escravos em fuga como até indígenas da Bolívia fugidos da Coroa Espanhola e que comete suicídio ao cair nas mãos da Coroa. Ou a história de Mãe Bonifácia (século XIX), curandeira, espírita e figura lendária que guiava os escravos insubordinados a adentrarem nas matas de Cuibá para que estes se refugiassem no seu quilombo.

A Revolta dos Malês (1835) em Salvador ocupa um lugar de destaque na memória da luta do povo escravo. A historiografia e a própria cultura memorialista afro-descendente tendem a atribuir aos malês um papel de protagonismo especial nos movimentos de insubordinação contra as forças esclavagistas. Arabizados, os malês foram um grupo minoritário de escravos (composto sobretudo pelos haussas, mas também por nagôs islamizados) que sabiam ler e escrever em árabe, não raras vezes mais instruídos do que os seus senhores. A rebelião que empreenderam pôs a ferro e fogo as ladeiras e as praças da antiga Salvador, mas a intentona acabou por ser abafada.

O dissenso político do povo-de-santo

Abrindo uma frente de polémica, será que o tratamento de privilégio que a história afro-descendente dispensa aos malês, ao conceder-lhes um papel simbólico de destaque nas lutas pela emancipação dos escravos por comparação com outros grupos étnicos africanos e/ou de tradição animista e panteísta, não denota o mesmo olhar «racializado» e «eurocêntrico»? Um olhar que, por um lado, se reconhece nos «mestiços»[15] monoteístas e alfabetizados e, por outro, inferioriza os povos negros «primitivos» e analfabetos? Trata-se ou não do paradigma eurocêntrico e modernista, que privilegia as formas de organização política de um grupo social fortemente hierarquizado, destinado à obediência sacerdotal do Islão e que reivindicava a sua integração através do direito de ocupar o poder? Isto é, um grupo social investido de uma concepção estatolátrica e arquipolítica do poder, uma agência *standard* que impede a fractura da estrutura política e social?



Por contraponto, não seria lógico essa mesma concepção da história desdenhar grupos sociais panteístas, tendencialmente de organização social fluída e proto-anárquica? Populações escravas e negras que não pretenderam renegociar o poder mas refutar as estruturas mesmas desse poder? Povos que não clamaram por integração, mas criaram outras formas de vida social, os quilombos e o terreiro-comunidade? Ao examinarem a origem étnica dos escravos sublevados na Bahia, o colectivo Maíra, abstraindo-se das teses culturalistas e no seu estilo próprio, concluiu que «não existe nenhuma etnia predestinada à revolta ou... à colaboração de classe».[16]

Paradoxo, se a historiografia culturalista quer reservar aos malês a categoria de escravos mais combativos e politicamente conscientes, impõe-se a seguinte questão: onde estão hoje os malês islâmicos na sociedade brasileira? Em nenhures, porque a sua cultura se extinguiu rapidamente e por completo. Ao contrário de um corpo social monoteísta e hierarquizado, podemos supor que o corpo erradio, fluído e transitório do povo-de-santo, com uma consciência díspar e heteróclita do poder, cujo dissenso das formas perturba os enquadramentos políticos pré-constituídos e que se entrega às relações de forças com uma linguagem – o *axé* e a *arkhé* de tradição animista africana – ainda hoje incompreensível e incompreendida pelos poderes (incluindo, o poder cultural da esquerda militante e, em geral, da academia), talvez contenha em si a matriz da sua sobrevivência enquanto cultura, a potência da sua subversão enquanto grupo social e o dinamismo de reinvenção da(s) existência(s) no capítulo das liberdades individuais.

No Brasil, não terá sido só a repressão da Coroa Imperial a ditar o desaparecimento da cultura islâmica dos malês. A vigilância religiosa que a *sharia* exercia sobre os «seus» também gerava dissidência. Nas sempre voluptuosas descrições etnográficas de Nina Rodrigues, ficamos a saber que os filhos e netos de malês se arredavam da doutrina corânica, em virtude do seu rigor disciplinador que policiava individualidades. O fundador da etnologia brasileira testemunhava que muitos desses malês desavindos com a doutrina islâmica, com o seu regime de códigos estritos, encontravam refúgio nessa espécie de carnaval encenado nos terreiros de candomblé, espaço apto à expressão mais despojada dos corpos e desgarrada dos espíritos. Por alguma razão, os malês fiéis à lei corânica tinham fama «de não se misturarem com os outros escravos», como recorda o historiador Arthur Ramos. *Outros escravos*, subentende-se, o povo *inculto* e *primitivo* que não *sabia* crer num Deus absoluto e que cultuava uma miríade de orixás, voduns e inquices, «máscaras dos espíritos oprimidos», como assinalou Hakim Bey. Um povo capaz de refazer sentidos metafísicos ao inventarem sincretismos afro-ameríndios... Um povo que, ao invés de reproduzir o modelo de sociedade moderna do Estado-Nação (ou os reinados de vários povos africanos), ensaiava na ilegalidade formas comunitárias de autodeterminação, politicamente autónomas e, inclusive, de tendência horizontal. O povo-de-santo que se move no espaço comunitário e social abrindo a roda a quem se dispõe a «brincar», «de dia tá no açoite de noite pra batucar» («Samba Negro», Cabruera), mas sem ir de déu em déu pelas portas pregando a sua cosmovisão, sem bimbalhar sinos ao domingo para cedo comungar nem reverberando pelos céus da cidade o chamamento do almuadem para atrair fiéis. Um povo carnavalesco, sem deuses punitivos nem infernos que obriguem à repressão de pecados do corpo, mas jogando a vida na plena significação dos corpos, desconstruindo normatividades e celebrando sexualidades historicamente reprimidas (ver parte IV).

> «Os colonizados e escravos sublevados de Palmares, "os de estômago encolhido", como descrevia Frantz Fanon, transcenderam a História» (e esta também, se forem duas)

Tal como na Grécia Antiga, o contacto místico com os ancestrais no candomblé é de carácter orgiástico e hedonístico, essa «ofegante epidemia que se chamava Carnaval» protagonizada também por uma empoderada comunidade *queer*. Tal como nas peças de Eurípides, a matriz matriarcal presente no candomblé evoca a típica heroína euripidiana que repudia a ideia segundo a qual o ser humano razoavelmente convicto de um bem optará por ele. É que a razão não chega e consiste apenas numa dimensão humana.

Brasil, esse grande quilombo

«Os revolucionários esquecem com frequência, ou não gostam de reconhecê-lo, que se quer e faz a revolução por desejo e não por dever.»[17] À citação de Deleuze/Guattari, eu acrescentaria o modificador dos plurais ao termo «a revolução»... Mais difícil de desocultar tem sido o dogma filosófico e historiográfico que pretende encobrir e desvalorizar a fonte espiritual animista dos fluxos da a*rkhé* e da rebeldia dos escravos e do povo-de-santo.

«Entre os terreiros e os quilombos havia estreitas relações de ajuda», comenta o antropólogo Vagner Gonçalves da Silva, convocando Nina Rodrigues que já em 1900 afiançava que «foi nas casas de candomblé que muitos escravos ou revoltosos se esconderam da perseguição dos capitães-de-mato e da guarda». De acordo com Vagner Silva, o terreiro estava inextricavelmente ligado ao protesto contra a escravidão, pois funcionava não apenas como placa giratória de negros revoltosos, «colocando a sua organização logística a favor da luta pela libertação», como no plano espiritual «promovia a recriação de um mundo de insubordinação dos poderes» e, em última instância, infundia um sentimento comunitário de esperança na transformação da existência.

Em *Candomblé e Umbanda, Caminhos da devoção brasileira*, o antropólogo remata a sua obra reconhecendo nos locais de culto do candomblé e da umbanda o espaço onde «as mazelas do passado e presente [puderam] ser dirimidas ou recompensadas através da confraternização numa nova ordem mítica, na qual índios, negros, pobres, prostitutas e malandros pudessem retornar como espíritos, seja como heróis que souberam superar as privações e opressões que sofreram em vida, seja como categorias que, ao menos pela evolução espiritual, mantêm viva a esperança de ocupar espaços de prestígio que a ordem social sempre lhes negou».[18]

O animismo negro partiu de África, mas reinventou-se nos candomblés na maior concentração de escravos e seus descendentes do Novo Mundo, o Brasil. «Sempre fo[mos] um grande Quilombo, uma grande Canudos, aprendemos a resistir aos coronéis, aos capitães do mato, aos jagunços, escrevendo a nossa história ora com a poesia dos repentistas, nas ladainhas dos capoeiristas, nas cantigas de louvor aos Orixás do Candomblé, ora na ginga e na navalha, no cano de uma espingarda ou de um Parabelum, numa mandinga de Candomblé», assim se descrevem os intrincados vectores de força das populações negras, mulatas, pobres. (Colectivo Anarquista Ademir Fernando, Cachoeira, Recôncavo, Bahia, 2012).

Não há etnografia nem exotismo hermenêutico, nem teoria social revolucionária, que invisibilizem a seriedade das grandes questões com que a polimórfica cultura candomblecista afro-brasileira nos interpela: a transformação de si, do nós e do mundo. Na «vasta necrópole» do capitalismo, quando o monoteísmo antropocêntrico e o seu mundo político se acabam, e nós, atrás dele, fechamos a porta sem estrondo e com medo, o que é reinventar o mundo, senão poder morrer com amor e liberdade?

Mais do que «o reverso da Modernidade», como crê Achille Mbembe, o *negro* é a figura do *fantasma* evocada pelo inclassificável escritor iorubano Amos Tutuola. «Animal fantástico, figura hierática, metamórfica, heterogénea e ameaçadora, capaz de jorrar em cascata.»[19] Fluxo de forças do escravo, do quilombola e do candomblecista que, na próxima e última parte deste artigo, vão conduzir-nos a questionamentos em *cascata*, confrontando as nossas in-certezas-medo com a figura desse animal supra-político e fantasmático que na selva dos nossos mitos continua a lançar um grito

cru-doce
cruel-desejante
sobre o abismo da civilização.

NOTAS

1 Afoxé Alafin Oyó, letra de Fabiano Santos.
2 *Spiritual Destinations of an Anarchist*, Peter Lamborn Wilson, Ardent Press, 2015, p. 54.
3 *Ibidem*, pp. 53-54.
4 Deve ler-se exército da Coroa Portuguesa.
5Edgar Rodrigues e o Movimento Anarquista no Brasil", *in* Revista Utopia #5, Portugal, 1997, p. 86.
6 Cf. *Os angolares da ilha de São Tomé: Náufragos, Autóctones ou Quilombolas?*, Gerhard Seibert, Textos de História, Revista da Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, vol. 12, n.º 1/2, 2004.
7 Cf. Meyer Fortes/E.E. Evans Pritchard, (1940): African Political Systems. Oxford: Oxford University Press.
8Edgar Rodrigues e o Movimento Anarquista no Brasil", op. cit, p. 86.
9 Conquanto num período posterior da história de libertação dos escravos no Brasil, não devia ter escapado a ER os escritos insubordinados e colectivos de escravos, lamentavelmente pouco estudados, como o "Tratado do Engenho de Santana da Capitania da Bahia" (1789), os vários libelos dos malês e suas repercussões na Corte Imperial (1835 e 1836), a declaração dos revoltosos mocambeiros de Viana, Maranhão (1867) ou a "Carta da Comissão de Libertos do Rio de Janeiro" (1889). Documentos raros que dão constância *em forma de letra* de uma consciência política que cabia em plenitude ao povo negro afro-brasileiro e que *à letra* se expressava na acção rebelde, na sabotagem, nas rebeliões, na evasão e na formação de quilombos.
10Edgar Rodrigues e o Movimento Anarquista no Brasil", op. cit, p. 86.
11 Cf. esta e citações seguintes em *Brésil, la mémoire perturbée – Les marques de l'esclavage*, Maíra, Ab Irato, 2004, Paris, pp. 7 – 34.
12 *A Cidade das Mulheres*, Ruth Landes, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2002, p. 149.
13 *Capitalismo y esclavitud*, Eric Williams, Traficante de Sueños, Madrid, 2011, p.287.
14O Quilombo de Malunguinho, o rei das matas de Pernambuco" in *Liberdade por um fio/História dos quilombos no Brasil*, Companhia das Letras, 1996.
15 Os haussas e os fulás foram os dois principais grupos étnicos designados no Brasil por malês. Em África estas etnias eram tidas como povos mestiços, os "camitas" que se distinguiam, segundo fontes historiográficas, dos "negros" da África Ocidental. Quer-se crer que os "camitas" eram povos pastores portadores da civilização Núbia.
16 Maíra, op. cit., p. 41.
17 *Anti-edipo: capitalismo y esquizofrenia*, Deleuze/Guattari, Barcelona, Paidós, 1985, p. 355.
18 *Candomblé e Umbanda, Caminhos da devoção brasileira*, Vagner Gonçalves da Silva, Selo Negro, São Paulo, 2005, p.133.
19 *Crítica da Razão Negra*, Achille Mbembe, Antígona, Lisboa, 2014, p. 223.

A peste e a cólera

O que vivemos hoje é um tempo suspenso que nos é imposto, que não é fruto de uma acção autónoma de oposição ao mundo

JORGE VALADAS,
8 ABRIL 2020[1]

« Aquele que controla o medo das pessoas torna-se o seu amo» - Maquiavel

Submetidos aos discursos tóxicos, martelados repetidamente, estamos fixados ao presente por uma atmosfera que provoca ansiedade, somos impotentes, precisamente devido ao nosso isolamento. Sentimo-nos ameaçados por um meio ambiente em que qualquer objeto ou indivíduo é visto como hostil, como fonte de morte. As próprias relações humanas são minadas pelo perigo. Os números e as curvas dos «especialistas» da morte são seguidos como os da Bolsa, submergem-nos e deprimem-nos, indo acrescentar-se às explicações conspirativas, às especulações e às pretensas certezas supostamente tranquilizadoras. É neste magma que o espírito crítico tem de abrir caminho. É na tentativa de o exercer que poderemos ter acesso à única saída para o ar livre e que nos elevaremos acima da demissão do pensamento perante o medo.

O recalcamento da ideia da morte parecia bem consolidado nas sociedades ricas, apagado pelo culto do bem-estar e pelo mito do progresso, do indivíduo dominador da natureza. Ora a tempestade do progresso não passa de destruição do que é vivo – o que já há um século temiam os inimigos da ideologia produtivista, entre os quais se contavam Walter Benjamin e outros «pessimistas» emancipadores.

A fragilidade da vida e das sociedades havia sido associada aos povos da pobreza, nos territórios cada vez mais vastos da barbárie guerreira, nas sociedades na expectativa de frutos desse terrível progresso. A produção da morte tinha-se tornado uma imagem consumível, fonte de revolta, sem dúvida, mas longínqua. A consolidação do sentimento de segurança era constantemente reforçada pelos muros da repressão e da xenofobia das sociedades ricas. A figura do refugiado, as dezenas de milhares de afogados do Mediterrâneo faziam-nos lembrar isso todos os dias. Depois, sem aviso, o vírus contornou os meios policiais, os muros e as fronteiras e impôs-se entre nós. Finalmente, tomou o caminho mais moderno e mais fácil, o da circulação mercantil dos bens e dos homens, inclusive — ironia do presente — a que se tinha disfarçado de lazer lúdico, o turismo de massas. «Mais longe, mais depressa, mais nada!» dizia um *graffiti* anarquista nas paredes da grande cidade. Pronto, já lá estamos: mergulhados no nada. Tudo isso já o sabíamos, já nos tinham avisado, íamos estampar-nos na parede. Desta vez, já lá estamos: na parede! O choque frontal deixa-nos atordoados e paralisa-nos. No entanto, mais uma vez na experiência histórica, é só estabelecendo objetivos de maior envergadura que podemos tentar escapar da paralisia e dos medos, que poderemos atravessar este período espantosamente estranho.

Saímos da normalidade, da normalidade do capitalismo, que recusávamos mas à qual éramos obrigados a submeter-nos, por vezes mesmo para além da nossa consciência. Esse é talvez um primeiro ensinamento forte deste momento, fazemos todos e todas parte do sistema, para além das ideias de ruptura que podemos partilhar, das práticas fora das normas que possamos experimentar. Mas essa saída da normalidade não é a que nos foi dado viver em outros momentos históricos, a ruptura do tempo do capitalismo e o acesso a um outro tempo, produto da actividade subversiva da colectividade. O que vivemos hoje é um tempo suspenso que nos é imposto, que não é fruto de uma acção autónoma de oposição ao mundo. Essa estranheza é por certo uma das fontes das nossas angústias. Vivemos uma experiência nova que não era previsível sob esta forma: «a greve geral do vírus», para retomar a fórmula pertinente enunciada algures. A paragem do «business as usual» fez-se sem nós, fora dos esquemas conhecidos que sempre imaginámos, desejámos, e pelo quais batalhámos. É uma greve geral de massas sem «massas» ou, pior ainda, sem força colectiva de subversão. Provavelmente, seria justo dizer que vivemos um primeiro abalo que anuncia outros futuros num processo de derrocada geral de uma sociedade organizada com o objectivo do lucro destruidor. Esta derrocada, estranha como é a qualquer acção colectiva consciente, não é portadora de um mundo novo, de um projecto de reorganização da sociedade assente em novas bases. Continua a ser uma criação do capitalismo, nos limites da sua barbárie, sem outras perspectivas que não sejam as da derrocada. Aqui cessa toda e qualquer semelhança com a greve geral, criação de um colectivo que se reapropria da sua força.

No entanto, o choque que nos atinge, anunciador de um encadeamento de rupturas na ordem do mundo, não deixa de estar relacionado com o funcionamento do sistema social no qual vivemos nem é dissociável das suas contradições. Os desenvolvimentos recentes na globalização do capitalismo, a aceleração das trocas, a concentração e a urbanização rápida e gigantesca das populações aceleraram a perturbação ecológica, destruíram a frágil reprodução do mundo vegetal, do mundo animal e do dos humanos, quebrando as últimas barreiras entre eles. O advento do capitalismo global não foi o fim anunciado da história, mas inaugurou uma nova era de epidemias cada vez mais próximas umas das outras. Depois da gripe das aves, depois da SRAS, era de temer o aparecimento de uma nova epidemia, que era quase previsível. Todavia, a lógica do lucro do modo de produção capitalista prosseguiu o seu curso implacável, e o travão referido no «Monologue du Virus» não foi accionado; só podia sê-lo pelas forças sociais opostas a esta lógica e que têm dificuldade em organizar-se. As consequências desta lógica e desta impotência para a bloquear encontram-se perante nós. Esta é, segundo me parece, uma pista de reflexão: não separar a crise viral da natureza do sistema. Temos de nos opor às tentações de explicação fáceis que se conformam com os limites do que existe, que escondem mal a intenção de voltar a pôr a máquina em funcionamento. Um bom exemplo é o dos delírios conspiratórios de todos os tipos, entre os quais se conta aquele tão sedutor do «vírus criado em laboratório». Embora saibamos que a guerra biológica faz parte dos projectos criminosos das classes dirigentes, que a desorganização e o acidente são inerentes a toda a burocracia, militar ou outra, o facto é que a visão conspiratória deixa de lado a lógica mortífera do modo de produção capitalista. A explicação mais

é só estabelecendo objetivos de maior envergadura que podemos tentar escapar da paralisia e dos medos, que poderemos atravessar este período espantosamente estranho

inverosímil apresenta-se como a mais evidente. Este vírus foi indubitavelmente fabricado, não por poderes ocultos, mas pelo processo destruidor do capitalismo moderno.

Nunca é de mais sublinhar que as medidas de confinamento e de privação das liberdades sociais e individuais põem em relevo as relações de classe. De novo, desta vez de uma forma macabra, a igualdade formal dilui-se perante a gritante desigualdade social. Desigualdade que a crise viral acelera. Mas a crise viral revela também a natureza do capitalismo moderno e as suas contradições. O real do quotidiano perturbado é agora a derrocada dos sistemas financeiros, a ruína das bolsas, a precariedade generalizada do trabalho assalariado, a subida vertiginosa do desemprego, um empobrecimento de massa. Lufada de ar fresco: os «economistas», que tinham relegado para o fundo da gaveta dos objectos supérfluos os conceitos incómodos de desequilíbrio do sistema, quase desapareceram da paisagem, confundidos pelo inesperado, à míngua de previsões. Enquanto milhões de desempregados se vão acrescentar aos milhares de mortos da pandemia, as fortunas gigantescas acotovelam-se para encontrar protecção nos braços dos seus Estados. A máquina de imprimir dinheiro volta a pôr-se em marcha e a inflação que nos diziam pertencer ao passado põe o nariz de fora. O depois já se anuncia como um segundo abalo da derrocada.

Não é de surpreender que a epidemia da Covid-19 e as que a precederam tenham tido origem numa China que se tornou a fábrica do mundo, em territórios submetidos a uma destruição selvagem, rápida e maciça da natureza. A China, fábrica do mundo, é produtora de vírus, tal como é produtora de máscaras, de ventiladores, de Paracetamol, etc. É um todo.

Devido à sua amplitude global planetária, a contaminação viral depressa desembocou num bloqueamento das trocas e num desmoronar da economia, na desorganização da produção de lucro.

Uma crise arrasta outra. Uma remete para outra, uma imbrica-se na outra. Agora, tudo é global. E, no espaço de duas semanas, o que era apenas imaginável tornou-se realidade: só nos Estados Unidos da América, precisamente num dos centros da máquina infernal, mais de dez milhões de trabalhadores viram-se no desemprego.

Entre as questões que se nos põem, que nos inquietam, conta-se a da resposta dos poderes políticos no terreno dos direitos formais, desses constrangimentos liberticidas que abalam o quadro jurídico da nossa existência. A eventualidade de adoptar o «modelo chinês» como a referência em matéria de estado de emergência muito cedo se desenhou nas sociedades europeias para, em seguida, se concretizar na adopção de métodos, de técnicas repressivas e de controlo do quotidiano. A isto foram juntar-se derrogações que iam no sentido de pôr em causa o Direito do Trabalho. Nos países como Portugal, o governo socialista chegou ao ponto de suspender o direito de greve, permitindo ao Estado «ter os meios legais para obrigar as empresas a funcionar» [2].

A experiência diz-nos que há razões para temer que, uma vez a crise viral chegada ao fim, estas formas do estado de emergência possam ser «transpostas para o direito comum», para retomar a fórmula púdica do «jornal de todos os poderes». Tanto mais que este «fim», o famoso «desconfinamento», se arrisca a ser lento e extensível. A urgência – já clamada por todas as forças capitalistas — de um regresso necessário ao «business as usual», sem dúvida justificará a perpetuação dos «constrangimentos liberticidas». Um novo quadro jurídico para novas formas de exploração. O que quer dizer que a única oposição a este novo estado de direito autoritário será indissociável da capacidade coletiva de oposição à reprodução da lógica de produção e destruição do mundo que nos fez chegar ao ponto onde nos encontramos.

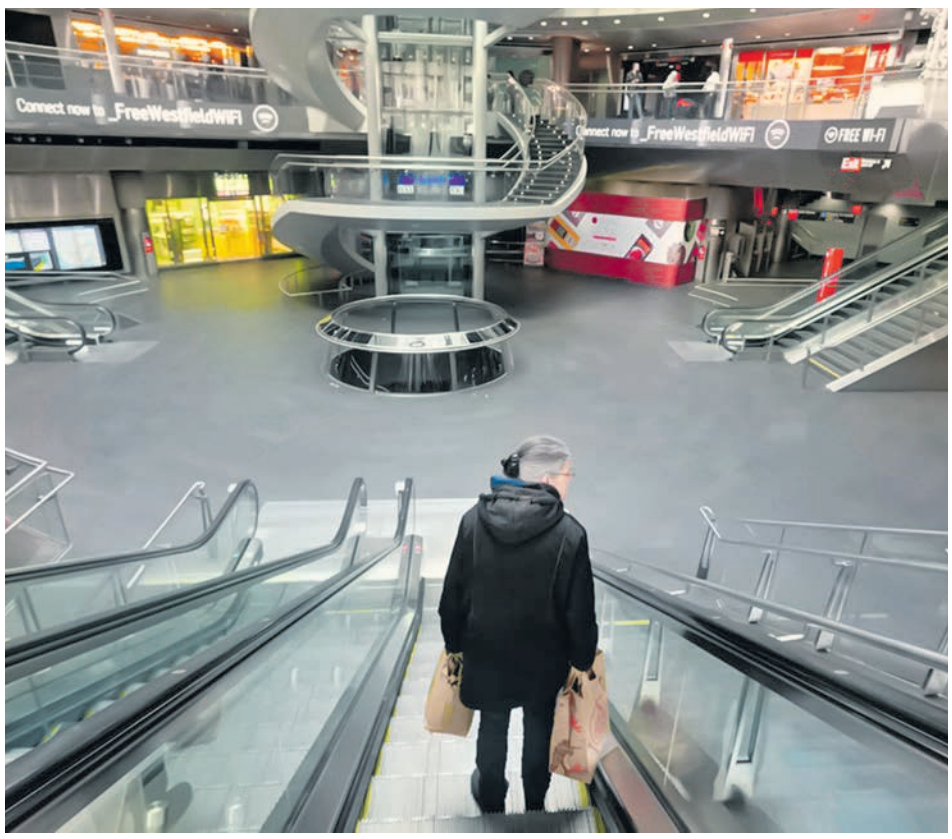
Assim sendo, subsiste a questão incontornável de saber se o capitalismo, sistema complexo poderoso e capaz de recuperações inesperadas, poderá vir a acomodar-se no futuro com um funcionamento social regulado por medidas e constrangimentos liberticidas extremos. A experiência histórica mostra que um estado de excepção é compatível com a reprodução de relações de exploração e com a prossecução da produção de lucro com uma forte intervenção do Estado. Não é por acaso que Carl Schmitt, um dos grandes teóricos do «estado de excepção», foi um admirador brilhante da ordem nazi, que forneceu o quadro jurídico de uma sociedade moderna na Europa durante uma dezena de anos à custa de indizíveis horrores. Mais perto de nós, é indiscutível que a ordem totalitária herdada do maoismo conseguiu engendrar um regime capaz de construir uma potência capitalista moderna, no seio da qual a explosão das desigualdades sociais e o aumento dos conflitos e dos antagonismos de classe foram, até ao momento, superados por medidas despóticas.

Outra coisa é a aplicação deste modelo às sociedades do velho capitalismo de predominância privada, em que o estado de direito regula o conjunto das relações sociais com a cogestão dos «parceiros sociais». Pelo menos em princípio, já que que a direção dos assuntos económicos e públicos se faz de uma maneira cada vez mais autoritária nas formas actuais do capitalismo liberal. A tendência já era manifesta antes do advento da pandemia e do desmoronamento previsível da economia. A evolução do capitalismo, a sua crise de rentabilidade e a necessidade de maximização dos lucros tinha reduzido progressivamente o espaço de negociação e de cogestão, no qual assenta o consenso da democracia representativa e das suas organizações. A crise da representatividade política que vivemos há anos é a consequência imediata desse estado de coisas.

Dito isto, podemos perguntar-nos se a implementação destas medidas liberticidas estará ligada a um projecto consciente dos poderes no sentido de construir de uma maneira duradoura, e com uma aceitação igualmente duradoura, um estado de exceção permanente. Ou a adopção destas medidas será a única resposta de que dispõe a classe política para enfrentar as consequências sociais da pandemia?

Como em todas as crises, a classe dirigente deve jogar entre a ideia da defesa do interesse geral, na qual baseia a sua hegemonia ideológica, e a sua subordinação aos verdadeiros mandantes, a classe capitalista. Em qualquer circunstância conturbada, o único plano B disponível é o do reforço do autoritarismo, de um recurso acrescido ao medo como modo de governo.

FELIZMENTE CONTINUA A HAVER LUAR



No período atual, a dimensão das exigências postas pela amplitude da crise viral mundial acaba por pôr o problema de uma paralisia do próprio sistema produtivo. De momento, o abrandamento da economia ainda se encontra nos primórdios e o prosseguimento da vida social é uma prova indiscutível da riqueza e do poder das sociedades capitalistas modernas. Se as medidas de paragem se prolongassem, arriscar-nos-íamos a ver o conjunto da máquina económica desmoronar-se. No entanto, a passagem rápida, em poucos dias, de um estado de estagnação económica para uma recessão vertiginosa com milhões de desempregados é o sinal da fragilidade do conjunto do edifício. O que explica as reticências de uma parte da classe dirigente em adoptar medidas de estado de emergência sanitária.

Os discursos antiliberticidas são justificados, põem-nos de sobreaviso contra a perda de direitos já bastante escassos. No entanto, e tendo em conta os efeitos desastrosos que estas medidas de excepção podem ter sobre o desequilíbrio da «sua» economia, podemos considerar que os sistemas políticos os adoptam, não com o objectivo principal de domesticar a maioria da população, de submeter os explorados a novas condições de exploração mas, acima de tudo, porque a isso se vêem forçados pelas circunstâncias, por uma situação que lhes escapa. Bem entendido que as classes dirigentes sabem utilizar bem as medidas do estado de emergência, e aproveitam-se dele para acelerar o desmantelamento dos direitos ditos «fundamentais», para transformar o estado de direito. Todavia, há factos que mostram a ambiguidade da situação. Essas mesmas classes políticas — na Europa, e mesmo noutros continentes, em países onde o equilíbrio social é frágil — vêem-se forçadas a voltar atrás quanto a orientações e decisões anteriormente tomadas. Dar-se-á como exemplo a suspensão em França da odiosa «reforma das pensões» e a «reforma dos direitos dos desempregados», o tímido projecto de libertação de determinadas categorias de detidos, em França, nos Estados-Unidos, em Marrocos ou noutros países. Considerar que os dirigentes dominam a situação e são capazes de ir mais além do que as medidas de salvaguarda das leis do lucro seria sobrestimar a sua função e mesmo a sua inteligência de classe. São estas mesmas leis que comandam a sua iniciativa política. No caso presente da crise sanitária, a necessidade de confinamento das populações parece ser a única maneira de tentar evitar uma situação de catástrofe social e económica. Confina-se a população, não para consolidar a dominação social, mas como único meio de aliviar um serviço de saúde público em pedaços, consequência da escolha da austeridade. Pretendendo mostrar que domina a situação, o sistema político procura ocultar as suas responsabilidades na catástrofe sanitária. Procura negar o seu fracasso do ponto de vista da defesa do famoso «interesse geral». Com um efeito perverso associado: o bloqueio progressivo da economia devido a estas medidas enfraquece por sua vez a governação.

Vivemos a peste, mas este tempo suspenso pode ser também aquele em que cultivamos e acumulamos as cóleras. A oportunidade da sua afirmação virá com a vida, depois do tempo dos abutres.

Nada nos diz que a saída do «confinamento» possa fazer-se sob a forma de um regresso harmonioso a uma reprodução do passado. Esse é, sem dúvida, o projecto dos senhores do lucro e dos seus lacaios políticos. Estes arriscam-se a encontrar-se mais enfraquecidos à saída do estado de emergência do que estavam antes do início da crise. E com uma outra emergência, a de uma crise social de grandes proporções. A crise do capitalismo será o segundo episódio da crise viral. É por esse motivo que, desde já, a classe política procura preparar a saída como um longo processo capaz de permitir integrar as medidas de emergência num estado de direito cada vez mais de excepção.

A crise da representação, já enraizada numa sociedade rica e violentamente desigual ainda será mais afirmada pelos efeitos devastadores da crise económica. Depois do tempo suspenso do confinamento, as forças do capitalismo tentarão impor um regresso ao modo de produção do passado, às leis do lucro como única alternativa. Mas não estamos no século XIV da peste negra e, pelo menos em França, é lícito esperar que a revolta e a resistência acumuladas no decurso dos últimos anos possam alimentar-se das novas solidariedades que se teceram durante o confinamento. O colectivo, única fonte de criação libertadora, deverá retomar o lugar que lhe compete e alargar-se.

Da vivência destes dias estranhos, destaca-se já um elemento portador de esperança: a experiência dos cuidadores. A trabalharem em condições extremamente difíceis e com meios restritos devido à opção política daqueles que hoje em dia se apresentam como salvadores, os colectivos de cuidadores conseguiram tomar em mãos a sobrevivência da sociedade. Para lá das hierarquias e burocracias, deram mostras de organização, de improvisação, de inovação e de invenção. Se o horror não alastrou mais, é a eles que o devemos. Sem dúvida que essa entreajuda dos colectivos de trabalho extraiu a sua energia de uma experiência de vários anos de luta contra a austeridade e as carências, contra a destruição das suas condições de trabalho, contra o ataque predador do capitalismo privado. Face à injustiça da morte, unidos pelos valores da entreajuda, os cuidadores reapropriaram-se assim da sua tarefa, voltando a tomar em mãos momentaneamente o controlo da sua actividade que lhes havia sido subtraído pelos gestores financeiros. Devido à sua função, estes trabalhadores estão conscientes da sua utilidade social para a sobrevivência da colectividade, consciência essa que reforça o seu empenhamento, mas também a sua força de contestação. Como já tinha sido visto em outras catástrofes, é este sobressalto que pode constituir a estrutura de um projecto de futuro diferente.

Vivemos a peste, mas este tempo suspenso pode ser também aquele em que cultivamos e acumulamos as cóleras. A oportunidade da sua afirmação virá com a vida, depois do tempo dos abutres.

Enquanto esperamos, e para dominar temores e angústias, podemos desfrutar da leitura destas linhas de Heinrich Heine, um amigo querido de Karl Marx, escritas durante os anos de chumbo entre a revolução de 1848 e a Comuna : «Neste momento, reina aqui uma grande calma. Uma paz de lassidão, de sonolência e de bocejos de tédio. Tudo está em silêncio como numa noite de Inverno envolta de neve. Tudo o que se ouve é um pequeno ruído misterioso e monótono, como gotas que caem. São os rendimentos do capital, que caem sem cessar, gota a gota, nos cofres-fortes dos capitalistas, fazendo-os quase transbordar; ouve-se distintamente o crescimento contínuo da riqueza dos ricos. De tempos a tempos, ela vai misturar-se com esse surdo marulhar de qualquer soluço emitido em voz baixa, o soluço da indigência. Por vezes ressoa também um ligeiro tinido, como de uma faca a ser afiada».[3]

Hoje apercebemo-nos de alguma coisa do mesmo género: o silêncio nem sempre corresponde a calma, é também o tempo em que se afiam as armas das contas a ajustar.

1 Publicado originalmente em Lundimatin #238, 13 de Abril de 2020
2 António Costa, Primeiro-Ministro, declaração feita à SIC, 20 de Março de 2020
3 Heinrich Heine, Lutèce, Lettres sur la vie política, artistique et sociale de France (1855), precedido de uma apresentação de Patricia Baudouin, La Fabrique, 2008.

O movimento migratório da vigilância

As tecnologias de vigilância com que nos prometem esmagar são há muito o dia a dia dos refugiados

torange.diz

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Um pouco por todo o mundo, e Portugal não é excepção, os governos estão a aproveitar a pandemia da Covid-19 para implementar uma série de mecanismos que analisem várias fontes de dados para conhecer, controlar e até prever os movimentos das suas populações. Nos últimos tempos, tem-se falado sobretudo de aplicações para telemóveis, mas não será menos importante lembrar as redes sociais, os satélites ou os *drones* – coisas que deixaram, entretanto, de ser apenas para os outros. As empresas tecnológicas estão ao rubro à espera de oportunidades para explorar ainda mais estas fontes, as de comércio de dados andam felizes com a promessa de tanta matéria-prima e os cientistas dos zeros-e-uns mostram-se excitados com as possibilidades de previsão de comportamentos.

O ataque à privacidade aparece em momento de pânico e tem, portanto, uma aceitação mais domesticada do que seria de esperar em condições normais. Mostra-nos a história que a rapidez com que se perdem liberdades em tempos destes não tem um equivalente na da sua recuperação. O que se oferece num dia leva muitas lutas para ser recuperado. Mostra-nos também que a habituação mais ou menos prolongada a uma situação de ausência de direitos provoca uma sensação de normalidade eterna. E a história que nos mostra isso não tinha um milésimo da capacidade tecnológica de vigilância e monitorização que existe no mundo actual.

Os alarmes estão todos no vermelho. Quanto mais específicos forem os dados, mais valiosos são. E maiores são os riscos de serem utilizados com prejuízo de pessoas concretas. O processo será o habitual, de parcerias entre estados e empresas, opacidade total, impossibilidade de responsabilização em caso de más decisões

> As vozes que hoje soam demasiado alarmistas poderão ser o senso comum do futuro próximo

baseadas nas recolhas e análises. Os dados que nos levam com discursos de bem comum nunca deixaram de ser mercadoria e, no limite, ou não tanto, serão, a breve trecho, armas de guerra.

Não há ainda no planeta quem anteveja todas as consequências de confiar na inteligência artificial e na sua capacidade de efectuar uma análise de larga escala, automatizada e combinada das diferentes fontes para prever movimentos humanos em situações de crise. Há já quem sonhe com milhões nos bolsos, há já quem espume por controlo absoluto e há quem tenha pesadelos com os sonhadores. Mas nem uns nem outros têm ainda imaginação suficiente para um quadro completo. No entanto, e voltando à história, é bastante seguro afirmar que as vozes que hoje soam demasiado alarmistas poderão ser o senso comum do futuro próximo.

Pois é, a possibilidade de monitorização dos nossos movimentos, o topete de porem computadores a prever os nossos comportamentos, nós que gostamos de nos ver como humanos imprevisíveis, essa distopia, está às nossas portas. Melhor, já bateu, deixou os sapatos na soleira e entrou. A ideia futurista de um controlo generalizado da população está agora bem instalada na nossa sala de estar, a perorar acerca da querida inocência de Orwell.

E, num repente, a gente sente-se acossada. Começa com um desconforto no sofá, talvez seja da posição, não, já me mudei e nada, se calhar estou mas é adoentado, esta urticária e o enjoo que não passa não podem ser bom sinal. Entrou, é verdade que pediu licença, pelo menos fez-se anunciar, pôs-se confortável e, de repente, parece que eu é que estou a mais.

Eu? Foi só em minha casa? Fui, ao menos, o primeiro? Tive eu essa honra invertida de ser a cobaia? Nem isso. O Bureau of Investigative Journalism[1] chama-me à razão e revela-me que a nova ciência de prever e monitorizar movimentos e comportamentos afinal não é assim tão nova e tem até andado, há pelo menos 5 anos, bastante entretida pela vizinhança.

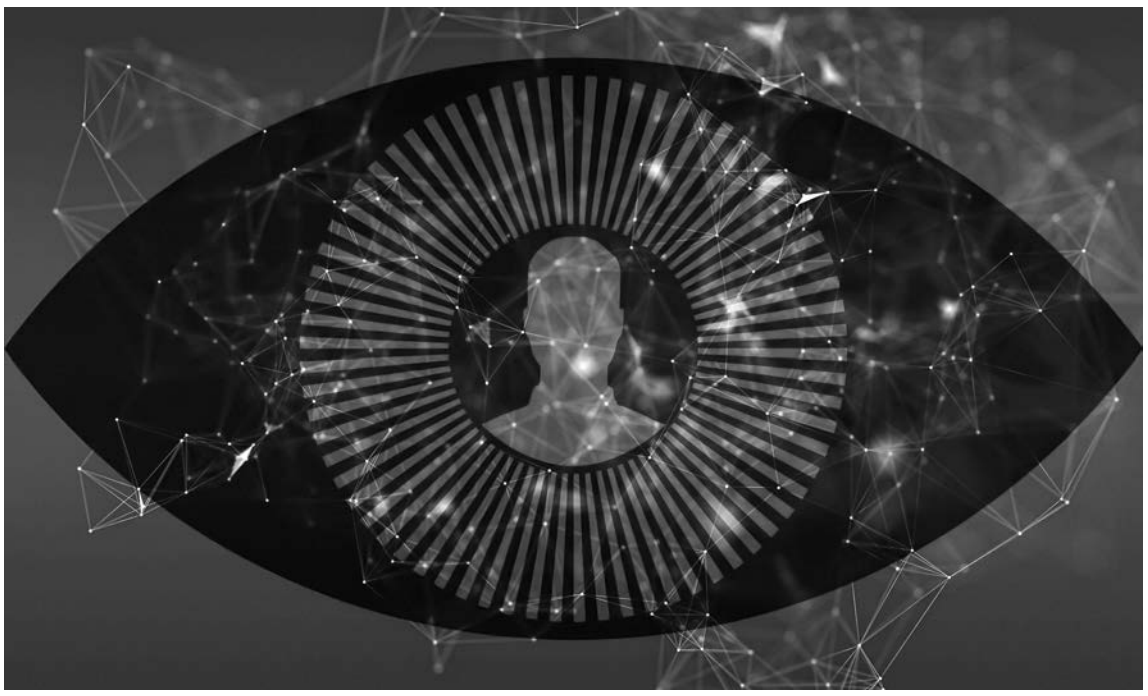
No início do que se chamou por cá a «crise dos refugiados», ou seja, por volta de 2015, a União Europeia (UE), as empresas tecnológicas e os consórcios de investigação começaram a explorar a utilização de novas fontes de dados para prever os movimentos de migrantes que se dirigissem à Europa.

Do simples extrair de informação através da interligação entre perfis nas redes sociais, uma das tais coisas que, pela habituação, já vemos como normal, até à bem mais complexa tarefa de manipulação automática de *big data* através do reconhecimento facial e da aprendizagem por parte

da máquina, tudo ia valendo. A Agência Espacial Europeia (European Space Agency - ESA), com a sua veia poética – e toda a poesia tem pelo menos um mundo em que é real –, anunciava em 2016 que a combinação dos seus dados com dados de outros permitiria a criação de «tecnologias inteligentes disruptivas».

Para grandes ideias, grandes parceiros. E a ESA apressou-se a acenar com um maço de notas e a comparecer perante a Frontex – quem melhor do que a polícia de fronteiras para brincar às previsões sobre movimentos e tendências migratórias? –, e não se esqueceu de meter a bordo o Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (European Asylum Support Office - EASO). Convidou ainda outras empresas para conduzirem «estudos de viabilidade» –sendo que viabilidade, aqui, não teria a ver com capacidade técnica para a tarefa, tão pouco com o equilíbrio entre ganhos e potenciais consequências nefastas, mas sobretudo com possibilidades de vitória na arena do mercado.

Juntou-se ao grupo a GMV, um grupo privado de banca, defesa, saúde, telecomunicações e satélites que integra «recursos de vários espaços» de outras fontes, nomeadamente telemóveis e redes sociais. Estava também a CGI, uma multinacional tecnológica que já tinha brincado com o instituto de estatística holandês ao jogo das previsões de movimentos migratórios. E ainda, tudo a título de mero exemplo, a BIP, uma empresa de consultadoria, o grupo aeroespacial Thales Alenia, os especialistas de geo-informação EGEOS e a Vodafone. E foi tanta a gente que bateu com o nariz na porta em busca duma nesga para também participar do festim...



As ofertas em cima da mesa incluíam alertas automáticos, *timelines* das redes sociais, análise de sentimentos, detecção de centros de tráfico, mapas de pontos quentes, detecção de alterações de rotas e supervisão de fronteiras. A Vodafone, no contexto de monitorização de centros de asilo em Itália, propôs identificar «focos de actividade» através de dados de telemóveis. Seriam utilizados para agrupar indivíduos por nacionalidade ou «de acordo com onde passam a noite». E prometia tentar voltar atrás no tempo e identificar os movimentos de entrada no país a partir do ponto de origem. Um estudo da CGI pretendia demonstrar a capacidade de detectar automaticamente «grupos de pessoas, marcas de camiões em locais inesperados, acampamentos, montes de lixo e barcos». Prometia ainda conhecimento sobre «sentimentos de migrantes em determinados momentos» com base na «informação das redes sociais». Com estes dados, a empresa pretendia criar um serviço que previsse o desenvolvimento de movimentos migratórios antes de eles acontecerem.

Curiosamente, A EASO acabou por «tomar a decisão de não se envolver» com as variadas propostas. A ESA e os seus parceiros empresariais continuaram as experiências que agora, já mais afinadas, se enterram no meu sofá. Vem-me o Brecht à cabeça – e, se calhar, até me devia vir o Martin Niemöller – e já não sei em que parte do poema é que vamos e quanto é que falta para ser eu e já não haver ninguém para lutar comigo, por mim. Ou já não falta?

1 https://tinyurl.com/yclg7tte

Migrantes: descartáveis ou imprescindíveis?

TEÓFILO FAGUNDES

Desde Março que os ministros da agricultura da União Europeia (UE) estão nervosos por causa do impacto que a crise da Covid-19 tem no seu sector e têm exigido que a Comissão Europeia «monitorize de perto e, ao mesmo tempo, defenda o mercado único» e também que «proponha acções apropriadas onde se identificarem problemas na cadeia de fornecimento», de acordo com as palavras de Marija Vučković, ministro croata, cujo país preside actualmente à UE.

Um dos problemas fundamentais tem sido o da liberdade de circulação de trabalhadores, um problema que é especialmente sentido nesta área, onde o trabalho é normalmente efectuado por trabalhadores sazonais, a maior parte das vezes migrantes. O presidente do comité para a agricultura do Parlamento Europeu, Norbert Lins, já avisou que a UE precisa de assegurar o transporte seguro destes trabalhadores, utilizando autocarros especiais, ou comboios, ou mesmo aviões. «Apelo aos ministros da agricultura e à Comissão para introduzirem o *laissez-passer* para trabalhadores sazonais.»

O ministro francês da agricultura, Didier Guillaume, estima uma necessidade de cerca de 200 mil pessoas nos próximos três meses para suprir a ausência de trabalhadores estrangeiros, tendo mesmo chegado a apelar «aos homens e mulheres que não estão a trabalhar e que estão fechados dentro de casa para se juntarem ao grande exército da agricultura francesa». Entretanto, a Alemanha pode enfrentar uma falta de 300 mil trabalhadores sazonais. Mas isto é um problema mais transversal e, na realidade, da Espanha a Itália, de França à Polónia, são muitas as colheitas que estão ameaçadas.

nobordernetwork,cc

Até agora, sem que ninguém parecesse reparar, esta era uma altura de grandes migrações. Pessoas de países mais pobres a irem desempenhar tarefas que não eram suficientemente atraentes para os locais. Gente especialmente de Marrocos, Índia, Tunísia, Senegal, mas também muitos e muitos portugueses, por exemplo. Sem que ninguém se preocupasse muito, esses milhares de pessoas aproveitavam a época para acrescentarem uma forma precária de rendimentos à precariedade geral das suas vidas.

> As medidas de confinamento e a paragem de viagens dentro do espaço europeu deixaram os grandes agricultores sem ter quem lhes trate das colheitas.

As medidas de confinamento e a paragem de viagens dentro do espaço europeu deixaram os grandes agricultores sem ter quem lhes trate das colheitas, demonstrando à saciedade que a agricultura europeia é completamente dependente do suor e do trabalho duro e mal pago de pessoas nascidas fora da UE. Para além da agricultura, a UE é igualmente dependente de trabalhadores sem documentos noutras áreas, como os cuidados, o trabalho doméstico, ou a construção civil. Talvez por isso insista no carácter ultra-restritivo da sua política de fronteiras.

Começa, agora, a falar-se de regularizações extraordinárias, de uma rápida resolução da papelada que estava encravada há anos e para a qual se evitava olhar. Desengane-se quem considere tratar-se da questão ética de garantir igualdade social e económica para quem contribui para a sociedade. A regularização pretende, antes de mais, resolver a questão de preencher postos de trabalho imprescindíveis que são tratados (e pagos) como pertencendo à base duma qualquer pirâmide de valor. De garantir que a agricultura alimentada a trabalho quase escravo continua a prosperar. E, a ser feita uma regularização mais ou menos generalizada de indocumentados, sê-lo-á sem fechar as portas à informalidade das suas tarefas, ou seja, mantendo abertas as possibilidades de irregularidades em termos de direitos laborais.

O 5G ou a virulência tecnológica

JORGE LEANDRO ROSA
ILUSTRAÇÃO **LUCAS ALMEIDA**
LUCASMALUCAS.COM

Embora dedicado ao 5G, este texto também é percorrido pela presente pandemia. O que aqui se escreve não é relativo ao estado actual da sua propagação ou às medidas tomadas neste quadro, antes abre uma reflexão sobre as janelas políticas que esta situação oferece – ou «encomenda» – aos processos tecnológicos que já se encontravam em desenvolvimento. Neste contexto, é inegável que a pandemia traz uma renovação da metáfora das tecnologias em rede e, em particular, do 5G. Na sua prática desastrosa, e além de recomendarem o confinamento social, os grandes meios de comunicação praticam o confinamento temático. Mas a transformação mundial em curso é um processo de conjugação do que antes parecia naturalmente diferenciado. É pois lógico que possamos observar, no momento em que escrevemos, a exponenciação de novos protocolos, dispositivos e eixos de articulação entre esferas tecnológicas, sociais e biológicas. Aparentemente destinados a um fim sanitário, só os veremos plenamente operacionais quando esta fase tiver passado.

Esta observação pode ser feita a partir dos dados que estão disponíveis, se soubermos analisá-los e deles tivermos uma perspectiva crítica. A agravar a situação, verificamos que a resistência à implantação destas redes – que reputamos vital – tem vindo a ser descredibilizada por aqueles opositores do 5G que, em vez de convergirem numa frontal rejeição política, preferem perseguir quiméricos factores obscuros que lhe estariam associados. Acontece que a pressuposição de que algo maligno nos é ocultado resulta na absolvição do que opera e cresce à luz do dia. Como o desenvolvimento destas tecnologias já não é projectado pelas mitologias do progresso, ele parece dar-se numa espécie de exteriorização de forças que operam nos complexos meandros da sociedade tecnológica. Estamos na iminência de deixar a complexidade entregue às suas convulsões, em vez de nos apressarmos a desfazer o seu emaranhado. Só é possível resistir ao 5G atacando a constituição de uma sociedade de risco[1] baseada na vigilância permanente e na Inteligência Artificial (IA). Esse deveria ser o foco desta resistência, que necessita de expor as contradições inerentes ao conceito de risco. É o caso das advertências respeitantes aos perigos para a saúde da radiação eletromagnética do 5G – importantes porque tornam manifesto o desprezo pelo princípio de precaução –, que são capturadas pelo dédalo das certificações e das garantias oficiais e conduzidas à zona cinzenta do «risco admissível», que apenas reflecte a priorização do dispositivo.

> Dependente de um alargamento vertiginoso da largura de banda, a IA só poderá ser eficaz na medida em que disponha de um máximo de dados.

Com a pandemia da covid-19, os dispositivos de monitorização em rede – sob a forma de um *smartphone*, que passa a ser obrigatório transportar consigo, ou dos mais diversos *scanners*, câmaras ou *drones* – alcançaram da noite para o dia um lugar e uma legitimidade incontestados na estrutura biopolítica actual. Seremos doravante referenciados em tempo real como corpos doentes ou potencialmente doentes, cuja localização adquiriu uma cotação próxima da de um chefe da Al-Qaeda nos sistemas de inteligência: como este, podemos ser detectados através dos nossos movimentos ou dos de terceiros connosco relacionados. Em qualquer dos casos, estes alvos manifestam um potencial de propagação considerado de alto risco. Na arquitectura dos sistemas de informação, a prevenção sanitária está a ficar mais próxima do que nunca da vigilância político-militar. O coronavírus tomou instantaneamente o lugar da *jihad,* cuja geometria de propagação é estudada segundo modelos[2] que lembram os que agora se aplicam à propagação viral. Sabendo que a pandemia e o jihadismo não são equiparáveis, perguntamo-nos por que razão as estruturas, redes e retóricas de combate mobilizadas em ambos os casos se apresentam funcionalmente tão semelhantes. A resposta prende-se com a própria exponenciação – presente em ambas as situações – do poder dos dispositivos em rede,

Num mundo prometido ao pânico, a potencialidade do 5G como instrumento de vigilância obtém uma valorização que nenhuma publicidade poderia sonhar obter.

O 5G permitirá desfazer a resiliência subjacente ao que se apresenta sob o signo da diferença encarnada, uma vez que os comportamentos serão classificados segundo o seu potencial de risco.

em si mais decisiva do que a natureza do que se previne.

À medida que os acontecimentos se desenrolam, começamos a perceber que toda uma panóplia de tecnologias que nos diziam em fase de desenvolvimento terão estado, afinal, «à espera» de um desencadeador da sua implementação maciça. A pandemia do coronavírus – em si mesmo um fenómeno biológico – oferece a todos o sentimento de exposição e desprotecção que pode soltar o travão social que ainda permanecia nalgumas sociedades. Evidencia-se aí a nossa «sobreexposição ao mundo»[3] enquanto convergência fatal da degradação do mundo biofísico e da desagregação da confiança social. Que a pandemia esteja na sua origem associada à primeira, tal não impede a corrida à instauração de «botões de pânico» disseminados no tecido social. Nenhuma forma de pânico colectivo atinge a eficácia da «peste», que articula a progressão no tempo com a universalidade espacial da infecção.

Num mundo prometido ao pânico, a potencialidade do 5G como instrumento de vigilância obtém uma valorização que nenhuma publicidade poderia sonhar obter. Mas a plena potência do 5G só será percebida quando compreendermos que os seus utilizadores não serão apenas humanos: em vez de simplesmente nos «facilitar a vida», o 5G permitirá circunscrever a vida em toda a sua manifestação: as zonas de interacção humana serão progressivamente preenchidas por dispositivos. Eliminando o imprevisível, elimina-se algo das funções próprias do vivo. Eliminando a soberania humana sobre o trabalho, o 5G assegurará a sua constante ligação em rede a todas as outras actividades, alcançando assim a plena pandemia cibernética. Tal como promete uma migração de todos os sistemas para um ambiente inteligente (IA), o 5G também facilitará a gestão do colapso ambiental e social, por via da reutilização dos modelos agora experimentados no confinamento e no despiste dos contaminados.

A primeira tarefa confiada ao 5G será a agilização e potenciação destas articulações. O 5G permitirá desfazer a resiliência subjacente ao que se apresenta sob o signo da diferença encarnada, uma vez que os comportamentos serão classificados segundo o seu potencial de risco. Daí a tentativa de transportar os riscos para interfaces não-humanos, no que o 5G forma uma etapa de adaptação. Dependente de um alargamento vertiginoso da largura de banda, a IA só poderá ser eficaz na medida em que disponha de um máximo de dados, tornando manifesto que a metáfora oferecida pela pandemia universal é aqui exacta. Neste quadro, deixa de fazer sentido colocar barreiras à colecta de dados, já que o universo *Big data* só funciona se estiver na posse de uma base de dados universal. Não há, como é óbvio, um ecossistema terrestre que possa sobreviver à função exponencial nela contida, potencialmente mais grave do que a do agente viral que agora encontrámos.

É isto o 5G. Ele redefine-se à medida que mais coisas e mais seres lhe sejam ligados. Esse é o monstro. Precisamos, pois, de detê-lo. Observámos aqui e ali, sob a sugestão da metáfora pandémica e expostos ao sarcasmo dos *media,* alguns actos de sabotagem. Não, não parece que o 5G cause a Covid-19. Mas o cenário da sua implementação será certamente herdeiro daquele em que agora vivemos. E não terá metáforas.

1 Veja-se Ulrich Beck, *Sociedade de Risco Mundial*, Ed. 70, Lisboa, 2015.
2 Resnyansky, L., 2008 (Jul/Aug), 'Social modelling as an interdisciplinary research practice', *IEEE Intelligent Systems*, vol. 23, no. 4, pp. 20-27.
3 Frédéric Neyrat, *Surexposés*, Éd. Lignes&Manifestes, Paris, 2004.

Vivendo no fio da navalha em tempos de peste

Este texto é dedicado ao anónimo estofador italiano que começou a fabricar máscaras para oferecer aos vizinhos do seu bairro.

M. RICARDO DE SOUSA

Recentemente, escrevi no JORNAL MAPA a propósito do movimento libertário em Portugal, que tudo é possível dada a imprevisibilidade da história. Evidentemente, não estava a pensar ainda no surto epidémico, já presente na China, nem sequer que essa imprevisibilidade só nos dê esperança num desenvolvimento positivo das sociedades humanas.

Agora que a peste já chegou à nossa região do globo, é possível ter uma noção real do Colapso que Carlos Taibo descreveu a propósito da crise ambiental. Estamos a viver momentos cinematográficos de uma distopia sanitária que nos dá uma ideia aproximada do que pode vir a suceder no caso de uma catástrofe ambiental.

Mas a situação já é suficientemente grave em si mesma, até porque, num momento único, a ignorância da plebe iguala a das elites; tudo está em aberto, e só com muito optimismo se poderá imaginar que ao fim de três meses tudo ficará igual e que as sociedades resistiram, apesar dos custos na saúde, sociais e económicos.

Neste momento, basta que as cadeias de produção e distribuição de alimentos e produtos básicos se interrompam, que o surto dure mais do que o previsto ou retorne de seguida, que se estabeleça o pânico generalizado da população, para que tudo desmorone.

Vivemos no fio da navalha, ao virar da esquina pode estar o fim do capitalismo ou das sociedades como as conhecemos nos últimos séculos, pode também estar outra forma de as sociedades se organizarem. Uma coisa é certa, a fragilidade da sociedade capitalista e de consumo está exposta, a ambiguidade das sociedades democráticas vem ao de cima — o reforço do Estado, as limitações dos direitos, a imposição do estado de emergência e de sítio impõem-se por todo o lado —, começam a ficar claras as contradições entre os que desejam salvar-se a qualquer custo e exigem soluções autoritárias e os que esperam que se reforcem valores tradicionais de solidariedade e apoio mútuo.

Na verdade, confrontam-se dois grandes paradigmas: o autoritário, defendendo o reforço dos governos, das leis e do Estado, assente na irracionalidade e no egoísmo, e um modelo libertário, de que Kropotkin falava no *Apoio Mútuo*, que deseja o reforço do sentido comunitário, da solidariedade, da entreajuda, da liberdade e da responsabilidade pessoal.

Evidentemente, estes paradigmas não se manifestam de uma forma clara e pura, muitas vezes confundem-se, misturam-se, num sincretismo tantas vezes confuso. Basta pensar numa esquerda que quer o reforço do Estado em algumas áreas, da saúde e educação, mas que também se opõe ao modelo de «democracia» totalitária. Apesar de tudo permanecem como grandes paradigmas. E é a partir deles que podemos sondar os caminhos das sociedades que vão sair desta crise: uma sociedade reforçada no seu sentido comunitário do género humano, de que falava a Internacional, mais descrente no egoísmo, na concorrência e no salve-se quem puder do capitalismo selvagem, céptica em relação à arrogância do progresso imparável, ou uma sociedade mais autoritária, exigindo mais controlo aos Estados nacionais, assente na desconfiança no outro e nos estranhos, defensora da selecção natural dos mais fortes e dos mais capazes.

Tudo pode ainda acontecer, no entanto, dependendo do cenário futuro, o mundo que virá depois desta pandemia pode ser mais respirável ou mais tóxico. Se os nossos desejos, bem como a nossa limitada acção, como libertários contassem, a esperança seria a criação de uma nova comunidade do género humano, de que falava Martin Buber.

A PANDEMIA DA CIVILIZAÇÃO

Um nativo norte-americano contempla a linha de comboio trans-continental em Sacramento(1867).
A composição do fotógrafo Alfred Hart transmite o choque definitivo da civilização e do progresso na vida dos povos originários, para cujo genocídio tinha já contribuído imensamente a disseminação de epidemias.

M. ARAÚJO

As montanhas não tinham caminhos
nem trilhas,
os lagos não tinham barcos nem pontes
Não faltavam pássaros nem animais
As ervas e as árvores conseguiam perdurar
Chuang Tse, *Cascos do Cavalo*[1]

A história da civilização é também a história das pandemias. Durante o Neolítico, a expansão da agricultura totalitária[2] a partir do Oriente Próximo, foi o ponto de partida não só para o emergir do Estado, da estratificação social e do Patriarcado, como para o despontar de pestes e pragas até então inexistentes. A progressiva sedentarização, conseguida pela domesticação de animais e plantas, substituiu a diversidade alimentar dos caçadores-recolectores, pela quantidade dos agricultores, resultando no aumento exponencial da população. Doenças infecto-contagiosas como a varíola, a peste, o sarampo, a gripe ou a tuberculose necessitam de grandes aglomerados populacionais para subsistirem. A maioria destas doenças evoluiu de outras semelhantes existentes em animais domesticados, como é o caso do sarampo que surgiu a partir da peste bovina; ou são provenientes de animais sinantrópicos[3], como algumas espécies de ratos, potenciais transmissores da peste. Com a crescente densidade populacional de vilas e cidades, ligadas por rotas de comércio mundiais, as epidemias tornaram-se pandemias.

A peste bubónica que assolou o império Bizantino no século VI, fazendo milhões de mortos, terá chegado a Constantinopla em navios mercantes, carregados de grão, ratos e pulgas[4], disseminando-se rapidamente pelo império. Foi uma vantagem para as tribos bárbaras, muitas delas nómadas, dispersas por zonas rurais e por isso menos expostas ao contágio[5]. No século XIV, a peste negra, provocada pela mesma bactéria, reduziu para dois terços a população europeia. Acredita-se que o surto tenha chegado à Europa através da rota da seda. Atingiu sobretudo as cidades, sobrepovoadas, com populações enfraquecidas pela fome, pela guerra e pela insalubridade constante. Durante este período foram iniciadas perseguições sangrentas a várias minorias, entre elas os ciganos e os judeus, acusados de serem os causadores da peste.

O genocídio dos povos indígenas da América e da Oceânia, iniciado com a colonização europeia no século XV, foi conseguido não só através da guerra e da violência, mas também pela disseminação de doenças até então inexistentes, levadas pelos colonizadores, para as quais os povos nativos não tinham imunidade. Epidemias de varíola, sarampo, cólera, febre tifóide e malária contribuíram para esse extermínio, ajudando a consolidar o domínio dos impérios coloniais. A virulência destas doenças foi agravada pela aniquilação dos modos de vida que esses povos tinham antes da chegada dos europeus. A caça, a recolecção e variedades de agricultura sustentável destinadas à subsistência reflectiam o respeito e a intimidade que estes povos mantinham com a natureza. A introdução da agricultura expansiva, destinada a alimentar os fluxos comerciais das metrópoles, foi acompanhada pela desflorestação, expropriação de terras e trabalhos forçados, para os sobreviventes desse etnocídio. Também o comércio transatlântico de escravos e o estabelecimento de colónias penais originaram novas doenças e epidemias que ajudaram a dizimar as populações nativas.

> Epidemias, fomes, guerras e desastres "naturais" foram sempre uma oportunidade para o reforçar dos poderes instituídos

Com a revolução industrial, o rápido crescimento da população, a migração em massa de desapossados do campo para a cidade e a progressiva urbanização, foram criadas as condições para que doenças endémicas se tornassem pandémicas. A abertura do canal de Suez e a invenção do navio a vapor reduziram a distância entre a Europa e a Ásia Meridional, acelerando a propagação de doenças como a cólera ou a tuberculose. Os surtos de cólera na Europa foram devastadores, atingindo as cidades em crescimento, habitadas por explorados do capitalismo industrial que sobreviviam em circunstâncias de extrema pobreza, desnutrição e insalubridade. É neste contexto que surge a gripe "espanhola", uma das mais letais da história, em que a degradação generalizada das condições de vida foi intensificada durante os anos da Primeira Guerra Mundial. Estudos recentes mostram que essa estirpe não era afinal tão virulenta

Não há nada para socializar dum modelo que se expande vertiginosamente e gera metrópoles, onde vivem milhões de pessoas, dependentes de uma economia voraz, de dimensão planetária

como se pensava[6]. A guerra e o comércio internacional foram os principais factores de contágio. Teve origem provável nos Estados Unidos, a partir de vírus de aves ou suínos, coincidindo com a modernização da agricultura no país. Nos anos 1970, esse modelo de criação intensiva de animais começou a ser exportado para todo o mundo[7].

Mais recentemente, a gripe das aves em 2005, e a gripe suína, também conhecida como Gripe A, surgida no México em 2009, foram provocadas por vírus semelhantes ao da gripe "espanhola". Tiveram origem em aviários e suiniculturas utilizando os métodos modernos da agroindústria, incluindo o uso de antibióticos, destinados a aumentar a produção e a competitividade, no acesso aos mercados globais. Enquanto a gripe suína se espalhava pelo mundo, a pressão da indústria suinícola junto da OMS (Organização Mundial da Saúde) foi notável, a ponto de esta renomear o vírus para a designação científica H1N1, de forma a confundir a sua origem. Também a indústria farmacêutica influenciou as decisões da OMS, como a mudança dos critérios para o decreto de "pandemia", conseguindo, através do pânico gerado, assegurar contratos milionários com vários países para a produção de drogas antigripais, como o conhecido Tamiflu.

Epidemias em que o contágio é proveniente de animais selvagens são o resultado da destruição massiva de floresta e dos desequilíbrios ambientais e sociais que o capitalismo global tem perpetrado. Os surtos de ébola em África, ou de nipah na Ásia, não acontecem de forma espontânea, como muitas vezes é reportado. Esses vírus sempre circularam na região, mas os efeitos da transformação da floresta em extensões de monocultura criaram as condições para a sua propagação, sendo a indústria do óleo de palma conhecida internacionalmente por essa devastação, e também pela exploração de trabalho infantil[8]. O desmatamento destrói as barreiras naturais que impedem a transmissão[9], as plantações de palma atraem algumas espécies de morcegos que são um reservatório natural do vírus. O mesmo acontece em regiões onde doenças transmitidas por mosquitos, como a malária ou o dengue, são endémicas e o agronegócio alterou irremediavelmente o ecossistema. Este cenário é agravado com as rápidas mudanças de clima provocadas pelo aquecimento global.

A desflorestação do Sudeste Asiático das últimas décadas e a caça furtiva de animais selvagens com destino aos mercados vivos de iguarias gastronómicas criaram a conjuntura para que os coronavírus (como o SARS-CoV, em 2002, e o actual SARS-CoV-2) possam mais facilmente infectar humanos. O aumento massivo de viagens para turismo, comércio e negócios, percorrendo longas distâncias em cada vez menos tempo, permite que estes contágios se transformem rapidamente em pandemias. As doenças respiratórias causadas por estes vírus são agravadas pela poluição atmosférica que mata anualmente 7 milhões de pessoas, contribuindo para o aumento da sua letalidade.

> Chegamos a um labirinto evolutivo onde qualquer solução que passe pela manutenção do existente implica o domínio de cada vez mais âmbitos da vida

O novo coronavírus trouxe consigo uma intempérie de ironias por aquilo que revela do modo de vida homogéneo e condicionado em que assenta a sociedade globalizada, e dos requisitos para a sua manutenção. Apesar do aparato militar e tecnológico exibido pela civilização moderna, um vírus consegue pôr em confinamento mais de metade da população mundial, independentemente disso ser resultado da sua real perigosidade ou do pânico mediático gerado. Em todo o caso, epidemias, fomes, guerras e desastres "naturais" foram sempre uma oportunidade para o reforçar dos poderes instituídos. E no mesmo sentido, perante a generalização do medo, a sociedade torna-se ela mesma disciplinadora. O sistema supera os problemas que cria com mais vigilância, controlo e aperfeiçoamento tecnológico.

Chegamos a um labirinto evolutivo onde qualquer solução que passe pela manutenção do existente implica o domínio de cada vez mais âmbitos da vida. O capitalismo é apenas a forma actual desse processo, em contínua sofisticação, incorporando elementos de todos os regimes e ideologias derivadas do antropocentrismo. Isto não quer dizer que o sistema seja inelutável. É, no entanto, imprescindível saber como chegámos aqui, e o que nos reserva o futuro, para que possamos identificar o que rejeitamos e aquilo que queremos pôr a salvo. Não há nada para socializar dum modelo que se expande vertiginosamente e gera metrópoles, onde vivem milhões de pessoas, dependentes de uma economia voraz, de dimensão planetária. Não há nada para reformar dum sistema que produz oceanos de plástico, montanhas de lixo, epidemias, e se reproduz pelo contínuo envenenamento da Terra... Qualquer optimismo que não tenha isto como ponto de partida é pura resignação.

Um dos sintomas da modernidade é o facto de cada vez mais cidadãos do mundo conhecerem uma parafernália de aplicações informáticas e conceitos da época digital, ou as últimas novidades da indústria de entretenimento, e não saberem sequer reconhecer os pássaros ou as árvores circundantes, porque nunca lhes prestaram atenção, mergulhados que vivem num quotidiano cada vez mais artificial, alienado pela produção e consumo de inutilidades. É este deslumbramento, este *fetiche* do mundo moderno, que nos tornará estrangeiros no planeta onde nascemos.

Temos muito a aprender com os povos não-civilizados do passado – e com aqueles que ainda hoje subsistem, mas que o progresso quer apagar da história – pela maneira como se reconhecem nessa comunidade mais-do-que-humana que é a natureza. É urgente impedir a realização do *homem unidimensional* que a ciência e a razão vêm construindo na hegemonia do Império. É urgente retomar a luta contra a globalização, a partir das biorregiões, sem cedências ao nacionalismo ou a outras ideologias do ódio, igualmente nocivas e assimiladoras da diversidade. Para uma vida realmente saudável, o melhor sistema de saúde é a Terra. É possível resgatá-la. Mas isso implica abandono, confronto e um novo enamoramento com a comunidade de todos os seres.

1 Texto taoista de autor incógnito, segundo o qual o declínio dos tempos primordiais tinha começado com o Imperador Amarelo, "inventor" do Estado e da guerra.
2 Termo usado por Daniel Quinn para distinguir o tipo de agricultura que subordina todas as formas de vida à produção incessante de alimento humano. Surgiu há 10.000 anos, desde então obliterando outras culturas e modos de subsistência, dando origem à civilização.
3 Animais que se instalam nos povoamentos humanos beneficiando das condições criadas pela urbanização, entre outros, os ratos, as baratas, os mosquitos ou os pombos.
4 Agente transmissor da bactéria Yersinia Pestis entre roedores e humanos.
5 *Germs, Genes and Civilization*, David Clark.
6 *What really happened during the 1918 influenza pandemic? The importance of bacterial secondary infections* - Brundage JF, Shanks GD, Dezembro de 2007.
7 *Big Farms Make Big Flu: Dispatches on Influenza, Agribusiness, and the Nature of Science*, Rob Wallace.
8 *Grandes marcas mundiais estão a lucrar com trabalho forçado e trabalho infantil na extração de óleo de* palma – Amnistia Internacional, 30-11-2016.
9 Por exemplo, o corte de árvores em vastas áreas de floresta na Guiné alterou a temperatura ambiente que permitia manter o ébola controlado (Hogerwerf *et al*, 2010; Stephens *et al*, 1999).

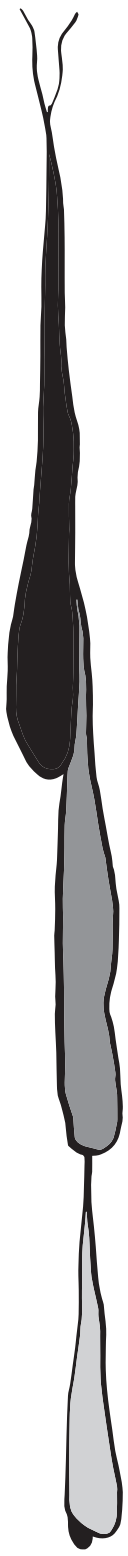
TUDO SE ENCHE DE SI

a tristeza abriu a sua navalha
junto ao meu pescoço e arrepanhando
o barroco dos meus cabelos
encostou o meu rosto à janela

olha como chove sem parar há dois dias
pendendo um pouco mais a desequilibrada
partilha das coisas nesta terra
o magnetismo do mais e do menos foi
a excepção que se impôs como regra
a atracção dos opostos é uma canção
romântica de embalar
são os iguais que se unem
uns aos outros
o excesso vai-se excedendo
o insuficiente por igual se acresce
a raridade depara-se com o ainda mais raro
em torno o ódio clama por mais e quando falta
o amor mingua como a uva na parra
o deserto alastra as suas areias
pelas planícies esquecidas de árvores
e a água engole os campos incapazes
de a sorver tanto que os vermes se desenterram
em pânico para se afogarem
sob a bátega e arroios de lama

há uma lei que aqui se oculta como a beleza
sob a podridão das coisas tudo
se enche de si justo ao limiar
depois como uma criança nos seus primeiros
passos transportando um prato cheio de papas
vira-se o mundo do avesso ou noutras
palavras para os cinéfilos
quando Uma e Lucy se defrontam no pequeno
jardim nevado nas traseiras do clube
a tensão como sabes cresce quando
o silêncio é rit-mi-ca-men-te cortado
pelo som de madeira a bater em madeira
e água a cair
é esse improvisado balde de bambu
que se enche e se esvazia
uma e outra vez
a lei que rege esta criação

sim disse-lhe mas não sejas tão dramática
guarda a navalha
deixa que te embale a fatalidade
e te mostre que há sol ainda
quando a minha língua abrir a escuridão



PARA UM ELOQUENTE SILÊNCIO

tudo é o mesmo dito de outro modo
e ainda os pés pela boca
em busca de avessos
a revirar os bolsos despi-la
e nua
escandalize o sentido
de uma noite sem ninguém

dizer olhos nos olhos peixe é estrela
e todas as tuas palavras são minhas
como toda a ruína da pequena felicidade
arreda a paixão do rosto

na linha a respiração rouca
aguarda o desaguamento
no mesmo mar
na mesma fenda
o tragar de toda a separação

e nada jamais seja preciso dizer
para um eloquente
silêncio

FERNANDO MACHADO SILVA
Lisboa, 1979. actor/assistente de encenação, investigador de Performance Philosophy, ex-membro do CFCUL - Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa. Publicou *Primeira viagem* (Orfeu, 2012), *Passageiros Clandestinos* (Companhia das Ilhas, 2012), *O coração estendido pela cidade* (Gato Bravo, 2017), *Para um outro dia Lázaro* (Enfermaria 6, 2018), *Um espelho para reproduzir as mutações da vida* (antologia 2004-2017) (Companhia das Ilhas, 2018) e um ensaio/capítulo no primeiro volume em torno da Performance em Portugal, *Intensified Bodies from the Performing Arts in Portugal* (Peter Lang, Bern, 2017). Participa em revistas de Poesia e de Filosofia. Vive actualmente em Bad Meinberg, Alemanha, onde estuda e pratica Yoga Integral, segundo a tradição de Sri Swami Sivananda. Terá novo livro este ano.

No fim era o frio

ILUSTRAÇÕES DA OFICINA ARARA PARA MÃO MORTA

DIOGO DUARTE
DIOGO.MAINSELDUARTE@GMAIL.COM

As ideias sobre o fim do mundo são provavelmente tão antigas quanto o início da vida humana. O medo do desconhecido e a impotência perante forças insondáveis (a natureza, deus, a morte) desdobraram-se, no nosso imaginário, em múltiplas expressões da vulnerabilidade e da efemeridade da nossa condição. Nas últimas décadas, houve uma explosão da consciência da possibilidade desse fim: no cinema e na música, nas ciências naturais e sociais, na filosofia. Mas a forma como antecipamos e imaginamos esse fim, mudou. Deus morreu antes da sua própria criação e não é mais o centro dos nossos temores. Também as catástrofes naturais deixaram de ser redutíveis a uma ideia exógena de «natureza»: são, cada vez mais, resultado inevitável da acção humana. E mesmo a violência dos seus efeitos é, principalmente, consequência da desigualdade que estrutura as nossas relações e não da incapacidade paralisante de outros tempos.

Sismos, cheias, epidemias, tal como vimos nos últimos anos - Haiti, 2010; Katrina em New Orleans, 2005; Ébola ou, porque não, a presente COVID-19 - catástrofes com uma dimensão bem para lá da simples fatalidade natural. O ser humano passou a ser o principal agente da sua própria destruição.

Em Portugal, um dos mais recentes sinais desta sensação de fim que atravessa o mundo, vem – sem estranheza – daqueles que um dia foram apelidados de «narradores da decadência», como os Mão Morta, com o recente álbum *No Fim Era o Frio* (2019). No cenário que vivemos nestes dias, o álbum parece ter-se tornado súbita e paradoxalmente deslocado, ultrapassado e até anacrónico. A ameaça das alterações climáticas que subjaz a sua narrativa deixou de ocupar o centro das nossas preocupações quanto ao colapso civilizacional e à destruição do planeta. Mas procurar no imaginário das distopias/ utopias previsões futuras é um erro. Estas não servem para nos dar mapas, profecias, ou projectos acabados. Mais do que o que dizem sobre o futuro, interessa o que dizem sobre o presente em que surgem. Não só enquanto crítica desse presente, mas enquanto sintomas do descontentamento e das percepções críticas mais ou menos difusas que o atravessam.

Por isso mesmo, o apocalipse que nos é contado pelo álbum dos Mão Morta continua tão actual como há seis ou sete meses atrás quando foi lançado. O mais importante não mudou: continuamos a ser os agentes da nossa própria destruição. A maior ameaça não está no mar que invade a terra e nos empurra para as montanhas, como em *No Fim Era o Frio*, ou no vírus invisível e aborrecido que nos chega principalmente através da sua espectacularização mediática. O frio de que nos fala o título está há muito entre nós. Sentimo-lo ainda mais, agora, na solidão das nossas casas, no tédio das rotinas entre paredes, nas fugas esporádicas e cronometradas a um exterior onde antes encontrávamos calor e onde agora só parece haver distância. Não precisamos dos «fatos herméticos que impedem o toque, o beijo e o amor» (in *O mundo não é mais um lugar seguro*) para perceber que atomização é aquela que nos conta esta história. Nem precisamos das paredes vidradas de um *bunker* para reflectir a nossa agonia (in *Passo o dia a olhar para o sol*), bastam-nos as paredes da nossa própria casa.

> O apocalipse que nos é contado pelo álbum dos Mão Morta continua tão actual como há seis ou sete meses atrás quando foi lançado. O mais importante não mudou: continuamos a ser os agentes da nossa própria destruição.

A atitude expectante que nos prende «às janelas envidraçadas, a aguardar as águas que se aproximam», ou que nos faz passar «o dia a olhar o sol, ofuscados pela ânsia da salvação», sem nos deixar «chamar vida a esta inércia», há muito que se banalizou. O mundo que é narrado e que não é mais um lugar seguro, é um mundo que há muito deixou de o ser; é o mesmo mundo que se tornou «apenas o lugar de um desconforto crescente e de uma solidão cada vez mais cruel e sem fim à vista» (idem). O presente só ajudou a expor a atomização e a solidão que há muito se espalhava de forma mais contagiosa do que qualquer surto pandémico. Tornou-se um chavão, repetido vezes sem conta, a ideia de que «é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo». A crise instalou-se de tal forma que deixamos de conseguir visualizar um mundo diferente depois do fim deste. Poucas pessoas antecipam a sua possibilidade para lá do muro que nos fecha nessa impotência. Forçadas a ficar entregues a nós próprias, não conseguimos senão deixar-nos assoberbar pelo tédio de contemplar o mundo que definha, como pessoas amarradas a um presente que parece eterno. Até os desejos de quem nos diz que depois disto alguma coisa vai mudar, porque a podridão já não se esconde mais debaixo do soalho brilhante mas está, agora, à vista de todas as pessoas, são pouco mais do que sonhos passivos. São uma esperança, essa trela da submissão de que nos falavam há mais de vinte anos os mesmos Mão Morta, citando Raoul Vaneigem (in *Há Já Muito Tempo que Nesta Latrina o Ar se Tornou Irrespirável*, 1998).

A ideia do vírus parece acelerar a normalização deste paradoxo que é uma comunidade atomizada. O *Outro*, que sempre serviu para unir comunidades, já não é algo que se distinga de um *Nós*, como algo exógeno. É, sim, algo que pode estar dentro de nós. Toda a pessoa pode ser o inimigo. A fantasia do papão terrorista trouxe o inimigo para perto de nós, mas o vírus superou-a trazendo-o para dentro de nós. Se o terrorismo já servia para abrir a porta a todo o tipo de aparatos securitários e de vigilância, imagine-se o que nos traz o medo de ter que enfrentar um inimigo desconhecido e invisível que afecta todas as pessoas sem excepção, colocando, por isso, todas do mesmo lado. É um inimigo que não suscita qualquer possibilidade de simpatia, condescendência, ou compreensão. Não é mais uma entidade com interesses específicos que está ameaçada – uma nação, uma religião, um ideal –, são todas as pessoas enquanto espécie.

Assim nos querem fazer crer. Talvez para que passemos a acreditar que estamos de facto «todos no mesmo barco». Mas não estamos. Acabo como comecei: os desastres naturais, ou todos os cenários que possamos imaginar que o fim assumirá, há muito que deixaram de ser naturais. Tais desastres são tão naturais quanto sociais. E o mesmo se pode dizer da forma como enquanto espécie nos impusemos sobre o mundo e o moldámos em função dos nossos desígnios. A distinção entre sociedade e natureza nunca foi tão insubsistente. Serve apenas a vontade daqueles que procuram naturalizar o calculismo da sua acção perante a catástrofe, «a crise que aí vem», ou as respostas draconianas e desproporcionais que vêm embrulhadas no manto da «emergência». Se esta é uma guerra, lembremo-nos que não há guerras em que seja impossível distinguir entre o amigo e o inimigo. Não entreguemos a nossa vontade a quem faz da catástrofe uma fatalidade para se eximir da responsabilidade das suas decisões. É esse o inimigo. E, enquanto o seu mundo acaba, há outros mundos por fazer. Não nos resta só o frio. Ainda.

Futuro Primitivo

J.T.

«A proeminência de doenças crónicas degenerativas estabelece um paralelo arrepiante com a erosão permanente de tudo aquilo que é saudável e pleno de vida numa cultura industrial. Assim, sendo possível retardar a doença afigura-se contudo impossível a sua erradicação total, dado que não se reconhece a raiz do problema.»

«O mundo tecnológico envolvente, que se propaga tão rapidamente, sugere um movimento na direcção de um controlo ainda maior de cada aspecto das nossas vidas.»[...] «Uma totalidade que absorve toda a 'alternativa' e parece irreversível, totalitária.»

«A dominação no seio de uma sociedade não está desligada do domínio da natureza.»

«Caímos num monstruoso erro ao adoptarmos a cultura simbólica e a divisão do trabalho, abandonando um mundo de deslumbramento, de compreensão e de totalidade e esperando por um Nada que nós encontramos, hoje, na doutrina do progresso.»

John Zerzan é um anarquista norte-americano infelizmente pouco ou nada conhecido em Portugal. No meu conhecimento, "Futuro Primitivo" é o primeiro e único livro de Zerzan traduzido até à data, (Deriva Editores). Zerzan orbita na corrente dos críticos da civilização, na senda de Marshall Sahlins, Paul. Shepard e outros.

Ele vê a origem do desregramento humano na adopção da agricultura. «Depois de dois milhões de anos da vida humana consagrada ao respeito pela natureza em equilíbrio com as outras espécies, a agricultura modificou a nossa existência, a nossa capacidade de adaptação, de um modo desconhecido até então.».

Penso que as dores humanas não começaram com a agricultura que, de facto, foi uma catástrofe pelas suas consequências imediatas e outras mais longínquas para a espécie humana e para a biosfera. Contudo, a agricultura pode ter sido uma resposta a determinados desequilíbrios que se manifestavam na espécie já perturbada. Afastando-se da natureza, em vias de fragmentação e traumatizada por essas perturbações, a «espécie imediatista» recorreu a uma terapêutica, a agricultura, que agravou ainda mais os problemas, em lugar de os resolver. As grandes caçadas foram um grande traumatismo e fizeram nascer, antes da agricultura, o pensamento simbólico: tabus, nomeadamente, sobre o sangue, os alimentos e símbolos, representações da separação. É neste momento que Zerzan situa precisamente, baseando-se nos trabalhos de Norman Brown, a origem do desregramento humano. As sociedades de caçadores-recolectores não eram todas indulgentes para o sexo feminino, como ele pretende fazer pensar, «as sociedades de caçadores-recolectores, pela sua própria natureza, recusam ao ritual o seu papel de domesticar as mulheres». E a agricultura, que parece bem ter sido uma invenção de mulheres, pode bem ser, entre outra coisa, uma reacção feminina a uma profunda despossessão de que foram alvo por parte dos homens. John Zerzan defendeu com vigor Theodor John Kaczynski e o seu manifesto anti-industrial, "A Sociedade Industrial e a sua Derrocada". Porém, não impediu Kaczynski de criticar o «mito anarco-primitivista», que para ele toma o lugar do mito do progresso «em vias de morrer». Um dos elementos, escreve Kaczynski, «do mito anarco-primitivista é a crença de que os caçadores-recolectores, pelo menos os nómadas, reconhecem a igualdade dos sexos. Jonh Zerzan, por exemplo, afirma-o no "Futuro Primitivo" e algures. É provável que determinadas sociedades de caçadores-recolectores se inclinassem para uma certa igualdade sem todavia a alcançar completamente. Noutras sociedades nómadas de caçadores-recolectores a dominação da mulher estava bem estabelecida, ocorrendo, por vezes, brutalidades incontroladas para com as mulheres.», em"The Road to Revolution".

No livro "Futuro Primitivo" Zerzan escreve: «Uma outra consequência foi a invenção do cálculo, inútil antes da existência da propriedade, das colheitas, dos animais e da terra, que é uma das características da agricultura. O desenvolvimento da numeração fez aumentar a necessidade de tratar a natureza como uma coisa a dominar.». Já num outro texto Zerzan aprofunda este tema, "The Idea of Number: its origins and evolution", que é, antes de mais, um estudo sobre as matemáticas enquanto sistema simbólico que têm a sua origem, como todo o sistema simbólico, na alienação.

Zerzan, apoiando-se em diversos autores, afirma o carácter frugívoro do Homem e acrescenta o que pensamos ser de sublinhar: «Um grande número de investigadores (i.e. Strauss, 1986; Trinkhaus,1986) não encontra provas de importantes caçadas a grandes mamíferos numa data ainda mais próxima, ou seja, no final do Paleolítico Superior, pouco antes da invenção da agricultura.». O autor cita outros estudiosos que relevam a absurdidade que existe ao aferrarem-se a querer fazer distinções-separações entre Homo Erectus e Homo Sapiens ou entre este último e o Homem Neandertalensis. Também partilhamos em grande parte as suas opiniões sobre o xamanismo como especialização e logo como regressão em relação a uma circunstância onde tudo e todos estavam em continuidade com a natureza; o papel de primeira importância da arte e mesmo da linguagem na dinâmica de controlo, da repressão, da dominação e da manipulação.

Este pequeno livro de sessenta páginas, traduzido por António Luís Catarino, oferece grão para moer.

Transumano Mon Amour

O movimento H+ é, em poucas palavras, uma organização que tem como objectivo ultrapassar, com meios científicos e tecnológicos, os limites da condição biológica do ser humano e, em última análise, almeja alcançar a imortalidade terrena. A adjectivação «terrena» serve para expressar o aspecto aparentemente mundano e laico desta nova figura da mais antiga inquietação humana: desde a Epopeia de Gilgamesh, do terceiro milénio antes de Cristo, à pratica da mumificação dos antigos Egípcios, do pensamento taoista à alquimia esotérica, os defensores das ideias H+ consideram-se os legítimos herdeiros dos esforços históricos da humanidade para ganhar o seu jogo de xadrez com a morte.

Todos os textos publicados no Jornal Mapa numa edição única a sair em breve, fiquem atentos!

mapa : Jornal de Informação Crítica

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 27
Maio-Julho 2020

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

Morada da redacção/editor Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redação A/C de Guilherme Luz
Registo ERC: 126329
Diretor: Guilherme Luz · gui.luz@jornalmapa.pt

CC BY

Editor: Ana Guerra
Subdiretor: Frederico Lobo
Director adjunto: Inês Oliveira Santos

Estatutos editoriais do Jornal MAPA: https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M.Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudio Duque*, P.M*, Júlio Silvestre*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, José Carvalho*, Huma*, João Vinagre*, J. Martins*, Zita Moura*, Francisco Colaço Pedro*, Catarina Santos*, Sara Moreira*; Catarina Leal*, Ana Farias*, Frederico Lobo*, Fernando Silva, Catarina Santos, Jorge Valadas, Ana Bastos, Júlio do Carmo Gomes, ZNM, Rita Loureiro, Vladimir, Diogo Duarte, José Tavares, Vanessa Amorim, Hans Eickhoff, M. Araújo, M. Ricardo de Sousa, João Ribeiro (Revista Shifter), Fernando Machado Silva, Nuno Rodrigues, Jorge Leandro Rosa, David Melro, Rita Neves, Bruno Caracol, Lucas Almeida, Emma Andreetti, Knut Bry, M. Rocha, Sofia Pereira, Ricardo Ventura, Susana Baeta, Sónia Gabriel, Mariana Vieira, Ana Afonso, Diana Dionísio, Pedro Cerejo.
* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 1,5 euros
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt

Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa
Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro
Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

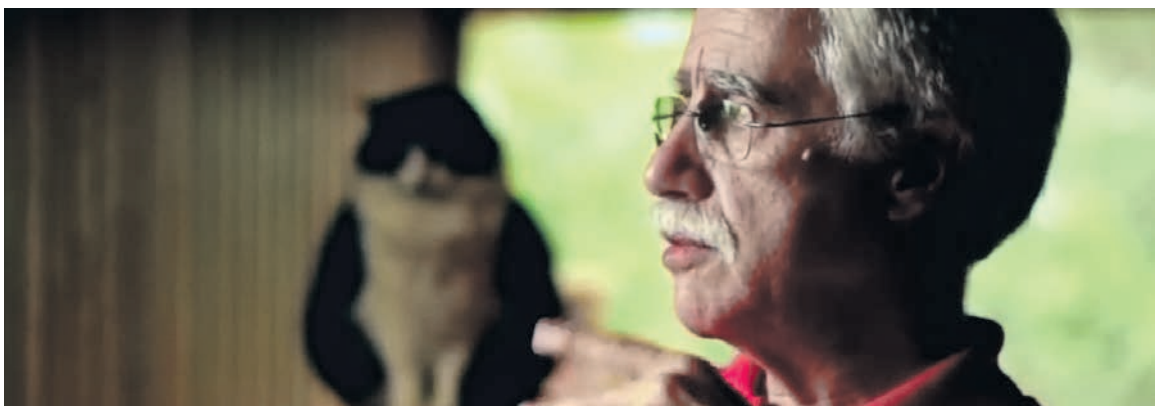
mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 27
MAIO-JULHO 2020
3000 EXEMPLARES

«O que está fechado é um prédio a que chamam "escola"»

Em torno da educação. 3 perguntas a José Pacheco



As transformações na Educação foram abruptas e sem precedentes, não havendo tempo ou espaço para reflexões. Para contrariar esta tendência, fizemos três perguntas sobre as atuais alterações no sistema de ensino ao professor José Pacheco, responsável pelo pioneirismo da Escola da Ponte.

MARGARIDA LIMA M.LIMA@JORNALMAPA.PT

Com a atual crise de saúde pública, que leitura faz das decisões e prioridades do Estado Português relativamente ao processo educativo?

O governo tenta passar para a Internet um sistema de ensino centrado em aulas e notas, descurando o essencial: que a «ensinagem» passa para suporte digital e o genocídio educacional se perpetua.

Os projetos de humanização da educação contemporâneos não se coadunam com práticas escolares do século XIX. A Educação carece de um novo sistema ético e de uma matriz axiológica clara, baseada no saber cuidar e conviver. Requer que se transforme uma instituição obsoleta numa escola que a todos e a cada qual dê oportunidades de ser e de aprender. Urge conceber novas construções sociais de aprendizagem, nas quais, efetivamente, se concretize uma educação integral. Urge constituir redes de aprendizagem que promovam desenvolvimento humano sustentável.

Já em 1916, António Sérgio, uma das maiores figuras da história da educação, lembrava aos seus contemporâneos que sem aprendizagem o ensino nada vale. Nas suas «Cartas sobre a Educação Profissional» referia que o «que importa não é a quantidade do que o professor diz, mas a qualidade do que o aluno ganha; não o programa que sai da cabeça do professor ou do legislador, senão o que entra e toma vida no espírito do educando».

Nos últimos anos, apesar da profusão de tentativas de reforma, programas, projetos, cursos e afins, não se logrou melhorar a qualidade da educação. Mas, Portugal tem tudo aquilo que precisa: professores competentes e projetos potencialmente inovadores. Só falta que as escolas deixem de estar cativas de um modelo educacional obsoleto e de uma gestão burocratizada, na qual os critérios de natureza administrativa se sobrepõem a critérios de natureza científica e pedagógica.

A boa notícia é que essa mudança já começou. Se quiseres saber o que está a acontecer, nas margens de autonomia que a escola oferece, poderei contar…

Os seus textos apontam para a importância de «assumir um compromisso ético com a educação». Neste momento em que todas as escolas estão fechadas e a educação é assegurada em casa, que compromissos éticos podemos assumir?

Permite que corrija: as escolas não estão fechadas. O que está fechado é um prédio a que chamam «escola». Nesse prédio, os alunos tiveram aulas sobre pandemias. E, em plena pandemia, não sabem como agir. Será difícil perceber que nada se aprende numa aula?

Escolas são pessoas, que aprendem umas com as outras mediadas pelo mundo. Neste momento, as famílias acostumam-se a uma rotina de isolamento, mas o vórtice do estresse pode afetar negativamente a harmonia do lar. Não conversar sobre a pandemia não é solução. Que aconteça aprendizagem! De forma sincera, ética, os pais deveriam conversar com os seus filhos, atentos aos seus sentimentos, aprendendo o outro, aprendendo a lidar com a situação. Aprendendo com o auxílio dos professores. Sem aula!

Que se aproveite esse tempo de isolamento social para romper micro isolamentos familiares. E que, atentos a inseguranças e a múltiplos traumas, se instituam modos de estar junto, reconstruindo afetos ignorados, ou esquecidos.

Para que aconteça o *re-ligare* família-escola, talvez apenas seja preciso que os professores sejam éticos. Se, dando aula, negam a muitos alunos o direito à educação, os professores não têm o direito de continuar a trabalhar desse modo.

Mas, para que uma reelaboração da cultura profissional aconteça, é preciso cuidar da pessoa do professor, para que ele se veja na dignidade de pessoa humana e veja outros educadores e alunos como pessoas.

A passagem para um ensino à distância através de plataformas e recursos digitais deve ser acompanhado de uma reflexão sobre as problemáticas inerentes a esta transformação. Desigualdade no acesso à tecnologia, isolamento social, controlo de dados pessoais, excesso de exposição a ecrãs, entre outros. Qual a sua reflexão sobre os impactes desta mudança?

As aulas na TV e na Internet são generosas ofertas de informação. Mas, a aprendizagem não acontece numa sala de aula física ou virtual. É certo que as escolas se têm enfeitado de novas tecnologias, mas sem lograr intensificar a comunicação e a pesquisa. O modo como as escolas utilizam a Internet fomenta imbecilidade e solidão.

Com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação, a escola precisa ser reinventada. Do modo como as novas tecnologias estão sendo introduzidas nas escolas, temo que se transformem em panaceias, que apenas sirvam para congelar aulas em computadores, aulas que os alunos, acostumados ao imediatismo e à velocidade dessas tecnologias, acriticamente consumam, sem resquícios de cooperação com o aluno vizinho, dependentes de vínculos afetivos precários, estabelecidos com identidades virtuais.

Somos aprendizes de feiticeiro de novas tecnologias. Resta saber se o ser humano irá ficar intimamente ligado ao digital, sob risco de dependência crónica, ou invasão de privacidade, ou se o utilizará para se informar, para comunicar, para aprender e produzir conhecimento.

MAPA BORRADO